

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
CURSO DE MESTRADO**

JULIANA DA COSTA GOMES DE SOUZA

**A ARQUITETURA DE PAISAGENS E OS PARQUES NACIONAIS NOS
EUA E NO BRASIL**

BRASÍLIA - DF
DEZEMBRO, 2019

JULIANA DA COSTA GOMES DE SOUZA

**A ARQUITETURA DE PAISAGENS E OS PARQUES NACIONAIS NOS EUA E NO
BRASIL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. José Luiz de Andrade Franco

**BRASÍLIA - DF
2019**

JULIANA DA COSTA GOMES DE SOUZA

**A ARQUITETURA DE PAISAGENS E OS PARQUES NACIONAIS NOS EUA E NO
BRASIL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Brasília, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. José Luiz de Andrade Franco
Professor Associado
Departamento de História / Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB

Prof. José Augusto Leitão Drummond
Professor Associado IV
Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB

Prof. Kelerson Semerene Costa
Departamento de História – UnB

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

dJ94a da Costa Gomes de Souza, Juliana
A ARQUITETURA DE PAISAGENS E OS PARQUES NACIONAIS NOS
EUA E NO BRASIL / Juliana da Costa Gomes de Souza;
orientador José Luiz de Andrade Franco. -- Brasília, 2019.
101 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Acadêmico em
Desenvolvimento Sustentável) -- Universidade de Brasília,
2019.

1. Arquitetura de paisagens. 2. Parques nacionais. 3.
Proteção da natureza. 4. Frederick Law Olmsted. 5. Ângelo
Alberto Murgel. I. de Andrade Franco, José Luiz, orient.
II. Título.

Juliana da Costa Gomes de Souza

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Antônio Ricardo e Elci Vieira, pelo incentivo que sempre me deram em relação aos estudos e à busca do conhecimento.

Agradeço também ao professor José Luiz de Andrade Franco pela orientação e pela confiança no desenvolvimento deste trabalho, direcionando-me para a melhor maneira de se fazer um estudo de história ambiental.

Aos professores José Drummond e Kelerson Costa, que participaram da banca examinadora de qualificação e forneceram críticas altamente construtivas para o aprimoramento do trabalho. Agradeço também a participação de ambos na banca examinadora da dissertação.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, e aos amigos de outros círculos de amizade. Obrigada pelos cafés, pelas conversas e pelos momentos de descontração.

Aos coordenadores de pesquisa lotados nos parques estudados, Léo Nascimento e Jorge (Julião), respectivamente do Parque Nacional do Itatiaia e do Parque Nacional de Serra dos Órgãos. Obrigada pela recepção, disponibilidade, pelas informações e pelo fornecimento de estadia no abrigo do pesquisador.

Ao ICMBio pela aprovação da pesquisa de campo nos parques nacionais.

Ao CNPq pela bolsa de estudos fornecida.

Resumo

O objetivo desta dissertação é compreender a história da arquitetura de paisagens e de seus precursores e verificar como a sua relação com a criação dos primeiros parques nacionais contribui para um debate mais consistente sobre a conservação da natureza e a sustentabilidade no presente. Não há estudos na literatura que relacionem diretamente arquitetura de paisagens, parques nacionais, identidade nacional e os arquitetos de paisagens pioneiros da profissão. A descrição interdisciplinar densa e interpretativa desenvolvida aqui pode integrar esses conhecimentos dentro do estudo da história ambiental. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental inserida nas metodologias da história ambiental, complementada por entrevistas, pesquisa de campo e registros iconográficos. Como resultado, alcançou-se um melhor entendimento de valores, representações, ideias, concepções e visões de mundo dos precursores da arquitetura de paisagens sobre a natureza.

Palavras-chave: Arquitetura de paisagens; Parques nacionais; Proteção da natureza; Frederick Law Olmsted; Ângelo Alberto Murgel.

Abstract

The aim of this dissertation is to understand the history of landscape architecture and its precursors and to verify how its relationship with the creation of the first national parks contributes to a more consistent debate about nature conservation and sustainability in the present. There are no studies in the literature that directly relate landscape architecture, national parks, national identity and the pioneering landscape architects of the profession. The dense and interpretive interdisciplinary description developed here can integrate this knowledge into the study of environmental history. For this, a bibliographic and documentary research was inserted in the methodologies of the environmental history, complemented by interviews, field research and iconographic records. As a result, a better understanding of the values, representations, ideas, conceptions and worldviews of landscape architecture precursors on nature has been achieved.

Keywords: Landscape architecture; National parks; Nature protection; Frederick Law Olmsted; Ângelo Alberto Murgel.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1: A emergência da arquitetura de paisagens no contexto do século XIX e da primeira metade do século XX	15
Capítulo 2: Os precursores da arquitetura de paisagens nos EUA e no Brasil	30
2.1. Frederick Law Olmsted: a arquitetura de paisagens e os parques nacionais norte-americanos	30
2.2. Ângelo Murgel: o arquiteto dos primeiros parques nacionais brasileiros.....	42
2.3. Os pontos de convergência e divergência entre Olmsted e Murgel.....	53
Capítulo 3: A arquitetura de paisagens e os parques nacionais nos EUA e no Brasil	66
Conclusão	82
Anexo A - Imagens	84
Fontes	93
Referências bibliográficas	94

Lista de Figuras

Figura 1. Frederick Law Olmsted em 1860, aos 38 anos de idade.....	31
Figura 2. Estudo de levantamento do <i>Greensward Plan</i> , ou Central Park (1857).....	40
Figura 3. Estudo proposto para o <i>Greensward Plan</i> , ou Central Park (1857).....	40
Figura 4. Ângelo Alberto Murgel (s.d.).....	44
Figura 5. <i>Back Bay Fens</i> , Boston (Olmsted, entre os séculos XIX e XX).	57
Figura 6. Cine Teatro Brasil e Hospital São Lucas, Belo Horizonte, 2019.....	58
Figura 7. <i>General Plan of Riverside</i> , 1869.....	60
Figura 8. Planta baixa do projeto para a Cidade Operária de Monlevade, Murgel, 1936	61
Figura 9. Cidade das Meninas, Nova Iguaçu/RJ, Murgel, 1941.....	61
Figura 10. <i>University of California</i> (Berkeley) em 1898.	62
Figura 11. Pavilhão Central (P1) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2019.	64
Figura 12. Jardim interno do Pavilhão Central (P1) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2019.....	64

Introdução

A arquitetura de paisagens está intimamente relacionada com as transformações que os seres humanos exercem sobre a natureza. Pode-se dizer que em termos gerais ela representa as técnicas utilizadas para possibilitar tais transformações. A maneira como essas técnicas são utilizadas depende das necessidades humanas envolvidas e da concepção que os humanos têm da natureza. Um dos momentos em que as técnicas da arquitetura de paisagens tiveram grande aplicação ocorreu quando surgiram os primeiros parques nacionais. Muito do que foi desenvolvido na paisagem construída dos parques nacionais já vinha sendo feito nos centros urbanos. Uma compreensão ampliada dessa história pode e deve contribuir para um debate mais consistente sobre o tema da conservação da natureza e da sustentabilidade no presente.

Este estudo teve como objetivo principal compreender a emergência da arquitetura de paisagens e analisar o seu uso em espaços urbanos, rurais e nos primeiros parques nacionais norte-americanos e brasileiros. Para melhor desenvolver esse objetivo, foram estudados quando, como e por quais motivos surgiu a arquitetura de paisagens e as suas características. Estudar estilos, conseqüentemente, implica em identificar os seus representantes e as ideias, temáticas e debates a eles relacionados.

O marco temporal definido foi o do século XIX à primeira metade do século XX. Esse período compreende o início dos primeiros debates sobre proteção da natureza, ocasionados por uma série de fatores inter-relacionados: industrialização, expansão urbana, necessidade de reformas urbanas e desmatamento. A partir dos debates sobre a importância da proteção à natureza, surgiram as primeiras propostas de maior integração entre cidade e natureza, e os primeiros parques nacionais. Dessa maneira, o objetivo principal desdobrou-se no primeiro dos três objetivos específicos: análise do momento de emergência da arquitetura de paisagens no contexto do século XIX e primeira metade do século XX.

A linha temporal foi definida também em função dos países estudados e comparados: Estados Unidos da América (EUA) e Brasil. Enquanto nos EUA a emergência da arquitetura de paisagens relacionada com a proteção da natureza ocorreu no século XIX, no Brasil o fenômeno aconteceu do final do século XIX até a primeira metade do século XX. O movimento norte-americano relacionado com a criação de parques nacionais influenciou o brasileiro. Na vanguarda dos projetos para os primeiros parques nacionais destacaram-se Frederick Law Olmsted (1822-1903), nos EUA, e Ângelo Alberto Murgel (1907-1978), no

Brasil. Assim, o segundo objetivo específico consistiu em comparar o estilo e o trabalho desses dois profissionais.

O terceiro objetivo específico refere-se à aplicação da arquitetura de paisagens por Olmsted e Murgel nos parques nacionais. Para concluir o objetivo geral deste trabalho, portanto, foi estudado como Olmsted e Murgel aplicaram os seus conhecimentos relacionados com a arquitetura e com o planejamento paisagístico. Muitos desses conhecimentos aplicados aos parques nacionais nasceram de seus trabalhos urbanísticos e paisagísticos anteriores.

O tema geral compreende três aspectos principais: a arquitetura de paisagens, os representantes do exercício da profissão e os parques nacionais onde esses profissionais aplicaram as técnicas da arquitetura de paisagens. Para a compreensão do contexto envolvendo esses aspectos, foram utilizados referenciais bibliográficos relacionados com a história das civilizações, com a temática ampla da história ambiental e com a própria arquitetura de paisagens.

No campo da história das civilizações, Lewis Mumford (1998) proporciona uma compreensão geral do surgimento e desenvolvimento das cidades. Ele narra como e por que surgiram as primeiras cidades e descreve como elas se desenvolveram. No Brasil, Laurent Vidal (2009) e Antonio Risério (2013) fazem uma narrativa histórica similar. Vidal (2009) dedica atenção ao desenvolvimento das cidades, mas com a finalidade principal de analisar a construção da nova Capital Federal do Brasil (na década de 1950), enquanto Risério (2013) tem um foco mais amplo sobre as primeiras cidades brasileiras.

As obras de Roderick Nash, José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond (2009), Frederick Jackson Turner (1976), Warren Dean (1996) e Lúcia Lippi Oliveira (2000) constituem a literatura consultada para compreender a relação entre seres humanos e natureza, ou seja, são autores inseridos na ampla temática da história ambiental. Os trabalhos de Nash e de Franco e Drummond (2009) permitem entender a relação entre identidade nacional e proteção da natureza. Nash desenvolve o tema em relação à sociedade norte-americana, enquanto Franco e Drummond (2009) fazem o mesmo para a sociedade brasileira.

Turner (1976), Oliveira (2000) e Dean (1996) descrevem e interpretam o avanço das sociedades modernas sobre as fronteiras de recursos naturais. Turner (1976 [1893]) foi o primeiro pesquisador a desenvolver a tese da fronteira norte-americana (fronteira de ocupação de territórios e o conseqüente uso de recursos naturais), mostrando como as atividades econômicas e a cultura desenvolvidas adaptavam-se à geografia local e a transformavam. Dean (1996) estudou como se deu o avanço da fronteira no Brasil e detalha o padrão relacionado a esse avanço que resultou na devastação da Mata Atlântica. Oliveira (2000)

analisa o pensamento sobre o avanço das fronteiras, comparando as produções literárias norte-americanas e brasileiras.

Sobre a arquitetura de paisagens, Michael Laurie (1976), Franco Panzini (2013) e Maria Teresa Emidio (2017) fornecem as informações necessárias à compreensão de sua emergência e de suas técnicas e desenvolvimento. Laurie (1976) foi um dos primeiros estudiosos da história da arquitetura de paisagens. Panzini (2013) também desenvolveu a história da arquitetura de paisagens, porém de uma maneira mais densa e exemplificada do que Laurie (1976). A obra de Emidio (2017) acrescenta o estudo das diversas concepções da paisagem e como a natureza pode ser trabalhada. É um estudo mais técnico que os anteriores. O arquiteto Hugo Segawa (1996) estuda os parques e jardins brasileiros, numa obra que pode ser utilizada para compreender como a arquitetura de paisagens se desenvolveu no Brasil.

Para abordar Olmsted e Murgel, foram utilizadas fontes primárias e secundárias. As fontes primárias consistem nos livros e manuscritos de Olmsted. Duas coletâneas fornecem parte desse material, a de Charles Beveridge (2016) e a de Theodora Kimball Hubbard e Frederick Law Olmsted Jr. (2018). Albert Fein (1972), William Cronon (1996) e Justin Martin (2011) constituem as fontes secundárias. Eles fornecem informações sobre a vida pessoal e profissional de Olmsted e descrevem alguns de seus projetos.. Mais detalhes sobre essas referências são fornecidos no capítulo que trata sobre Olmsted.

Não há informações sobre a vida pessoal de Murgel, o que restringe a pesquisa à compreensão de seu pensamento, por meio do exercício de sua profissão. No que toca a fontes primárias, Murgel escreveu alguns artigos para periódicos e participou de concursos de teses, porém os seus textos são sempre muito técnicos e quase nada dizem sobre o lado pessoal do autor. As obras secundárias mais utilizadas no estudo sobre Murgel foram as de Fábio Lima e a de Bernard Cunha Rodrigues (2016). Eles estudam a vida profissional e os estilos de projetar de Murgel.

Os parques nacionais foram estudados tanto por meio da literatura referente à história ambiental quanto pelas próprias obras de Olmsted e Murgel. O estudo de Ethan Carr (1999) está na intersecção entre arquitetura de paisagens e parques nacionais; no entanto, refere-se apenas aos parques nacionais norte-americanos. Lima (2013a) desenvolve trabalho semelhante ao de Carr (1999) em relação aos três primeiros parques nacionais brasileiros. Complementei essa parte do trabalho com uma pesquisa de campo feita no Parque Nacional do Itatiaia, no Parque Nacional de Serra dos Órgãos e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Além dessa bibliografia usada como base referencial da dissertação,

foram pesquisados diversos artigos relacionados com cada um dos três temas principais. Em cada capítulo, a revisão de literatura será mais aprofundada.

Essa pesquisa consistiu em um trabalho exploratório baseado em delineamento bibliográfico e documental. Parte das fontes primárias foi encontrada em *sites* ou livros eletrônicos, enquanto os demais documentos, como as plantas baixas de projetos, estavam disponíveis nos parques visitados nas pesquisas de campo. Essas fontes primárias foram analisadas levando em consideração o contexto cultural da época, com o intuito de produzir uma narrativa densa em que a interpretação e as análises permitam destrinchar os conteúdos simbólicos que davam sentido ao tecido social estudado (Geertz, 1989; Rüsen, 1998). Essa análise levou em consideração também a história dos conceitos, questão presente no primeiro capítulo da dissertação, e um trabalho de observação, análise e crítica histórica. A intenção desse estudo dos conceitos não foi uma busca pelas origens, mas, sim, a busca por compreender a evolução da relação da sociedade com a natureza e como essa relação foi representada ao longo dos tempos. Buscou-se, sobretudo, evitar os anacronismos (Bloch, 1997; Koselleck, 1992).

O contexto histórico foi trabalhado com o intuito de compreender percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação das sociedades norte-americana e brasileira. Para que esses fatores fossem compreendidos, foram adotadas algumas linhas de pesquisa propostas por Drummond (1991), como: análise da região estudada, com pesquisa de campo; diálogo da história com a arquitetura de paisagens e a arquitetura; e o estudo da exploração dos recursos pelas diferentes civilizações, desenvolvidos com maior ênfase no primeiro capítulo desta dissertação (Drummond, 1991; Worster, 1991).

O trabalho foi organizado em três capítulos correspondentes aos objetivos específicos. O segundo capítulo foi composto por três subtítulos. No Capítulo 1, “A emergência da arquitetura de paisagens no contexto do século XIX e primeira metade século XX”, foram inicialmente mostradas as várias possibilidades de se compreender a paisagem. Posteriormente, descrevi a evolução da relação entre seres humanos e natureza seguindo uma ordem cronológica dentro dos três momentos históricos definidos por Emidio (2017): descoberta, meio de existência e transformação. Em seguida, tratei da relação entre (i) a alteração estética do uso da terra pelos humanos e (ii) a expansão urbana e as primeiras discussões sobre proteção da natureza. Em todo esse processo, a arquitetura de paisagens se desenvolve e aprimora para acompanhar as necessidades humanas. Ao final, menciono Olmsted e Murgel, trabalhados no capítulo seguinte.

O Capítulo 2, “Os precursores da arquitetura de paisagens nos Estados Unidos e no Brasil”, divide-se em um subtítulo sobre Olmsted e outro sobre Murgel. O último subtítulo é um estudo comparativo das semelhanças e diferenças entre os dois profissionais. Em uma breve introdução a esse capítulo, detalhei o assunto desenvolvido em cada subtítulo. Nessas subdivisões descrevi também a literatura utilizada com mais profundidade que a apresentada nessa introdução.

O Capítulo 3, “A arquitetura de paisagens e os parques nacionais nos EUA e no Brasil”, resulta de uma convergência entre os dois capítulos anteriores. Os trabalhos de Olmsted e Murgel nos parques nacionais foram analisados e comparados. Assim como no terceiro subtítulo do Capítulo 2, há pontos que se assemelham e se diferenciam nos trabalhos dos profissionais.

Após a conclusão, organizei no “Anexo A” uma lista de imagens que expõe locais ou características mencionadas ao longo do texto. Algumas imagens contêm uma descrição mais detalhada sobre o assunto que quis enfatizar. Nesse mesmo conjunto, utilizei fotos dos locais estudados nos parques nacionais e na UFRRJ, no Rio de Janeiro. Selecionei aquelas que evidenciam a questão que eu pretendia abordar. Ficaram de fora dessa seleção diversas fotos sobre os projetos de Murgel, tanto executados, quanto não executados. São fotos importantes como registro histórico, mas que, pela qualidade precária dos próprios documentos ou pelo seu conteúdo, não acrescentariam informações claras ou úteis ao trabalho.

Por meio desse trabalho e da maneira como foi organizado, busquei demonstrar em qual contexto emergiu a arquitetura de paisagens que foi trabalhada posteriormente nos parques nacionais. A expansão das cidades contribuiu para o aprimoramento das técnicas relacionadas ao uso do solo e à arquitetura de paisagens. A comparação entre dois precursores da arquitetura de paisagens em parques nacionais, Olmsted e Murgel, foi uma tarefa complexa, mas frutífera. Olmsted foi de fato um arquiteto de paisagens, detendo os conhecimentos de dimensionamento de espaço e de horticultura. Murgel tinha uma formação de engenheiro-arquiteto e a sua ênfase era nas edificações. No entanto, mesmo assim ele exerceu a arquitetura de paisagens, aplicando-a em seus projetos urbanos. As influências românticas norte-americanas e o racionalismo brasileiro também alteraram a maneira como a arquitetura de paisagens foi trabalhada nos parques dos EUA e no Brasil.

Capítulo 1: A emergência da arquitetura de paisagens no contexto do século XIX e da primeira metade do século XX

O uso e a transformação da terra pelo ser humano ocorrem desde o surgimento das primeiras sociedades primitivas. A percepção do ser humano sobre a natureza sofreu diversas transformações ao longo do tempo e foi além de questões físicas. Em diversos momentos os humanos passaram a se colocar em relação à natureza, às vezes hostil, posteriormente domesticada e depois valorizada, seja de forma utilitária, seja considerando o seu valor intrínseco (Arendt, 1988; Laurie, 1976; Mumford, 1998; Panzini, 2013).

O presente capítulo está dividido em três seções, com os seguintes objetivos: discutir o que seria paisagem; compreender como ela muda ao longo do tempo; e entender o contexto em que surgiu a necessidade de proteção da natureza, inclusive por meio do uso da arquitetura de paisagem. Primeiramente, é discutido o conceito de paisagem, ou melhor, os conceitos de paisagem foram expostos para proporcionar uma melhor compreensão do conteúdo subsequente.

Em seguida, é demonstrado como a paisagem modificou-se ao longo do tempo, mais especificamente dentro dos momentos históricos definidos por Emidio (2017): descoberta, meio de existência e transformação. Alguns estilos e técnicas são retomados, principalmente os que se referem à antiguidade clássica. Uma descrição mais detalhada dos acontecimentos ampliaria muito o escopo da pesquisa, por isso é elaborado um breve tópico sobre as sociedades cujos estilos foram retomados por civilizações subsequentes.

O final da segunda parte evidencia como a arquitetura de paisagem, desenvolvida durante todo o período de alteração da paisagem, foi utilizada para reintegrar o ser humano à natureza. Essa reintegração ocorreu tanto no meio urbano como na proposta de proteção da natureza por meio de parques nacionais. O contexto no qual surge a proposta de proteção da natureza é tema da terceira parte desse capítulo, que finaliza com a apresentação dos dois profissionais pioneiros na proposta de projetos para os primeiros parques nacionais norte-americanos e brasileiros.

As concepções de paisagem

A concepção de paisagem é mutável. Vai além da mera composição visual por se tratar de um reflexo de sistemas naturais e sociais dinâmicos (Bartalini, 2013; Emidio, 2017; Laurie, 1976). Com o tempo houve uma diluição do conceito de paisagem, devido aos vários aspectos inseridos em sua definição, como filosóficos, sociais, religiosos ou geográficos, entre outros. Levando isso em consideração, somente alguns aspectos centrais da relação da

paisagem com os humanos foram desenvolvidos nessa dissertação. São eles: os que dizem respeito ao observador, ao objeto e ao espaço no tempo - percepções, ecossistemas, tempo e intensidade (Bartalini, 2013; Emidio, 2017).

As percepções da paisagem podem dizer respeito ao seu observador. Considerando apenas o indivíduo, sua visão de mundo e as suas experiências, não seria possível afirmar que pessoas distintas observem a mesma paisagem, pois suas interpretações acerca do que veem são diferentes (Gonçalves, 1992). Na perspectiva do ser humano como espécie, trabalhar esteticamente a paisagem refere-se à interação humana com o meio, no intuito de desenvolver ou transformar a sociedade. No século XIX, com o surgimento da geografia, a paisagem passa a limitar-se a um determinado espaço e perde seu conceito inicial de relação entre indivíduo e exterior (Emidio, 2017; Panzini, 2013).

O botânico britânico Arthur George Tansley (1871-1955), em 1935, introduziu o conceito de ecossistema¹ (Emidio, 2017; Kato e Martins, 2016). Isso permitiu que o geógrafo alemão Carl Troll (1899-1975) criasse uma proposta de ecologia da paisagem², em 1939, e ampliasse o conceito de paisagem, considerando nele os processos ecológicos presentes em determinado espaço. A partir de 1980, o conceito de ecologia da paisagem passou a incluir o manejo e a conservação dos recursos naturais (Emidio, 2017). Essas conceituações, se não utilitaristas, são ao menos bastante direcionadas apenas à obtenção do que chamamos, hoje, de serviços ecossistêmicos: regulação do clima, manutenção do solo e dos recursos hídricos, disponibilidade de caça, contenção de doenças, entre outros. Perde-se novamente a noção de interpretação individual da paisagem, restando apenas a noção de que ela é um local que fornece benefícios à espécie humana.

O tempo também interfere na concepção de paisagem, mesmo se breve.³ É a partir dele que as mudanças naturais e culturais ficam mais explícitas. Drummond (2007) descreve como natureza e cultura podem se influenciar, caracterizando os patrimônios natural e cultural como dois fenômenos distintos. Para ele, as terras incultas ou selvagens são o lugar onde predomina

¹ De acordo com Kato e Martins (2016), o conceito de ecossistema de Tansley “expressava a totalidade do sistema abrangendo os organismos e o meio físico e as trocas que ocorriam entre os componentes físicos e biológicos.” (p. 194)

² A ecologia da paisagem, também chamada de ecologia humana, sustenta que o estudo das inter-relações do ser humano com o meio ambiente serve para ordenar a ocupação humana por meio do conhecimento dos limites e possibilidades de uso de determinado território (Emidio, 2017).

³ Wantuelfer Gonçalves (1992) faz diversos questionamentos sobre o que pode ser considerado paisagem. Alguns desses questionamentos dizem respeito ao observador: pessoas diferentes podem ver a mesma paisagem? Para Gonçalves (1992), considerar a observação de um objeto central delimita a área a ser observada, mas não garante o mesmo efeito da paisagem nos indivíduos. Em relação ao tempo, o autor questiona se uma paisagem que sofre uma mudança fenológica em curto prazo seria a mesma? Infere-se que sim, devido ao caráter fortuito e passageiro da influência biológica. A análise estética da paisagem envolve diversos fatores, sendo, então, necessária a delimitação de alguns deles.

o patrimônio natural e “a presença da cultura humana é invisível, ou leve, ou rarefeita”. O patrimônio cultural abrange os ambientes urbano (cidade) e rural (campo), nos quais a cultura humana se expressa em múltiplos artefatos. A cidade é “o lugar onde tipicamente a cultura predomina sobre a natureza”, já o campo é “o lugar onde a cultura humana tipicamente se encontra com a natureza”. A transformação das terras incultas em meio rural e, por fim, em meio urbano, é uma questão de passagem de tempo e intensidade de atuação humana sobre determinada paisagem. Essa é uma relação relevante para a compreensão da emergência da arquitetura de paisagens, pois caracteriza a alteração da natureza por meio do avanço das cidades.

A partir da análise dos aspectos citados, foram e são muitos os conceitos estabelecidos sobre paisagem. Bartalini (2013) faz uma crítica à diluição desse conceito e apresenta suas diferentes definições. O autor passa pela visão do arquiteto francês Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido como Le Corbusier (1887-1965), que considera a paisagem como um contraste entre formas geométricas construídas e formas naturais de caráter menos controlado. Ele analisa também, entre outros, o rígido conceito de Santos (1926-2001), que considera a paisagem como a porção de um território capaz de ser captado pela visão. Na “nascente”⁴ da definição de paisagem, há os conceitos do sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), do filósofo alemão Joachim Ritter (1903-1974) e do geógrafo francês Eric Dardel (1899-1967), que convergem na paisagem como experiência estética e afetiva entre interior e exterior, entre sujeito e objeto. Gonçalves (1992) também ressalta a importância do observador e da sua contemplação na concepção da paisagem.

A convergência dos conceitos de Simmel, Ritter, Dardel e Gonçalves guarda relação com a apreciação da paisagem e com os conceitos românticos de belo, pitoresco e sublime. Eles levam em consideração a essência da relação humano-natureza, ou seja, observador e “objeto”. É importante destacar que os vários conceitos de paisagem se refletem nas diversas alterações pelas quais passou também a definição de arquitetura de paisagem.

A evolução da relação humana com a paisagem

As necessidades humanas relacionadas ao uso da paisagem variaram ao longo do tempo. Emidio (2017) destaca três momentos significativos que marcaram a relação entre

⁴ O termo “nascente”, para Bartalini (2013), refere-se à contribuição ao estudo metodológico de paisagem: “O que foi exposto até aqui teve a intenção de apontar a importância de prospectar as ‘fontes’ da paisagem não com o objetivo de empreender uma retrospectiva histórica para chegar à origem de um conceito, mas antes de facear a sua natureza e apontar para o seu papel social. Quando se pressente o risco de automatizar julgamentos, de calcificar conceitos e os modos de operá-los, convém voltar-se às nascentes.” (p. 79)

seres humanos e natureza: descoberta, meio de existência e transformação. O momento histórico da “descoberta” consiste no período em que a natureza era considerada como dotada de poderes divinos e sobrenaturais, sendo, portanto, temida pelos humanos. É o momento das sociedades primitivas. No segundo momento, o do meio de existência, os seres humanos passaram a compreender os condicionantes da natureza e desenvolveram um aprendizado de aceitação e convivência com eles. Esse período estende-se da Antiguidade à Idade Moderna. O momento da transformação indica o período em que os condicionantes da natureza passaram a ser modificados em virtude dos grandes avanços culturais e tecnológicos da sociedade humana, a partir da Idade Contemporânea.

Ao longo dos momentos históricos de interação entre humanos e natureza, dois tipos de contato com a terra e com as suas características fisiográficas podem ser discriminados: o uso físico e seu uso como “impressões”. O primeiro uso é o fornecimento de recursos pela terra ou o seu uso para obtenção ou suprimento de demais recursos. Atividades como agricultura, pecuária, caça, extrativismo vegetal e mineral, irrigação e fornecimento de energia elétrica por meio de hidrelétricas são algumas das atividades que caracterizam o uso físico da terra. O segundo uso, uso da terra como “impressões”, leva em conta a paisagem como forma de expressão filosófica, religiosa e artística. O lazer, o tributo ao sagrado e a proteção à natureza levando em consideração o seu valor intrínseco são exemplos desse segundo uso (Laurie, 1976; Mumford, 1998).

O uso da paisagem pelos humanos está relacionado com os momentos históricos descritos por Emidio (2017). Determinadas atividades estão mais presentes no primeiro momento histórico, enquanto outras se desenvolvem ou surgem apenas nos dois momentos posteriores (Emidio, 2017; Laurie, 1976). Com base nas informações precedentes, foi desenvolvida uma breve história da relação humana com a paisagem até meados do século XIX. Ela será detalhada juntamente com o relato sobre o século XX. O breve relato sobre o período anterior ao século XIX tem como objetivo pontuar os principais momentos de emergência e alteração da arquitetura de paisagens dentro de uma cronologia histórica.

As sociedades primitivas estão inseridas no momento histórico da “descoberta”, em que predominavam as atividades de caça, pesca, coleta e agricultura de subsistência (Emidio, 2017; Laurie, 1976). Elas eram completamente dependentes da natureza, na qual trabalhavam e viviam, abrigando-se inicialmente em cavernas e posteriormente organizando-se em vilas primitivas ou assentamentos tribais. Esses tipos de organização refletiam uma busca por segurança e um sentimento de temor frente ao desconhecido, frente a uma natureza ainda não dominada (Laurie, 1976; Panzini, 2013).

Para interagir com o desconhecido, os primitivos elaboravam rituais para favorecer ou controlar as forças da natureza. São manifestações desses rituais as cavernas-santuário, os monólitos organizados como grandes calendários e as montanhas consideradas lar de divindades e trabalhadas como locais sagrados.⁵ Com a domesticação de plantas e animais, foi possível estabelecer assentamentos humanos permanentes. A modificação da paisagem transformou-se juntamente com essa nova organização social. O ser humano deixou de ser habitante da paisagem para tornar-se seu construtor (Panzini, 2013).

Da Antiguidade à Idade Moderna, período que vai aproximadamente de 3.500 a.C. até o final do século XVIII, é o momento histórico “meio de existência” que caracteriza a relação entre humanos e paisagem (Emidio, 2017). Nesse momento, cresceu a autoconfiança humana sobre a sua capacidade de se adaptar ao ambiente natural e modificá-lo. A natureza passou a ser trabalhada em benefício das necessidades humanas e a paisagem passou a ser tratada como um recurso (Emidio, 2017; Laurie, 1976).

Dentre as civilizações da Antiguidade (3.500 a.C. a 476 d.C.), destacam-se a mesopotâmica, a persa, a egípcia, a grega e a romana (Emidio, 2017; Laurie, 1976). Os jardins suspensos da Babilônia foram famosos representantes do tratamento da paisagem na Mesopotâmia, associados a um grande conhecimento de botânica e de elaboradas técnicas de irrigação. A representatividade persa em trabalhos paisagísticos pode ser exemplificada pela cidade de Pasárgada, fundada por Ciro, o Grande (559-530 a.C.). O local abrigava amplos jardins que circundavam os palácios imperiais. O jardim principal tinha formato retangular cruciforme, composição que ao longo do tempo tornou-se um arquétipo de jardins (Laurie, 1976; Panzini, 2013). A geometrização era também marcante no Egito antigo, a exemplo das pirâmides, dos templos e jardins de palácios de nobres e sacerdotes (Emidio, 2017; Laurie, 1976; Panzini, 2013).

Os gregos tiveram que alterar seu terreno para o uso agrícola e transporte de água, o que os tornou extremamente conscientes do ambiente natural, muitas vezes associando-o a uma forte sacralidade. Eles foram os responsáveis pela concepção de bosques sagrados, locais mantidos selvagens e que eram ou considerados a morada de seres divinos ou dedicados a heróis (Emidio, 2017). Havia também na Grécia os espaços verdes chamados ginásios, dedicados a atividades atléticas, e que tinham jardins usados para cultivo, encontros, debates e cultos. Um dos mais famosos ginásios de Atenas era chamado “Academia”, onde Platão

⁵ São exemplos dessas manifestações a caverna de Lascaux, na França (ocupada entre 17 mil e 15 mil anos atrás), os monólitos de Avebury, na Inglaterra (datados de aproximadamente 2.500 a.C.), e o zigurate mesopotâmico de Ur (construído aproximadamente em 2.100 a.C.) (Panzini, 2013).

debatia as suas ideias com os seus discípulos. Posteriormente, filósofos, como Aristóteles, criaram as suas próprias escolas, rodeadas de amplos jardins para debates. Eles ficaram conhecidos como “filósofos de jardim” (Emidio, 2017; Panzini, 2013).

O Império Romano se destaca no desenvolvimento das cidades e na sua relação com os espaços verdes. Para assegurar a ocupação dos territórios conquistados, os romanos adotaram a “centurição”,⁶ técnica de mensuração exata de um terreno e de sua repartição em glebas regulares. A colonização romana deu à paisagem uma forma geometricamente organizada. Esse tipo de malha ortogonal foi amplamente aplicada por planejadores urbanos, séculos mais tarde, no desenvolvimento de cidades por todos os continentes (Mumford, 1998; Panzini, 2013; Risério, 2013).

A queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., marcou o início da Idade Média. A estrutura das cidades se estabeleceu em uma organização semelhante à feudal, em grande parte do continente europeu. Nesse período ainda prevalecia um temor dos humanos diante de uma natureza repleta de mistérios. Isso se refletiu no jardim medieval, localizado em um recinto fechado, fortemente defendido contra o mundo exterior. Os jardins eram confinados, principalmente nos mosteiros e conventos (Emidio, 2017; Mumford, 1998).

Ao final da era medieval, nos séculos XV e XVI, surgiu o humanismo, que colocou o ser humano no centro do universo e lentamente influenciou todos os campos do conhecimento, especialmente o urbanismo, o paisagismo, a arquitetura e as artes. É o período da invenção do telescópio e do microscópio e das grandes navegações. Nas artes, foi o período do renascimento, que consistiu em um resgate de referências da antiguidade clássica, principalmente greco-romana. Os parques e jardins foram dominados por padrões geométricos associados a formas naturais e a água tornou-se um importante elemento ornamental e de composição. A função de retiro intelectual dos jardins foi novamente resgatada, assim como ocorrera nos jardins dos filósofos gregos (Emidio, 2017; Panzini, 2013).

Durante o período moderno, surgiram em toda a Europa os estados absolutistas. O estilo barroco marcou o auge do poder absolutista e retratava o domínio dos humanos sobre a natureza. A simetria e a geometrização dos jardins foram levadas ao extremo, resultando em espaços explicitamente artificiais. Os jardins franceses são os maiores exemplares dessa época, destacando-se os jardins do palácio de Versalhes, desenhados por André Le Nôtre (1613-1700). A característica principal desses jardins era a extrema geometrização da

⁶ A centúria, em sua origem, era uma unidade do exército romano composta de cem soldados. Em termos de medida, correspondia a um quadrado com lados de aproximadamente 708m (Panzini, 2013).

vegetação, utilizada de maneira ornamental e em escala monumental (Emidio, 2017; Mumford, 1998; Panzini, 2013).

O século XVIII foi marcado por profundas mudanças sociais na Europa. Ele foi marcado pela Revolução Industrial inglesa e pela Revolução Francesa (1789). A sociedade europeia entrou no momento histórico que Emidio (2017) definiu como de “transformação”. A partir daí, intensificou-se a exploração e o consumo dos recursos naturais para suprir as necessidades humanas, cada vez maiores de moradia, deslocamento e alimentação. As transformações se refletiram na estética das cidades e na relação dos humanos com a natureza (Laurie, 1976).

Na França do século XVIII, foram retomados padrões arquitetônicos e urbanísticos do Renascimento, baseados nos padrões clássicos da antiguidade greco-romana de equilíbrio, clareza e proporção. Os jardins neoclássicos, modestos em dimensão, apresentavam um desenho simétrico, com um eixo central, à semelhança dos jardins persas. A vegetação trabalhada com a inserção de labirintos e a técnica da topiaria⁷ passou a ser bastante utilizada. O Arco do Triunfo e a Igreja da Madalena, em Paris, por exemplo, refletem arquitetonicamente o estilo neoclássico (Emidio, 2017).

Na Inglaterra, emergiu uma outra forma de trabalhar a paisagem, influenciada pelo estilo dos jardins orientais. No século XVII, o absolutismo britânico perdeu seu lugar para um poder dividido entre o monarca e o parlamento, composto tanto por membros da alta aristocracia como por uma classe média. O parlamento inglês votou uma série de medidas que privatizava as terras rurais, antes herdadas por direito consuetudinário. Uma parcela da elite rural britânica implantou a tecnologia de semeadeiras mecânicas e o arado de duas aivecas. Isso ampliou a produção e o valor das terras. Os pequenos proprietários, sem condições de competir com a alta produtividade da elite rural, foram forçados a migrar para as cidades. As terras abandonadas eram compradas por essa elite e transformadas em grandes propriedades, nas quais os senhores instalavam casas de campo e estabeleciam morada por longos períodos (Emidio, 2017; Panzini, 2013).

A rejeição ao poder absolutista se refletiu também na maneira como foi trabalhada a paisagem e as casas no campo. O estilo barroco, associado ao absolutismo e à artificialidade, foi substituído, nas edificações, pela sobriedade do classicismo, mesclada a uma arquitetura de paisagem que adotava formas irregulares e assimétricas, evocando a simplicidade na

⁷ Técnica de adornar jardins dando diversas formas a plantas ou conjunto de plantas (Emidio, 2017).

natureza. Esse conjunto de características deu origem ao estilo pitoresco de projetar a paisagem (Carr, 1999; Emidio, 2017; Panzini, 2013).

A nova visão da natureza, de exaltação e valorização do selvagem, teve início com o romantismo alemão. O escritor Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), com o seu romance *Fausto* (1808), foi um de seus maiores representantes. Goethe reinsereu as impressões e experiências do observador na sua relação com a natureza. Na Inglaterra, o movimento romântico evoluiu como uma reação à degradação da natureza associada ao crescimento das cidades e à exploração de matérias-primas para alimentar as indústrias. Porém, esses aspectos se manifestaram também nas grandes propriedades rurais e parques privados de caça, onde se destacaram os trabalhos dos primeiros representantes do estilo pitoresco (Carr, 1999; Emidio, 2017; Mumford, 1998).

O britânico Lancelot Brown (1716-1783) iniciou a transformação da paisagem de parques privados de caça, nos quais anteriormente prevalecia o barroco como manifestação estética. Nesses parques, Brown costumava suprimir os elementos arquitetônicos ou posicioná-los como elementos integrados na paisagem. Ele implantou o uso de muros rebaixados, ou *ha-ha walls*, para manter o horizonte completamente desobstruído, mas ao mesmo tempo delimitando uma área. O sucessor de Brown, o britânico Humphry Repton (1752-1818), descreveu como “jardinagem paisagista” o desenho paisagístico pitoresco originado na Inglaterra. O paisagista escocês John Claudius Loudon (1783-1843) seguiu o mesmo modo de projetar a paisagem de seus antecessores. Repton e Loudon foram tão influentes no desenho paisagístico que os seus nomes viraram sinônimo do estilo pitoresco, como estilo reptoniano e claudiano (Carr, 1999).

A modificação da paisagem ocorria também por influência das artes, principalmente da poesia e da pintura. Pensadores românticos britânicos, como o aristocrata Sir Uvedale Price (1747-1829) e o artista William Gilpin (1724-1804), discutiam a importância da natureza e conceitos tais como o belo, o pitoresco e o sublime. Em termos gerais, esses autores definiam o pitoresco como aquilo que é próprio de ser retratado em uma pintura, o belo como o que é agradável aos olhos e o sublime como aquilo que transcende a compreensão humana e valoriza a natureza não domesticada. Os paisagistas adeptos do romantismo incorporaram esses conceitos e a natureza da poesia e da pintura em seus trabalhos (Carr, 1999; Mumford, 1998; Panzini, 2013).

O horticultor e paisagista Andrew Jackson Downing (1815-1852), leitor de Gilpin e Price, disseminou nos EUA a visão pitoresca da paisagem, associando-a a um senso de cidadania. Ele publicou, em 1841 uma obra influente em que tratou da arquitetura de

paisagens, ou jardinagem paisagista, como uma maneira de incentivar a cidadania por meio do cuidado com a natureza na escala doméstica. Além disso, destacou dois tipos diferentes de arte e a sua aplicação na paisagem: o estilo antigo, formal ou geométrico, e o estilo moderno, natural ou irregular (o estilo pitoresco, famoso nos jardins ingleses). Downing preferia o segundo estilo, mais ligado à natureza selvagem (Carr, 1999; Downing, 1841; Fein, 1972; Martin, 2011).

O desenvolvimento do estilo pitoresco, muito conhecido como estilo de jardim inglês, foi de extrema importância para o que se sucedeu no meio urbano europeu e norte-americano no século XIX. As cidades sentiram as consequências da Revolução Industrial, iniciada no século anterior. Para combater a insalubridade e as conseqüentes doenças e para expulsar a população pobre dos centros urbanos, ocorreu um processo de grandes reformas urbanas. A primeira iniciativa nesse sentido foi de Charles-Louis-Napoléon Bonaparte (1808-1873), ou Napoleão III. Ele incumbiu o prefeito de Paris, Georges Eugène Haussmann (1809-1891), de dirigir o plano de renovação urbana da cidade (Mumford, 1998; Panzini, 2013).

O plano de Haussmann foi executado entre 1853 e 1870. As reformas conjugaram a criação de parques urbanos no estilo pitoresco, ou inglês, a ampliação da largura das ruas e a geometrização das vias, antes estreitas e sinuosas. O engenheiro Jean-Charles Adolphe Alphand (1817-1891) se encarregou de criar os parques urbanos. O parque Buttes-Chaumont foi considerado sua obra prima. Alphand divulgou o seu trabalho por meio da obra *Les promenades de Paris*, publicada em dois volumes (Panzini, 2013).

O movimento de embelezamento e higienização das cidades europeias expandiu-se por todo o mundo. Nos Estados Unidos da América (EUA), juntamente com o estilo pitoresco de arquitetura de paisagem e as influências do romantismo, a valorização e criação de áreas verdes urbanas foi um estímulo precursor da preservação da *wilderness*, ou natureza selvagem, contra o desenfreado avanço das cidades que resultou do processo de industrialização. O movimento de reestruturação das cidades foi tão forte nos EUA que surgiu o *City Beautiful Movement*, com a intenção de melhorar a estética das cidades (Panzini, 2013).

Como consequência da experiência obtida com a reorganização das cidades, surgiu na Europa e nos EUA uma nova proposta, que estabelecia uma relação mais forte entre humanos e natureza: o movimento *garden city*, ou cidade-jardim. Os britânicos William Morris (1834-1869) e John Ruskin (1819-1900) foram figuras influentes no pensamento sobre a cidade-jardim. Eles exaltaram movimentos antiurbanos e a busca de um ambiente mais belo e saudável. O designer Ruskin fazia parte do movimento *Arts and Crafts*, de valorização do trabalho do artesão e de crítica da impessoalidade trazida pela indústria (Panzini, 2013).

O britânico Ebenezer Howard (1850-1928) propôs o modelo de cidade-jardim. Esse modelo consistia em propostas filantrópicas, socialistas e liberais de uma cidade de baixa densidade de edificações, com espaços verdes planejados e integrados ao espaço urbano, em uma união ideal entre cidade e campo. A capacidade máxima das cidades-jardim seria de 35 mil habitantes (Howard, 1898; Mumford, 1998; Panzini, 2013).

A primeira cidade-jardim foi Letchworth, em Londres. Iniciada em 1903, o seu projeto foi elaborado pelos arquitetos Barry Baker (1867-1947) e Raymond Unwin (1863-1940). O sucesso da cidade incentivou alguns empreendimentos semelhantes pela Europa. Contudo, o que deveriam ser cidades, passou a caracterizar meros bairros-jardim periféricos, os subúrbios. Apesar de terem servido para difundir o modelo de cidades-jardim, os subúrbios não eram a representação fiel à proposta inicial de Howard de cidade filantrópica, socialista e liberal (Mumford, 1998; Panzini, 2013).

O arquiteto francês, Le Corbusier (1887-1965), criticava o modelo da cidade-jardim e conseguiu repensar de maneira mais eficaz como fazer a inserção do verde nos núcleos urbanos. Uma de suas propostas de maior destaque foi a *Ville Radieuse*, apresentada no III Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em Bruxelas, Bélgica, em 1930. O *slogan* desse seu projeto era *ville verte*, ou cidade verde. Le Corbusier criticava a cidade-jardim por causa de sua baixa densidade populacional, o que deixava diversos espaços sem uso e sujeitos à depredação e depreciação. A sua cidade verde integrava natureza a uma cidade densa de habitantes e de atividades e relações sociais (Panzini, 2013).

No Brasil do final do século XIX e início do século XX, cidades como Rio de Janeiro/RJ e Salvador/BA foram reformadas, muito por influência do trabalho de Haussmann em Paris, mas também sob influência da ideia de cidades-jardim. O motivo foi a busca por modernização, embelezamento e higienização. A influência de Le Corbusier chegou apenas na segunda metade do século XX, quando Lucio Costa (1902-1998), ciente das mais atualizadas discussões sobre CIAMs, projetou o futuro Distrito Federal do Brasil, contendo uma “cidade verde”, Brasília (Panzini, 2013; Vidal, 2009). No entanto, na reformulação das cidades brasileiras, o romantismo não teve expressão na valorização da natureza, como ocorreu nos EUA, pelo menos não de forma direta.

Enquanto nos EUA do século XIX cidades como Nova York passavam pelo processo de reestruturação, a marcha para oeste prosseguia ampliando as fronteiras do país. No Brasil, o processo de modernização das cidades ocorreu um pouco antes da efetiva marcha para oeste, impulsionada no governo de Getúlio Vargas (1882-1954) e atingindo seu ápice com Juscelino Kubitschek (1902-1976) e a construção de Brasília. Concomitantemente com o

processo de expansão e modernização, surgiram movimentos em defesa da proteção da natureza. Nos EUA, esse movimento foi fortemente influenciado pelos ideais românticos, enquanto no Brasil houve uma mescla maior de racionalismo, da herança do iluminismo, e das percepções e ideais do romantismo herdados de Goethe e Schelling, mas, sobretudo de Humboldt e dos naturalistas viajantes, na crítica à destruição do patrimônio natural (Nash, 1990; Vidal, 2009; Franco e Drummond, 2009; Franco, Schittini e Braz, 2015).

Os contextos norte-americano e brasileiro na emergência da arquitetura de paisagens nos séculos XIX e XX

Nos EUA do século XIX, o crescimento das cidades, o desenvolvimento da tecnologia e da indústria, e a degradação ambiental convergiram e resultaram em movimentos em prol da conservação e preservação da natureza. Esses movimentos foram influenciados por ideais liberais, românticos, transcendentalistas e de constituição de uma identidade nacional. A forma de modificar a paisagem refletia esta situação histórica. O romantismo e o transcendentalismo enfatizaram o valor da *wilderness* que, por sua vez, fortalecia para alguns norte-americanos o sentimento de uma identidade nacional própria (Laurie, 1976; Nash, 2001).

A marcha norte-americana para oeste teve início com a independência dos EUA, em 1776, e prolongou-se por quase todo o século XIX. Frederick Jackson Turner (1976 [1893]) propôs uma tese sobre a expansão das fronteiras dos EUA. Essa expansão foi organizada cronologicamente e por tipologias geográficas e econômicas. A última fronteira, entre o cinturão das *Rocky Mountains* e a região de terras áridas e a Califórnia a oeste das montanhas, esgotou-se em 1890. De acordo com Turner (1976 [1893]), à medida que o colono norte-americano se afastava do leste do país em direção ao oeste, com acesso facilitado à terra, mais norte-americano ele se tornava e menos europeu ficava. Esses fatores moldaram as características dos habitantes dos EUA, os desbravadores (*pioneers*), pertencentes a uma nação que se desenvolveu sem os entraves de uma metrópole dominadora, de uma igreja oficial e de uma nobreza controladora de vastas extensões de terra.

A ampliação das fronteiras estimulou a reflexão sobre a relação entre os humanos e a natureza. O progresso tecnológico, com as estradas de ferro e os automóveis, impulsionou o desenvolvimento social e econômico norte-americano. Preocupados com a velocidade e a intensidade da urbanização e da industrialização, alguns habitantes do leste, com inclinações literárias e artísticas, alertaram para a destruição da natureza. A preocupação com a perda da

natureza selvagem, da *wilderness*, levou à sua valorização e ao clamor pela sua preservação (Karnal *et al.*, 2007; Nash, 2001).

George Catlin (1796-1872), pintor e amigo dos indígenas norte-americanos e da *wilderness*, foi o primeiro a efetivamente reivindicar a proteção da *wilderness*, ao propor a criação do parque de Yellowstone, em 1832. O escritor Ralph Waldo Emerson (1803-1882) liderou o movimento transcendentalista, cujo cerne era a crença de que havia uma correspondência entre uma esfera superior de verdade espiritual e uma esfera inferior de objetos materiais. Por refletir as verdades espirituais universais, os objetos naturais assumiam importância. Emerson declarou em um famoso manifesto, intitulado *Nature*, de 1836, que a natureza era o símbolo do espírito. Influenciado por Emerson e Catlin, o escritor Henry David Thoreau (1817-1862) desejou impedir a extinção de índios e animais selvagens, defendeu a *wilderness* como reservatório de nutrição intelectual para os humanos. Ele foi além: argumentou que proteger a *wilderness* era importante para a preservação da própria civilização (Nash, 1990; Nash, 2001).

A visão desses pensadores românticos, em especial a associação que Thoreau fez entre o contato com a natureza e a civilização, está em consonância com o que Simmel, Ritter, Dardel e Gonçalves procuravam no conceito inicial de paisagem: uma relação transformadora entre um ambiente interno (o ser humano e as suas vivências) e um ambiente externo (a própria natureza) (Bartalini, 2013; Gonçalves, 1992).

Outros intelectuais se engajaram nos primeiros debates sobre a necessidade de proteção da natureza. O ponto culminante foi o desenvolvimento de uma perspectiva mais profunda, que atribuía um valor intrínseco à natureza. Ela expandia o círculo de consideração ética e de direitos, seguindo uma via que passava pela abolição da escravidão, pelos direitos das mulheres, até pelos direitos dos animais e da natureza. Com o tempo, a *wilderness* passou de ser valorada negativamente para ser um dos bens mais expressivos e valorizados por um pequeno grupo de norte-americanos, tornando-se para ele um componente-símbolo da identidade nacional nos EUA (Carr, 1999; Nash, 1989; Nash, 1990).

As transformações na paisagem faziam com que ela ficasse cada vez mais antropizada, e que o patrimônio natural ficasse cada vez mais reduzido. Antes da criação dos parques nacionais norte-americanos, habitantes das cidades já ansiavam por maior integração com a natureza, o que resultou em toda uma discussão sobre parques como “pulmões” da cidade, cidades-jardim, bairros-jardim e cidades verdes. Foram desenvolvidas, ao longo da história, técnicas de trabalho com a paisagem, aliadas à horticultura, agricultura e arquitetura. Isso possibilitou trabalhos como os de Haussmann, em Paris. Porém, apenas integrar a natureza ao

ambiente urbano não era suficiente para evitar o sentimento de que a natureza estava sendo destruída. Mas, de fato, a sua face mais selvagem, a *wilderness*, estava sendo destruída (Drummond, 2007; Mumford, 1998; Sennett, 1994).

Seguindo as premissas da reforma de Haussmann em Paris, a cidade de Nova York, um pouco após a primeira metade do século XIX, também passou por um processo de embelezamento. A criação do *New York Central Park*, iniciada em 1857, e o tratamento viário interligando diversos parques urbanos foram desenvolvidos pelo arquiteto de paisagens Frederick Law Olmsted (1822-1903) e pelo arquiteto Calvert Vaux (1824-1895). Esse trabalho foi de suma importância para que Olmsted desenvolvesse e colocasse em prática todas as suas técnicas de horticultura e planejamento de paisagem, para posteriormente aplicá-las na proposta do que deveria ter sido o primeiro parque nacional norte-americano, o *Yosemite Valley*. A proposta não vingou, mas o relatório de 1865 de Olmsted para o parque do Yosemite influenciou a criação de outros parques nacionais, como o Parque Nacional de Yellowstone (1872), e até mesmo de instituições como o *U.S. National Park Service* (NPS), em 1916 (Carr, 1999; Panzini, 2013; Sellars, 1997; Wells, 2014).

O mesmo sentimento de identidade nacional que muitos norte-americanos nutriram a partir da valorização da *wilderness* e dos seus parques nacionais estava latente no Brasil de 1920-1940. Mesmo antes da independência do Brasil e durante o período imperial, já havia se desenvolvido, entre alguns setores da intelectualidade, uma preocupação com a destruição das florestas e o uso irracional dos recursos naturais. Entre esses intelectuais, a figura mais ilustre foi a de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838). Ele criticava o latifúndio e a escravidão, e propôs a divisão da terra entre pequenos proprietários, inclusive escravos libertos (Dean, 1996).

Já no final do século XIX e no início do XX, alguns técnicos e cientistas contratados pelos governos do estado de São Paulo e Federal começaram a chamar a atenção para a importância da proteção de áreas naturais, devido ao crescente desmatamento no país. Entre eles, destacam-se os estrangeiros Orville Derby (1851-1915), Hermann von Ihering (1850-1930), Alberto Loefgren (1854-1918) e o político brasileiro Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941) (Franco e Drummond, 2009).

Derby, geólogo e geógrafo norte-americano, criou condições para a fundação da primeira reserva florestal de São Paulo, na Serra da Cantareira. O naturalista alemão, Ihering, condenava a exploração negligente de recursos naturais, apoiava a ação firme do Estado brasileiro, demandava a fundação de um serviço florestal e propôs esboços de um código florestal. Loefgren, botânico sueco, conseguiu estabelecer uma estação biológica no Itatiaia

(RJ), precursora do Parque Nacional do Itatiaia. Andrade, talvez por ser brasileiro, foi o único que conseguiu concretizar completamente as suas propostas: reflorestamento com espécimes exóticas para fins utilitários ao longo de vias férreas de São Paulo e transformação do antigo Jardim Botânico de São Paulo em Horto Florestal (Franco e Drummond, 2009).

Nesse mesmo período, algumas cidades brasileiras, como Belo Horizonte, foram criadas em uma concepção *haussmanniana* de embelezamento e higienização. A cidade do Rio de Janeiro modernizava-se e propostas de interiorização do Distrito Federal eram discutidas. Essas propostas de interiorização faziam parte do plano de ocupação e integração do Brasil e visavam proporcionar maior segurança à capital federal, localizando-a distante do litoral propício a invasões estrangeiras (Risério, 2013; Vidal, 2009).

Durante os anos 1920-1940, um grupo de cientistas brasileiros, dentre os quais se destacaram Alberto José Sampaio (1881-1946), Armando Magalhães Corrêa (1889-1944), Cândido de Mello Leitão (1886-1948) e Frederico Carlos Hoehne (1882-1959), defendeu a proteção à natureza brasileira. Eles eram bem atualizados sobre as correntes de pensamento relacionadas à proteção da natureza no mundo. Eles discutiam questões como criação de jardins urbanos, *wilderness*, silvicultura, paisagismo, monumentos naturais, fauna carismática, biocenose e modelos de parques nacionais para o turismo. Apesar de terem conseguido inicialmente inserir a proteção à natureza no amplo projeto de Vargas de organizar a nação e constituir a sua identidade, os protetores da natureza brasileiros notaram uma retração por parte do governo em relação à criação de demais áreas protegidas além dos três primeiros parques nacionais. As medidas de proteção à natureza na era Vargas acabaram tendo efeitos pontuais e o projeto político de crescimento econômico, mesmo que à custa da devastação da natureza, tornou-se a diretriz principal do desenvolvimento do país (Franco e Drummond, 2009).

A década de 1920 foi repleta de movimentos voltados ao debate sobre a nação e a identidade nacional brasileira. A Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, voltou-se para a reflexão sobre novas representatividades literárias e artísticas que poderiam ser adotadas no Brasil. O Estado getulista, que valorizava o nacionalismo e a modernização, influenciado pelos cientistas e intelectuais identificados com a proteção da natureza, acabou por ter como uma das suas ações pontuais para a proteção à natureza a criação e implantação dos projetos dos três primeiros parques nacionais brasileiros (Lima, 2003a).

Foi nesse momento que a figura do bandeirante ganhou expressividade como representante da identidade nacional, algo semelhante à figura do *pioneer* norte-americano, embora ele fosse transiente e nômade e o *pioneer* fosse residente e estável. Na arquitetura, o

estilo neocolonial entrou em evidência expressando um resgate do estilo colonial considerado genuinamente brasileiro (Oliveira, 2000; Rodrigues, 2016).

O arquiteto Ângelo Alberto Murgel (1907-1978) executou alguns projetos que mesclavam o estilo neocolonial a uma arquitetura vernácula, numa síntese que ele chamou de arquitetura rural. Foi esse o estilo que prevaleceu nos projetos de Murgel para os primeiros parques nacionais brasileiros. Ele utilizou também outro estilo, que se destacou mais em construções urbanas: o estilo moderno ou *art déco*. O *art déco* aparece de forma discreta em algumas de suas edificações nos parques nacionais.

A alteração da paisagem ao longo do tempo reflete a evolução das sociedades e a maneira como elas lidam com o entorno natural. O processo de discussão sobre proteção da natureza é uma consequência da compreensão da necessidade de estabelecer uma relação saudável entre ser humano e natureza, seja por questões estéticas, físicas ou mentais. A arquitetura de paisagem permite trabalhar esse tipo de relação por meio de técnicas que se refletem em estilos. O estilo pitoresco foi utilizado por Olmsted em grande parte de seus projetos, enquanto o estilo da arquitetura rural e neocolonial foi o meio pelo qual Murgel expressou o seu trabalho nos parques nacionais.

Olmsted e Murgel foram dois grandes representantes e precursores de projetos de edificações e demais alterações na paisagem de parques nacionais. Ambos trabalharam com projetos em câmpus universitários, cidades e parques, aplicando as experiências que iam adquirindo ao longo do tempo (Cronon, 1996; Lima, 2003a). A arquitetura de paisagens do século XIX e da primeira metade do século XX nos EUA e no Brasil reflete todo um contexto social, econômico, cultural e geográfico. Compreender esse contexto e a aplicação da profissão da arquitetura paisagística por seus pioneiros permite conectar a importância dessa profissão e a aplicação de suas técnicas com a criação e implantação dos primeiros parques nacionais. Essas questões serão aprofundadas no capítulo seguinte.

Capítulo 2: Os precursores da arquitetura de paisagens nos EUA e no Brasil

Esta segunda parte trata da história dos dois profissionais que primeiramente trabalharam com parques nacionais nos EUA e no Brasil: o arquiteto de paisagens norte-americano Frederick Law Olmsted e o arquiteto brasileiro Ângelo Alberto Murgel.

Esse capítulo está dividido em três subtítulos. O primeiro trata da trajetória pessoal e profissional de Olmsted até o momento inicial da prática da arquitetura de paisagens, no *New York Central Park*. O segundo narra a trajetória do arquiteto brasileiro. Essa parte difere da parte anterior sobre Olmsted, pois não há informações sobre a vida pessoal de Murgel. O relato sobre ele foi embasado mais em seu contexto que em suas experiências. O terceiro subtítulo demonstra as semelhanças e os contrastes entre os dois profissionais estudados, ao mesmo tempo em que antecipa o tema sobre dos parques nacionais, a ser tratado no terceiro e último capítulo.

2.1. Frederick Law Olmsted: a arquitetura de paisagens e os parques nacionais norte-americanos

Frederick Law Olmsted (1822-1903) (Figura 1) foi um profissional que acumulou uma vasta experiência em diversos setores. Trabalhou com agricultura, engenharia e jornalismo; participou de lutas sociais e pela conservação da natureza. As experiências de vida de Olmsted estiveram fortemente ligadas ao desenvolvimento da arquitetura de paisagens e a um contexto histórico no qual os espaços de natureza selvagem (*wilderness*) nos EUA se tornavam cada vez mais relevantes.

Nos Estados Unidos do século XIX, um dos grandes debates girava em torno da questão da identidade nacional. A expansão das cidades, a industrialização e, por conseguinte, a degradação dos ambientes e a queda na qualidade de vida urbana levaram a um debate sobre a necessidade de conservação da natureza. As filosofias romântica e transcendental elevaram a importância da natureza selvagem e ajudaram a estabelecer um vínculo entre ela e a emergência de uma identidade nacional norte-americana.

Em 1865, Olmsted, utilizando a sua experiência em arquitetura de paisagens e em administração e gerenciamento de obras paisagísticas, elaborou um relatório defendendo a criação daquele que deveria ter sido o primeiro parque nacional norte-americano, no *Yosemite Valley*, na Califórnia. Apesar de não ter sido aceito pela legislatura da Califórnia, a proposta de criação do parque e o seu relatório serviram como estímulo para a organização de outros

parques nacionais, como foi o caso do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, de fato o primeiro parque nacional a ser criado nos EUA e no mundo.



Figura 1. Frederick Law Olmsted em 1860, aos 38 anos de idade.
Autoria desconhecida

Fonte: <<https://collections.mcny.org/Collection/Frederick%20Law%20Olmsted-24UFOELKHX0.html>>

Para compreender a vida e o pensamento de Olmsted, foram analisados vários de seus manuscritos autobiográficos e textos publicados. Duas coletâneas foram utilizadas como fonte de pesquisas desses manuscritos, organizadas por Beveridge (2016) e Hubbard e Olmsted Jr. (2018). A primeira é a mais completa, porém a segunda permite trafegar com mais rapidez por temas como jardinagem paisagista, agricultura, viagens e as influências do horticultor e arquiteto paisagista Andrew Jackson Downing (1815-1852) sobre Olmsted.⁸

Alguns manuscritos consultados foram nomeados por Olmsted; outros, como cartas e rascunhos, não têm títulos. Os trechos aqui citados sobre o plano do *Central Park*, intitulado *Description of a Plan for the Improvement of the Central Park (1865)*, foram retirados do documento completo presente na coletânea de Beveridge (2016). O documento sobre a infância de Olmsted, *Passages in the Life of an Unpractical Man* (s.d.); a carta para Andrew Jackson Downing (1850); e a carta a uma amiga (meados de 1890) foram retirados da coletânea de Hubbard e Olmsted Jr. (2018). O livro de Olmsted (2014), *The Yosemite Valley*

⁸ Andrew Jackson Downing nasceu em Newburgh, Nova York, em 1815. Ficou conhecido como o precursor da jardinagem paisagista nos EUA, como defensor da melhoria da vida no campo por meio de uma arquitetura rural, e como difusor do uso da varanda nas residências norte-americanas. Ele foi o elo entre a jardinagem paisagista britânica e a dos EUA. O seu estilo de projetar era orgânico (pitoresco) e influenciou a geração futura de arquitetos de paisagens norte-americanas. Horticultor e escritor, era editor na revista *The Horticulturist* e tinha um escritório de jardinagem paisagista sediado em Newburgh. Faleceu aos 36 anos, em 1852, na explosão de um barco a vapor no rio Hudson (Carr, 1999; Fein, 1972).

and the Mariposa Grove of Big Trees: A Preliminary Report, de 1865, trata do relatório que ele escreveu para a criação do Parque Nacional do Yosemite. Foram utilizadas, também, passagens do livro *Walks and Talks of an American Farmer in England*, de Olmsted (1852); e do livro de Andrew Jackson Downing, *A Treatise on the Theory and Practice of Landscape Gardening, Adapted to North America: With a View to the Improvement of Country Residence* (1841). Foram consultados ainda os livros *Remarks on forest scenery, and other woodland views (related chiefly to picturesque beauty), illustrated by the scenes of New Forest in Hampshire* (1791), de William Gilpin; e *Essays on the Picturesque, as Compared with the Sublime and the Beautiful: And, on the Use of Studying Pictures, for the Purpose of Improving Real Landscape, Volume I* (1810), de Sir Uvedale Price.⁹

As obras do historiador ambiental Roderick Nash também mencionam as contribuições de Frederick Law Olmsted, porém de forma pontual. A sua maior contribuição a este estudo é a contextualização de Olmsted na história da proteção da natureza norte-americana. Em um panorama geral, Karnal *et al.* (2007) e Mumford (1998) proporcionam a contextualização histórica do século XIX. Cronon (1996), Fein (1972) e Martin (2011) trabalham mais diretamente a vida e as obras de Olmsted. Sobre a arquitetura de paisagens como profissão, Carr (1999), Emidio (2017), Laurie (1976), Panzini (2013) e Sellars (1997) fornecem as informações para melhor compreensão.

O estudo permitiu compreender o contexto em que se desenvolveu a arquitetura de paisagens de Frederick Law Olmsted e a sua relação com os primeiros parques nacionais norte-americanos. A pesquisa foi organizada em duas partes: “A emergência da arquitetura de paisagens de Frederick Law Olmsted” e “A Arquitetura de Paisagens no *Central Park* e nos Parques Nacionais”. Na primeira parte desenvolvi uma narrativa baseada na vida de Olmsted, com foco nos fatores e nas pessoas que o influenciaram a trabalhar com arquitetura de paisagens. A segunda parte contém uma descrição mais técnica de como ele aplicou as suas habilidades, em parceria com o arquiteto Calvert Vaux (1824-1895),¹⁰ e uma análise de como a arquitetura de paisagens de Olmsted se relaciona com a proteção da natureza.

⁹ Os livros de Downing (1841), Gilpin (1791), Olmsted (1852) e Price (1810) foram obtidos por meio do site *Internet Archive* (archive.org), uma organização sem fins lucrativos que disponibiliza gratuitamente documentos digitalizados anteriores a 1923 e sem *copyright*.

¹⁰ Calvert Vaux nasceu em 1824, em Londres, Inglaterra, onde viveu até 1850, trabalhando como arquiteto e paisagista aprendiz no escritório do arquiteto britânico Lewis Nockalls Cottingham (1787-1847). Em 1851, o trabalho de Vaux chamou a atenção de Andrew Jackson Downing, que o convidou para trabalhar em seu escritório em Newburgh, Nova York. Vaux aceitou e, nesse mesmo ano, conheceu Olmsted, que viajou a Newburgh para visitar Downing. Com a morte precoce de Downing, Vaux assumiu o controle do escritório do qual já era sócio e, em 1857, convidou Olmsted para elaborar, conjuntamente, uma proposta de projeto para o

A emergência da arquitetura de paisagens de Frederick Law Olmsted

Olmsted nasceu em 26 de abril de 1822, em Hartford, estado de Connecticut, EUA. Ficou conhecido como o pai da arquitetura de paisagens norte-americana. Ele foi também jornalista, administrador público e ativista do movimento conservacionista. Tornou-se famoso por criar com Calvert Vaux, arquiteto e paisagista britânico, alguns dos mais famosos parques urbanos dos EUA, como o *Central Park*, em Nova York (1857), e o *Golden Gate Park*, em San Francisco (1870) (Cronon, 1996; Nash, 1990).

Olmsted ficou conhecido também por criar o primeiro e mais antigo sistema de vias interligadas a parques urbanos em Buffalo, estado de Nova York (1868), e por restaurar o *Niagara Reservation State Park*, ao longo das *Niagara Falls* (1865). Ele foi o responsável por propor o relatório do *Yosemite Valley*, na Califórnia, em 1865, que levou mais tarde à proteção do vale no âmbito de um parque nacional. Olmsted participou também da recuperação das áreas degradadas de Riverway, em Boston, Massachusetts, em 1880, e Biltmore, North Carolina, em 1888 (Cronon, 1996; Nash, 1990).

A carreira de arquiteto de paisagens não foi, porém, uma escolha consciente de Olmsted, mas uma consequência de suas experiências pessoais e profissionais, influenciadas pelo contexto histórico norte-americano do século XIX. Olmsted tinha o hábito de escrever sobre as suas ideias e experiências de viagens e de trocar correspondências com amigos e parentes. Nos seus vários escritos, foi possível compreender as origens de sua apreciação da natureza e como ela evoluiu para a prática da arquitetura de paisagens. Em um de seus fragmentos autobiográficos, ele narrou as suas memórias sobre passeios com a família: “As lembranças mais felizes da minha infância são as caminhadas e os passeios que tive com meu pai, e os passeios com meu pai e minha madrasta nos bosques e campos. Às vezes eles foram muito longos, verdadeiros passeios em busca do pitoresco.”¹¹ (Olmsted, [s.d.], l. 588).

Além dos passeios e viagens em família, a educação de Olmsted também o direcionou para a arquitetura de paisagens. A sua educação primária, de 1826 a 1837, ocorreu em várias escolas no meio rural de Connecticut, onde ele aproveitava para fazer pequenas incursões nas florestas dos arredores e praticava intuitivamente a apreciação da paisagem. Entre 1837 e

concurso do *Central Park*. O projeto de Vaux e Olmsted venceu o concurso. A parceria durou até 1872. Vaux faleceu no Brooklyn, Nova York, em 1895 (Fein, 1972; Kowsky, 2003).

¹¹ As traduções de trechos em inglês foram livremente feitas pela autora. Os trechos originais foram todos transcritos para as notas de rodapé. “The happiest recollections of my early life are the walks and rides I had with my father and the drives with my father and [step-]mother in the woods and fields. Sometimes these were quite extended, and really tours in search of the picturesque.” Manuscrito de Frederick Law Olmsted intitulado *Passages in the life of an unpractical man*.

1844, ele exerceu diversas atividades, desde ajudante de engenheiro civil, balconista numa firma de importação de grãos, até aprendiz de atividades agrícolas (Fein, 1972; Hubbard e Olmsted Jr., 2018).

Os estudos práticos em engenharia, iniciados com Frederick A. Barton em novembro de 1837, em Andover, Massachusetts, despertaram o interesse de Olmsted por leituras que discutiam questões como o pitoresco, o belo e o sublime na paisagem. Nos seus fragmentos autobiográficos ele destaca duas obras altamente influentes: *Remarks on forest scenery, and other woodland views (related chiefly to picturesque beauty), illustrated by the scenes of New Forest in Hampshire* (1791), de William Gilpin, e *Essays on the Picturesque, as Compared with the Sublime and the Beautiful: And, on the Use of Studying Pictures, for the Purpose of Improving Real Landscape, Volume 1* (1810), de Sir Uvedale Price (Hubbard e Olmsted Jr., 2018; Price, 1810). A leitura desses dois autores indica que Olmsted acompanhava o movimento romântico, no âmbito do qual a valorização da natureza selvagem era um aspecto central. Além desses autores, ele também lia Ralph Waldo Emerson (1803-1882), entre outros pensadores influentes na época (Fein, 1972; Hubbard e Olmsted Jr., 2018; Nash, 2001). Sobre Gilpin e Price, Olmsted escreveu o seguinte, em uma carta a uma amiga não identificada, por volta de 1890:

[Esses livros] eram Price em *The Picturesque* e Gilpin em *Forest Scenery*, - livros do século passado, mas que eu aprecio muito mais do que qualquer outro publicado desde então, como estimuladores do exercício do julgamento em questões de minha arte - eu os colocava nas mãos dos meus aprendizes assim que entravam em nosso escritório, dizendo: "Você deve ler isso seriamente, como um estudante de direito leria [o jurista] *Blackstone*"¹² (Olmsted, 1850, 1.945-950).

Nessa mesma carta, Olmsted comentou sobre Emerson: "Naquela época, fui levado a Emerson, Lowell e Ruskin, e a outros profetas de verdade que são amigos próximos desde então. (...). E isso me deu o respeito necessário pelos meus próprios gostos constitucionais e uma inclinação ao refinamento poético em seu cultivo, que depois determinou minha profissão"¹³ (Olmsted, 1890, l. 941-945). Dessa maneira, fica clara a influência dos

¹² "They were Price on the Picturesque and Gilpin on Forest Scenery, - books of the last century, but which I esteem so much more than any published since, as stimulating the exercise of judgment in matters of my art, that I put them into the hands of my pupils as soon as they come into our office, saying, 'You are to read these seriously, as a student of law would read Blackstone.'"

¹³ "(...) I was led up at that time to Emerson, Lowell and Ruskin, and other real prophets who have been familiar friends ever since. (...). And these gave me the needed respect for my own constitutional tastes and an inclination to poetical refinement in the cultivation of them that afterwards determined my profession."

pensadores românticos e das influências do estilo pitoresco na vida de Olmsted, desde a sua juventude, marcando a sua futura formação como arquiteto de paisagens.

Em 1836, Olmsted sofreu um grave envenenamento acidental por sumagre, que o cegou parcialmente, prejudicando sua visão por diversos anos. Apesar disso, ele conseguiu finalizar sua educação primária ainda em 1836. Por recomendação médica, foi aconselhado a não exercer atividades que forçassem muito a visão, o que o afastou dos estudos universitários. Entre 1842 e 1847, Olmsted frequentou palestras sobre agricultura na *Yale University*, New Haven, Connecticut. Em 1846, ele trabalhou como aprendiz em uma fazenda de Onondaga County, Nova York. No ano seguinte, ele comprou uma fazenda em Staten Island, Nova York, onde passou a praticar os seus conhecimentos de agricultura e onde residiu por dez anos. Foi um período de importantes acontecimentos, responsáveis pela sua sutil transição de agricultor para arquiteto de paisagens (Fein, 1972).

Em 1849, Olmsted fez uma série de viagens curtas com a finalidade de adquirir mudas para iniciar seu pequeno viveiro. As despesas eram pagas com os artigos que ele escrevia sobre temas agrícolas para jornais e revistas. Uma dessas revistas era a *The Horticulturist*, editado pelo paisagista e horticultor Andrew Jackson Downing. Em 1850, Olmsted fez uma viagem à Inglaterra e à Europa Ocidental. Relatou, em uma carta a Downing, algumas de suas experiências durante essa viagem: “Vi as melhores partes da Inglaterra, passando dois meses viajando a pé, vendo o país com grande vantagem, de modo que sinto como se não tivesse apenas visto o caráter rural, mas vivido nele, e fiz dele uma parte de mim.”¹⁴ (Olmsted, 1850, l. 1238-1243). Nessa mesma carta, Olmsted pediu sugestões a Downing sobre diferentes maneiras de cultivar determinadas espécies de plantas, como peras.

A relação entre Olmsted e Downing era profissional e refletia a admiração e o respeito que Olmsted tinha por Downing. Em 1851, ele visitou Downing em seu escritório em Newburgh, Nova York, onde conheceu seu futuro sócio, Calvert Vaux. Dessa maneira, além de influenciar Olmsted em seu estilo de trabalhar a arquitetura de paisagens e a agricultura, Downing foi o elo entre Olmsted e Vaux (Fein, 1972; Martin, 2011). Nesse mesmo ano, Olmsted retornou de suas viagens à Inglaterra e Europa Ocidental, para, no ano seguinte, publicar seu primeiro livro: *Walks and Talks of an American Farmer in England*.¹⁵

¹⁴ “I saw the best parts of England, spending two months travelling through it on foot, seeing the country of course to great advantage, so that I feel as if I had not merely seen the rural character, but lived in it, and made it a part of me.”

¹⁵ O segundo volume desse livro, também publicado em 1852, foi dedicado à memória de Andrew Jackson Downing, falecido em uma explosão de barco no mesmo ano. Na dedicatória, Olmsted respeitosamente escreveu: “À memória de Andrew Jackson Downing: qualquer que seja a boa, autêntica e agradável reflexão que este volume possa conter, é humildemente e reverentemente inscrito.” (To the Memory of Andrew Jackson

No primeiro volume do livro, Olmsted relatou as suas observações sobre o paisagismo europeu. Ele ficou impressionado principalmente com a Inglaterra, berço da jardinagem paisagística e do estilo pitoresco. Ele descreveu o *People's Garden*, em Birkenhead, o mais importante subúrbio de Liverpool, como dotado de um paisagismo perfeito:

Cinco minutos de admiração, e alguns mais gastos estudando a forma com que a arte foi empregada para obter da natureza tanta beleza, e eu já estava pronto para admitir que nos EUA democráticos não havia nada a ser pensado de comparável a este *People's Garden*. De fato, a jardinagem aqui alcançou a perfeição que eu nunca antes havia imaginado. (...) eu vou apenas dizer-lhes que passamos por caminhos sinuosos por acres e acres, com uma constante variação de superfície, onde por todos os lados cresciam todas as variedades de arbustos e flores, com mais que graça natural, todos dispostos nas bordas dos gramados mais verdes, próximos à relva, e mantidos na maior perfeição.¹⁶ (Olmsted, 1852a, p. 79)

Também em 1852, a escritora Harriet Beecher Stowe (1811–1896) publicou o livro *Uncle Tom's Cabin*, um romance sobre a escravidão norte-americana. Desde a depressão econômica (1819-1824) que assolou os Estados Unidos - por conta da inserção de produtos ingleses baratos e manufaturados que quebraram os bancos e a economia norte-americanos - até meados de 1850, o país passou por um reformismo religioso. Esse reformismo exaltava a visão romântica da natureza e da vida simples do camponês, e pregava o amor cristão como meio de superação da escravidão. *Uncle Tom's Cabin* deu bases para a luta abolicionista e para a Guerra Civil (1861-1865)¹⁷ (Karnal *et al.*, 2007; Martin, 2011).

O livro de Olmsted também teve o seu impacto social e trazia algumas observações além daquelas referentes ao estilo pitoresco e à natureza. Sobre a visão dos europeus relacionada à escravidão, Olmsted escreveu: "Todas as pessoas mais moderadas e religiosas têm um grande horror de nossa escravidão e das ocasionais manifestações da lei de Lynch em nossa fronteira ocidental (...)"¹⁸ (Olmsted, 1852a, p. 220-221). Por conta da recepção favorável do livro pelos norte-americanos e por sua percepção de natureza e contexto social,

Downing: Whatever of good, true, and pleasant thought this volume may contain, is humbly and reverently inscribed.) (Olmsted, 1852b)

¹⁶ "Five minutes of admiration, and a few more spent in studying the manner in which art had been employed to obtain from nature so much beauty, and I was ready to admit that in democratic America there was nothing to be thought of as comparable with this People's Garden. Indeed, gardening had here reached a perfection that I had never before dreamed of. (...) I will only tell you, that we passed by winding paths over acres and acres, with a constant varying surface, where on all sides were growing every variety of shrubs and flowers, with more than natural grace, all set in borders of greenest, closest turf, and all kept with most consummate neatness."

¹⁷ Martin (2011) relata que o livro de Stowe (1852) surgiu no momento perfeito, em que a escravidão voltava a ser um tema discutido, e por isso foi tão impactante.

¹⁸ "All the more sober and religious people have a great horror of our slavery and of the occasional Lynch-law performances on our western border (...)". A lei de Lynch referia-se ao linchamento, prática utilizada contra índios e negros nos EUA.

Olmsted foi convidado, em 1852, por Henry Raymond (1820-1869), editor do *The New York Times*, para fazer uma série de viagens, entre 1852 e 1854, pelo Sul dos EUA, com o propósito de escrever sobre o efeito da escravidão sobre as condições ambientais e sociais. Com isso, Olmsted ampliou a sua perspectiva e os seus questionamentos sobre as desigualdades sociais¹⁹ (Fein, 1972; Martin, 2011).

Ainda influenciado pelos debates relacionados à sociedade norte-americana, Olmsted tornou-se, em 1855, um dos proprietários e editor do *Putnam's Monthly Magazine*. Tratava-se de um periódico intelectual de vanguarda, voltado para o debate de uma ampla gama de questões relacionadas ao futuro da nação norte-americana, envolvendo temas sociais, políticos, científicos e estéticos. O darwinismo social, por exemplo, era muito criticado por Olmsted, pois estimulava a competição desenfreada e, conseqüentemente, maior destruição da natureza, para favorecer as novas tecnologias e a expansão urbana. Apesar de ter ido à falência financeira em 1857, o periódico incutiu uma noção de liberdade, igualdade e propósito em Olmsted, que o impulsionou a compreender o seu contexto social e a se envolver diretamente na Guerra Civil, entre os anos de 1861 e 1863²⁰ (Fein, 1972; Martin, 2011).

Olmsted foi incentivado desde pequeno a observar a paisagem. Com seus pais, ele aprendeu a apreciá-la, e na sua fazenda, em Staten Island, ele começou a se dedicar à agricultura. Ele aproveitou os ensinamentos do horticultor Downing sobre as propriedades das plantas e até se arriscou na arquitetura de paisagens ao planejar a instalação de sua casa em Staten Island. Com as suas viagens, Olmsted aprendeu a observar mais do que a paisagem - ele inseriu na sua visão o questionamento e a crítica dos fatos observados. Olmsted estava pronto para aplicar todas essas experiências pessoais e profissionais no projeto que o inseriu definitivamente na arquitetura de paisagens, o *New York Central Park*.

¹⁹ Schlesinger (1952) atesta a neutralidade de Olmsted em relação ao tema da escravidão. Essa neutralidade está associada mais à compreensão de ambas as partes dos EUA (Norte abolicionista e Sul escravocrata) do que a uma indiferença. Olmsted defendia um abolicionismo gradual, por receio de que uma abolição abrupta poderia causar um colapso na economia norte-americana. No entanto, ele não deixou de narrar a situação precária da vida dos escravos do Sul.

²⁰ Entre 1861 e 1863, Olmsted trabalhou como secretário executivo da *United States Sanitary Commission* (USSC), uma organização privada incumbida de pesquisar, planejar e coordenar políticas e programas relacionados ao dia-a-dia dos soldados dos estados não-escravistas, como alimentação, tratamentos médicos e abrigo. Atualmente esquecida, a participação da USSC foi importante para amenizar as trágicas conseqüências da guerra, e deu origem à atual *Red Cross* norte-americana (Fein, 1972; Martin, 2011).

A Arquitetura de Paisagens na criação do *Central Park*

Na segunda metade do século XIX, a cidade de Nova York (e outras cidades norte-americanas) passava por problemas estruturais e ambientais advindos de sua expansão, como infraestrutura insuficiente para atender toda a população, alastramento de doenças, surgimento de favelas e crescimento do número de incêndios. Para resolver esses problemas, a cidade adotou uma política de embelezamento e higienismo. Dentre as soluções, os planejadores urbanos e paisagísticos sugeriram a ampliação da largura das ruas, a organização do sistema de transportes e a inserção de parques urbanos (Carr, 1999; Mumford, 1998; Sennett, 1994; Wells, 2014). Em 1857, os comissários da área reservada ao *Central Park* lançaram um concurso de projetos para o futuro parque. Calvert Vaux convidou Olmsted a colaborar em uma proposta para o concurso. O projeto da dupla, batizado de *Greensward Plan*, foi o vencedor. Olmsted foi nomeado superintendente do *Central Park* ainda em 1857, e arquiteto-chefe em 1858 (Carr, 1999; Mumford, 1998; Sennett, 1994; Wells, 2014).

O projeto do *Central Park* de Olmsted e Vaux diferenciava-se de grande parte dos demais projetos concorrentes em um aspecto essencial: os elementos funcionais, em parte sugeridos no edital do concurso, estavam todos subordinados a uma particular concepção estética da paisagem, o estilo pitoresco trazido da Inglaterra por Downing (Carr, 1999). De acordo com a descrição do plano geral do parque elaborado por Olmsted e Vaux, “O plantio regular e os efeitos arquitetônicos, a menos que tenham grande escala, devem ser evitados (...)” e “(...) achamos que o interesse do visitante (...) deve se concentrar em características da beleza natural, em vez da artificial”²¹ (Olmsted, 2016, 1.2199 e 2343).

Essa dedicação à paisagem era tão grande que o projeto era acompanhado de um guia explicativo do viveiro do parque. Olmsted aproveitou os seus conhecimentos de horticultura e agricultura - adquiridos principalmente em Staten Island, mas também dos artigos que escrevia para o *The Horticulturist*, e do contato mantido com Downing - para destinar especial atenção a essa parte de plantios, sugerindo as espécies a serem utilizadas e os locais em que elas seriam plantadas (Beveridge, 2016; Carr, 1999).

O *New York Central Park* foi criado em uma área de 3,41 km². Foi dividido topograficamente, na proposta de Olmsted e Vaux, em parque superior e inferior. A parte superior tinha linhas do horizonte que poderiam ser trabalhadas devido a seus amplos declives, uma característica ideal para parques, de acordo com os dois elaboradores do projeto. Interferências de vias e construções nessa área deveriam ser evitadas. O parque

²¹ “Formal planting and architectural effects, unless on a very grand scale, must be avoided (...)” e “(...) we feel that the interest of the visitor (...) should concentrate on features of natural, in preference to artificial, beauty.”

inferior tinha características mais heterogêneas, requerendo tratamentos variados. Em ambos os locais, Olmsted e Vaux trabalharam os elementos – características, bordas, topografia, geologia, circulação e acessos – de maneira que todas as vistas do parque fossem desenhadas como uma antítese da cidade, ora voltando-se para dentro do parque, ora para o horizonte ou para a vegetação (Holden e Liversedge, 2014).

Além do trabalho de direcionar o olhar do visitante, sempre voltado à natureza, Olmsted e Vaux criaram um novo conceito de vias. Eles previram quatro estradas transversais ao parque, não retilíneas e construídas abaixo da superfície, de maneira a ficar fora da linha do horizonte do observador. Essas vias foram chamadas de *parkways*. Foram concebidas com essas características para criar uma sensação de ambiente pastoril dentro do ambiente urbano (Kosnoski, 2011; Wells, 2014). Wells (2014) e Kosnoski (2011) consideraram as *parkways* um novo elemento de planejamento urbanístico e paisagístico dentro das concepções do estilo pitoresco. De acordo com Kosnoski (2011), elas tinham o aspecto adicional de proporcionar aos condutores de veículos uma atenção maior em relação ao entorno.

Os caminhos sinuosos foram também aplicados aos pedestres. Olmsted relata: "Percebe-se que nenhuma movimentação direta foi fornecida no plano; esse recurso foi cuidadosamente evitado, porque ofereceria oportunidades para disputas de corridas."²² (Olmsted, 1858, 1.2519). O objetivo era obrigar o transeunte a caminhar vagarosamente e observar o ambiente com mais calma. Na relação dos caminhos sinuosos com os espaços do parque, ora amplos, ora mais intimistas, Nicholson (2004) e Kosnoski (2011) afirmam que ocorrem dois tipos de interação: gregária e de vizinhança. A primeira ocorria entre estranhos; a segunda se relacionava a grupos interagindo entre si. Uma interação poderia levar à outra, mas não necessariamente. Esses tipos de uso do espaço fortaleceram o conceito de democracia, relacionado com diversidade e participação (Kosnoski, 2011; Nicholson, 2004). Havia também nessa relação a mesma proposta de civilidade presente em Downing e Thoreau. O contato com a natureza trazia benefícios relacionados ao lazer e à saúde, fazendo com que os cidadãos passassem a valorizar esse contato e zelar pela natureza (Figuras 2 e 3).

O uso democrático do parque se refletia também na ausência de portões ou grandes entradas. Em 1863, o arquiteto norte-americano Richard Morris Hunt (1827-1895) foi contratado para projetar portões para o parque com o intuito de modernizá-lo. O estilo de arte usado por ele foi o simétrico e antigo, tão criticado por Downing (1841) e justamente o oposto do estilo pitoresco. Olmsted e Vaux foram contrários à instalação dos portões, alegando que

²² "It will be perceived that no long straight drive has been provided on the plan; this feature has been studiously avoided, because it would offer opportunities for trotting matches."

eles alterariam o caráter democrático do planejamento com a introdução de uma estética aristocrática. Devido às manifestações contrárias de Olmsted e Vaux, o plano de Hunt não foi levado adiante (Fein, 1972).



Figura 2. Estudo de levantamento do *Greensward Plan*, ou Central Park (1857). Esboço das linhas existentes na vista sul do parque superior do Bogardus Hill próximo da 103rd Street e Eight Avenue, anterior a qualquer planejamento. Incluído por Olmsted e Vaux no projeto que disputou o concurso para o *Central Park* de Nova York. Fonte: BEVERIDGE (2016, l. 12355). Cortesia do *NYC Municipal Archives*



Figura 3. Estudo proposto para o *Greensward Plan*, ou Central Park (1857). Esboço de proposta para parque de diversões na vista sul do parque superior do Bogardus Hill próximo da 103rd Street e Eighth Avenue. Incluído por Olmsted e Vaux no projeto que disputou o concurso para o *Central Park* de Nova York. Fonte: BEVERIDGE (2016, l. 12362). Cortesia do *NYC Municipal Archives*

O trabalho no *Central Park* preparou Olmsted para aplicar a sua experiência na coordenação de projetos e o seu estilo de arquitetura de paisagens no *Yosemite Valley*. Apesar do conturbado momento político na segunda metade do século XIX, com a Guerra Civil em andamento e a luta pela abolição da escravidão, a proteção da natureza estava começando a ganhar espaço no âmbito da desenfreada marcha para o Oeste, como uma maneira de

expressão da identidade nacional norte-americana. Esse reconhecimento, tanto do contexto quanto da luta pela proteção da natureza, apareceu no relatório que Olmsted elaborou para a criação do Parque Nacional do Yosemite.

Após o trabalho no *Central Park*, Olmsted e Vaux trabalharam juntos até 1872. Olmsted passou a desenvolver com maior frequência projetos para clientes particulares, pois atritos com o governo de Nova York o afastaram de alguns empreendimentos públicos. Uma das queixas de Olmsted era endereçada aos escassos recursos destinados à manutenção do *Central Park*. Alguns desses projetos para particulares serão descritos na terceira parte desse capítulo. Apenas em 1890 Olmsted firmou uma nova sociedade, desta feita com o arquiteto paisagista Henry Sargent Codman (1865-1893). A sociedade chamava-se *F. L. Olmsted & Co.* Os sócios e uma equipe de profissionais projetaram o paisagismo da *World's Columbian Exposition*, em Chicago, 1893. Codman não chegou a ver o projeto da exposição concluído, pois faleceu por causa de uma apendicectomia (Fein, 1972; Martin, 2011).

Em junho de 1893, Olmsted recebeu o diploma de doutor em direito (*LL.D. degree*) pelas universidades de Harvard e Yale, como um reconhecimento pela sua contribuição à luta pela democracia e pela proteção da natureza. Ele continuou a formular projetos em meios urbanos e naturais até o ano de 1895, quando se aposentou voluntariamente, devido ao agravamento de uma doença incapacitante. No ano seguinte, ele já estava completamente inválido. Olmsted faleceu em 28 de agosto de 1903, em Belmont, Massachusetts (Fein, 1972; Martin, 2011).

Olmsted foi um homem de seu tempo. Foi justamente a sua contextualização que fez com que criasse uma das melhores maneiras de se trabalhar a paisagem aliada à valorização do contato com a natureza como uma forma de proporcionar civilidade. Para essa finalidade, o acesso à natureza deveria ser aberto a todos, para que a sociedade se beneficiasse daquilo que um ambiente natural poderia proporcionar. O trabalho de Olmsted buscava, dessa maneira, a contemplação da natureza para enriquecer a evolução humana.

Não se pode dizer que Olmsted tinha a proteção da natureza como foco único, pois para ele sociedade e natureza tinham o mesmo peso. A sua visão de proteção equilibrava a admiração pela *wilderness* com a ideia de uso racional dos recursos naturais. O fato de criar edificações, trilhas e demais facilidades para a visitaçao de parques nacionais e mesmo de parques urbanos, pode parecer uma contradição em relação à preservação da *wilderness*, inicialmente. Mas é justamente a visitaçao que faz com que as pessoas entrem em contato com a natureza e desejem protegê-la. Isso foi reconhecido relutantemente até mesmo pelo preservacionista John Muir (1838-1914), que admitiu que o turismo seria capaz de unir

pessoas na defesa dos parques nacionais (Fein, 1972; Hubbard e Olmsted Jr., 2018; Martin, 2011; Nash, 2001).

Além de estabelecer as bases para o trabalho da arquitetura de paisagens nos parques urbanos e nacionais, sugerindo a valorização do cenário natural combinada com pouca interferência arquitetônica, Olmsted proporcionou condições e até mesmo diretrizes para o funcionamento do futuro *National Park Service* (NPS). Um dos objetivos principais do NPS, proposto por Olmsted Jr., já estava presente no relatório que seu pai elaborou, em 1865, para a criação do Parque Nacional do Yosemite. Isso comprova a continuidade da influência dos trabalhos e dos ideais de Olmsted.

2.2. Ângelo Murgel: o arquiteto dos primeiros parques nacionais brasileiros

As primeiras áreas protegidas do Brasil necessitaram do trabalho de profissionais especializados que criassem estruturas para a sua gestão e para a recepção dos visitantes. Nos EUA, Olmsted foi o precursor da arquitetura de paisagens em parques nacionais. Porém, antes de aplicar os seus conhecimentos para criar o relatório sobre o Parque Nacional de Yosemite, em 1865, Olmsted trilhou um caminho pessoal e profissional de vastas e variadas experiências. No Brasil, Ângelo Alberto Murgel (1907-1978) foi o arquiteto que trabalhou nos primeiros projetos executados em parques nacionais. Isso foi possível devido à sua formação de engenheiro-arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (ENBA) e devido ao seu cargo no Ministério da Agricultura, também no Rio de Janeiro/RJ.

Os estudos mais expressivos sobre Murgel datam da década de 2000, algo recente quando se leva em consideração os 40 anos passados desde a sua morte até os dias atuais. Em 2003, o arquiteto e urbanista Fabio José Martins de Lima publicou parte de seu estudo de tese de doutorado no *Boletim do Parque Nacional do Itatiaia nº11*. Em 2013, Lima publicou um artigo na revista *Urbana*, utilizado no capítulo seguinte deste estudo. Rodrigues (2016) delimitou seu escopo de estudos às obras em estilo *art déco* de Murgel. Para isso, ele estabeleceu a influência das cidades onde o arquiteto morou, abordou o estudo na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e finalizou com seus estudos de caso.

O presente trabalho segue parte dos estudos de Rodrigues (2016) sobre a contextualização das cidades onde Murgel morou e trabalhou, porém com o enfoque direcionado às influências que o Brasil recebia no tocante a parques urbanos e ao paisagismo. Nos estudos sobre a ENBA levei em consideração também a reforma no ensino e a inserção de estudos de arquitetura paisagística, descritos por Ferreira, Ono e Nóbrega (2017) na grade

curricular do curso de arquitetura. Tratei ainda da influência do arquiteto Frank Lloyd Wright (1867-1959) sobre a arquitetura rural de Murgel, relação aprofundada no artigo de Paulo Yassuhide Fujioka, de 2007.

Para o fim de contextualização utilizei principalmente as obras de Laurent Vidal (2009), Antonio Risério (2013) e Hugo Segawa (1996; 2002). Os dois primeiros abordam a emergência das cidades brasileiras, enquanto as obras de Segawa narram a história dos parques e da arquitetura no Brasil. Relatos sobre a vida pessoal de Murgel são quase inexistentes, ao contrário do que ocorre com Olmsted. Dessa maneira, não foi possível estabelecer as influências da vida pessoal de Murgel que talvez o tenham levado a trabalhar com arquitetura. A descrição de estilo e ideais foi voltada apenas ao plano profissional do arquiteto.

Murgel escreveu alguns artigos para revistas e participou de concursos de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Em 1962, ele apresentou uma tese ao concurso para provimento da cadeira docente de Grandes Composições de Arquitetura da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (UB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essa tese foi publicada como o livro *O Belo Mito do Belo*. Os artigos e projetos foram estudados no subtítulo seguinte e no capítulo final deste trabalho. Algumas passagens do livro de Murgel (1962) foram citadas nesse subtítulo para facilitar a compreensão de seu pensamento.

Em suma, o texto está organizado primeiro em torno da descrição do contexto em que Murgel viveu nas cidades de Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro, da descrição dos seus estudos de arquitetura na ENBA, da mudança de paradigmas na educação a partir da reforma educacional de 1930 e da influência de Frank Lloyd Wright no estilo de projetar de Murgel. Toda a atmosfera na qual Murgel estava direta ou indiretamente envolvido, o guiou para obter as experiências necessárias à aplicação do seu estilo arquitetônico aos projetos dos primeiros parques nacionais brasileiros.

As cidades de Ângelo Alberto Murgel

Ângelo Alberto Murgel nasceu em 8 de agosto de 1907, em Cataguases/MG, e faleceu em 20 de agosto de 1978, no Rio de Janeiro (Figura 4). Em 1931, diplomou-se em arquitetura pela ENBA. A atuação dele foi dividida entre trabalhos acadêmicos e projetos urbanísticos e arquitetônicos. Ele foi o responsável pelos projetos do *campus* da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (1938), do Parque Nacional do Itatiaia (1937), do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (1939) e do Parque Nacional do Iguaçu (1939). Além disso, era

um grande observador da natureza, chegando a desenvolver projetos urbanísticos dentro do conceito das cidades-jardins, como a colônia da Cidade das Meninas, em Nova Iguaçu/RJ (1930) (Lima, 2003a; Rodrigues, 2016).



Figura 4. Ângelo Alberto Murgel (s.d.)
Autoria desconhecida. Fonte: Geni

https://www.geni.com/photo/view/4444025?album_type=photos_of_me&photo_id=268601940650005279

Inicialmente adepto do estilo *art déco*, Murgel era também atento à arquitetura vernácula, como a das construções rurais brasileiras que utilizavam materiais locais. Posteriormente, por influência principalmente da arquitetura orgânica do arquiteto norte-americano Frank Lloyd Wright (1867-1959), as suas obras adquiriram mais organicidade, ou seja, traçados mais sinuosos e inserção mais suave no contexto. A arquitetura vernácula brasileira foi adotada e mesclada à arquitetura neocolonial e orgânica, dando origem à arquitetura rural (Fujioka, 2007; Lima, 2003a). Esse estilo foi empregado nos projetos dos prédios dos parques nacionais que Murgel projetou (Lima, 2003a, 2013a).

Murgel residiu em duas cidades que buscavam novos modelos de organização: a recém-criada cidade de Belo Horizonte e a cidade do Rio de Janeiro, em processo de modernização. Ele residiu em Belo Horizonte, até o ano de 1926, quando se mudou para o Rio de Janeiro para cursar arquitetura na ENBA. Ficou no Rio até 1931, ano de sua formatura, quando retornou para Belo Horizonte, onde abriu um escritório. Quando assumiu um cargo no Ministério da Agricultura, Murgel se mudou novamente para o Rio de Janeiro (Lima, 2003a; Rodrigues, 2016).

Murgel se mudou pela primeira vez para Belo Horizonte, quando ainda criança. Dez anos antes de seu nascimento, em 1897, Belo Horizonte havia acabado de ser inaugurada como a nova capital do estado de Minas Gerais (Lima, 2003a; Rodrigues, 2016). A cidade foi

planejada e construída, entre 1891 e 1897, pelo engenheiro e urbanista brasileiro Aarão Reis (1853-1936). O seu projeto em malha ortogonal, influência positivista e modernizadora, rompia com o traçado sinuoso, considerado arcaico e insalubre, da antiga capital, Ouro Preto (Risério, 2013; Rodrigues, 2016; Vidal, 2009).

Belo Horizonte foi mais um caso de planejamento urbano influenciado pelo trabalho de Haussmann, em Paris, e de Olmsted e Vaux, em Nova York (Panzini, 2013; Risério, 2013). Cidades brasileiras, como Salvador e Rio de Janeiro, tiveram o seu processo de formação guiado por uma diretriz que Risério (2013) definiu como “colonizar e civilizar”, referindo-se ao controle de populações indígenas. No entanto, esse não foi o caso de Belo Horizonte, pois não havia mais a necessidade de colonizar e catequizar índios naquele local. Essa cidade seguiu uma segunda diretriz, que Risério (2013) chamou de “civilizar e modernizar”. A nova capital mineira concretizava ações civilizadoras, livrando-se do colonialismo, do barroco e da escravidão, para entrar na contemporaneidade. Uma malha geométrica com ruas de ampla largura e grandes avenidas expressava a desejada contemporaneidade, apesar de ignorar a topografia do terreno (Risério, 2013; Vidal, 2009).

Sobre o processo civilizatório, pode-se considerar que o trabalho de grandes parques públicos “importados” da Europa e dos EUA permitiu que alguns valores estrangeiros fossem inseridos no Brasil, como a civilidade. Desde Downing e Thoreau, o contato com a natureza em seu estado mais puro já era interpretado como uma maneira de civilizar habitantes das cidades. Para Downing, o cuidado com a natureza na escala doméstica levava o cidadão a ter cuidado com seus parques e com a natureza selvagem. Para Thoreau, o contato com a *wilderness* proporcionava civilidade ao ser humano (Downing, 1841; Nash, 1990, 2001).

Aarão Reis incorporou no plano da cidade de Belo Horizonte a lição da implantação de grandes parques públicos das cidades europeias e norte-americanas. Isso contribuiu para o desejado processo de civilizar e modernizar por meio do embelezamento. Além disso, havia o interesse do uso de parques para promover o higienismo, já que eles eram considerados os “pulmões” das cidades. Belo Horizonte, nas palavras do escritor Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934) era a “cidade vergel” (Segawa, 1996; Vidal, 2009). Murgel não presenciou a criação da cidade, mas o fato de ter vivido em um local planejado dentro do ideário das cidades-jardim pode ter estabelecido algumas de suas primeiras impressões sobre a relação dos humanos com a natureza.

Se os parques de Belo Horizonte foram influenciados pelas propostas europeias e norte-americanas, e, de certa forma, britânicas (visto que o jardim inglês, ou estilo pitoresco, era o que predominava no projeto de parques urbanos), os modelos arquitetônicos se

baseavam no ecletismo europeu do século XIX. Elementos franceses do classicismo romântico conviviam com modelos neobarrocos, renascentistas, neogóticos, pitorescos, orientais e *art nouveaux* (Panzini, 2013; Rodrigues, 2016).

Enquanto Belo Horizonte começava a desempenhar o seu papel de nova capital mineira, Rio de Janeiro, a capital federal, era modernizada para se transformar em metrópole. No século XIX, algumas reformas já tinham sido empreendidas na cidade, entre elas, a do Passeio Público. A execução do Passeio Público ocorreu entre 1779 e 1783, por ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos. O artista Valentim da Fonseca e Silva (1745-1813), conhecido como Mestre Valentim, foi o responsável pelo projeto do parque (Segawa, 1996).

Há poucos registros sobre a criação desse parque. Supõe-se que ele foi estabelecido para aterrar áreas alagadas, proporcionando comunicação com futuros bairros que seriam implantados, como Flamengo e Botafogo. O desenho do Mestre Valentim não tinha um estilo definido e foi completamente modificado com a reforma de 1862. Foi o paisagista francês Auguste François Marie Glaziou²³ (1833-1906) quem promoveu a remodelação do Passeio Público. Ele introduziu no Brasil o estilo dos jardins ingleses. Em 1889, Glaziou foi nomeado chefe dos parques do Rio de Janeiro. Em 1894, ele integrou a Comissão Cruls, expedição de exploração do Planalto Central do Brasil que teve como missão definir um local para um novo Distrito Federal (Segawa, 1996; Vidal, 2009).

As intervenções no Rio de Janeiro intensificaram-se no mandato do prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913), que governou a cidade de 1902 a 1906. Pereira Passos realizou grandes obras de saneamento e embelezamento baseadas nas obras de Haussmann em Paris: abertura e ampliação de avenidas, melhoramento de redes de luz e esgoto, implantação do porto, canalização de rios e criação de jardins. A sua maior herança na transformação da cidade foi a abertura da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. O prefeito ficou famoso também como responsável pelo epíteto dado à cidade por Coelho Neto - “cidade maravilhosa”. É importante lembrar que o saneamento ocorreu também por conta de um surto de febre amarela na cidade. O lado negativo do embelezamento é que ele gerou milhares de desabrigados, expulsos do centro da cidade por meio da política do “bota-abaixo” (Risério, 2013; Rodrigues, 2016; Segawa, 1996).

Antônio da Silva Prado Júnior (1880-1955) foi outro prefeito que se destacou por proporcionar importantes mudanças na cidade do Rio de Janeiro durante sua gestão, de 1926 a

²³ Há uma imprecisão quanto ao nome e à data de nascimento de Glaziou. Hugo Segawa (1996) refere-se a ele como Auguste François Marie Glaziou (1833-1906). Já Laurent Vidal (2009) o trata como André Ferdinand Glaziou (1826-1906). Optei por utilizar Auguste François Marie Glaziou, nome mais recorrente em bases de dados de pesquisas.

1930. Ele contratou o arquiteto francês Alfred Agache (1875-1959) para elaborar um plano de embelezamento e ordenamento funcional da cidade, conhecido como Plano Agache. Foi uma proposta de intervenção urbanística com preocupações verdadeiramente modernas. Porém, por causa da Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas (1882-1954) ascendeu ao poder, o plano suspenso foi retomado apenas no ano seguinte e aplicado parcialmente (Rodrigues, 2016; Segawa, 2002).

Em termos urbanísticos, o plano colocou em pauta questões como o planejamento do transporte de massas e do abastecimento de águas, a habitação operária e o crescimento das favelas. Em relação aos projetos arquitetônicos propostos, predominava a sugestão do estilo *art déco*. Durante sua estada no Brasil, Agache desenhou também o Parque Farroupilha, em Porto Alegre/RS; deu consultoria para o prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek (1902-1976); fez um plano diretor para Curitiba/PR, em 1943; e propôs um bairro nobre em São Paulo, em meados de 1940 (Rodrigues, 2016; Segawa, 2002).

O estilo *art déco*, inicialmente denominado estilo moderno, propagava-se nas cidades brasileiras desde a década de 1910, mas não era uma manifestação definida. Desenvolveu-se nos primórdios da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) como uma criação francesa baseada em artes decorativas. Esse estilo se manifestou em diversas formas de expressão artística, como pintura, escultura, *design* de interiores, fotografia, cinema, moda e até mesmo em peças decorativas (Rodrigues, 2016; Segawa, 2002).

A expressão desse estilo na arquitetura ocorria por meio de formas puras, como retas e curvas, cheios e vazios nas fachadas, e o material construtivo representante era o concreto armado. O seu primeiro precursor foi o arquiteto francês Auguste Perret (1874-1954), com seu *Théâtre des Champs-Élysées*, em Paris. No interior dos edifícios *art déco* ocorreu a valorização e racionalização dos ambientes e mobiliários; a planta livre²⁴ poderia ser outra característica presente (Rodrigues, 2016; Segawa, 2002).

Esse estilo se difundiu no Brasil por sua adoção na arquitetura institucional, principalmente em edifícios públicos das décadas de 1930 e 1940. Esses edifícios constituíam o que Márcio Vinicius Reis (2015) denominou de “obras getulianas”, pois foram amplamente desenvolvidas durante o governo de Getúlio Vargas. Além do *art déco*, poderiam ser

²⁴ A planta livre é um dos cinco pontos da arquitetura nova, estabelecidos por Le Corbusier em 1926. Uma planta livre resulta em um ambiente amplo, sem a interferência das vedações na estrutura. Os demais pontos da arquitetura nova são: volume construído elevado em *pilotis* (elevar o edifício deixando os pilares expostos e o nível térreo livre para a passagem de pedestres), fachada livre (consequência da planta livre, a fachada pode ser modificada sem prejudicar a estrutura da edificação), janelas dispostas na horizontal (janelas “em fita” podem percorrer toda a fachada continuamente) e terraço-jardim (dar função à cobertura da edificação, como espaço para lazer e contemplação) (Segawa, 2002).

utilizados o estilo neocolonial ou até mesmo a arquitetura rural, dependendo da localização da edificação. Nesse mesmo período, o *art déco* foi aplicado em cinemas, teatros e até mesmo residências. Cidades novas, como Goiânia, aderiram a esse estilo e mesmo a estátua do Cristo Redentor, no Corcovado, cidade do Rio de Janeiro, é uma obra *art déco* (Reis, 2015; Rodrigues, 2016).

O curso de arquitetura na ENBA e o romantismo de Frank Lloyd Wright

Murgel preparou-se pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte para, em 1926, ingressar no curso de arquitetura da ENBA, no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, o médico e historiador de arte José Mariano Filho (1881-1946) assumiu a direção da ENBA. Ele era um grande defensor do estilo neocolonial, que consistia em um resgate da arte e arquitetura coloniais de influências lusitanas. Até então, Murgel conhecia uma gama de estilos ecléticos presentes tanto em Belo Horizonte como no Rio de Janeiro (Ferreira, Ono e Nóbrega, 2017; Rodrigues, 2016).

Pode-se considerar 1914 como o ano inaugural do movimento em defesa do estilo neocolonial. Nesse ano, o arquiteto e engenheiro português Ricardo Severo (1869-1940) proferiu na Sociedade de Cultura Artística, em São Paulo, a conferência, "A Arte Tradicional no Brasil", valorizando a arte tradicional como manifestação de nacionalidade brasileira. Foi Mariano Filho quem difundiu esse ideal de Severo (Segawa, 2002).

Mariano Filho se esforçou para impulsionar a prática do estilo neocolonial na ENBA. Na Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência, realizada no Rio de Janeiro em 1922, ele estabeleceu que metade dos pavilhões brasileiros projetados seguissem o estilo. Ele incentivou também que concursos de projetos de arquitetura optassem pela linguagem neocolonial. Quando presidente da Sociedade Brasileira de Belas-Artes, em 1924, Mariano Filho patrocinou viagens de arquitetos selecionados a outros estados para que eles fizessem levantamentos sobre arquitetura colonial. Dentre os arquitetos escolhidos estava Lucio Costa, que realizou os seus estudos sobre arquitetura colonial em Diamantina/MG (Rodrigues, 2016; Segawa, 2002).

Apesar das ações de Mariano Filho em defesa do neocolonialismo, o curso de arquitetura da ENBA ainda seguia um academicismo oriundo da *École des Beaux-Arts*, que produzia exaustivamente estilos clássicos. O curso era dividido em duas partes: curso geral, de três anos de duração, e o curso de arquitetura, escultura, pintura ou gravura, com duração de dois anos ou mais. O curso geral tinha o propósito de fornecer conhecimentos teóricos e artísticos para o ingresso no curso específico. Esse ingresso ocorria por meio de exames

preparatórios individuais sobre álgebra, geometria, aritmética e trigonometria. Ao final do curso de arquitetura, eram realizados concursos de grau médio, que resultavam na obtenção do título de “construtor civil”, e de grau máximo, que proporcionavam o título de “engenheiro-arquiteto” (Ferreira, Ono e Nóbrega, 2017; Rodrigues, 2016)

O conteúdo do ensino na ENBA mudou quando Lucio Costa assumiu a direção da instituição, em 1930. Murgel não chegou a ser aluno de grande parte dos novos professores, pois a maioria dos profissionais nomeados por Costa lecionava apenas nos três primeiros anos e Murgel já estudava matérias mais avançadas (Ferreira, Ono e Nóbrega, 2017; Rodrigues, 2016).

A reestruturação do currículo da ENBA foi influenciada por uma sequência de fatores. Iniciava-se no ano de 1930 um projeto de modernização do país, sob a égide do governo de Getúlio Vargas, que se estenderia até 1945. Desde 1920, crescia no Brasil a preocupação pela busca por uma identidade nacional, o que se estendeu ao campo das artes, arquitetura, literatura e até mesmo da educação. O modernismo, desde então, ganhou força como parte da busca da identidade nacional e da ruptura com antigos valores. Essas mudanças se tornaram cada vez mais fortes a partir da crise mundial econômica iniciada em 1929. Isto criou um ambiente fértil para novas críticas e dimensões culturais e intelectuais (Ferreira, Ono e Nóbrega, 2017).

Em relação à educação, ocorreu em 1930 a chamada “Reforma Francisco Campos”, realizada pelo Ministro da Educação e da Saúde, Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968). Neste mesmo ano foi criado o Ministério da Educação e no ano seguinte ocorreu a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851/31), a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-Lei nº 19.850/31) e a reestruturação da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 19.852/31) (Ferreira, Ono e Nóbrega, 2017; Rodrigues, 2016).

A ENBA foi criada em 1890 e integrada à Universidade do Rio de Janeiro em 1931. O seu objetivo em 1890 era romper com a tradição dos moldes formais europeus baseados no classicismo. Isso não ocorreu apenas quando Costa assumiu sua direção em 1931. Na sua gestão foram contratados novos professores e introduzidas na grade curricular do curso geral as disciplinas de urbanismo, arquitetura paisagística, composição decorativa e tecnologia das artes menores (Ferreira, Ono e Nóbrega, 2017).

O ensino da arquitetura paisagística na ENBA foi uma consequência do IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, realizado em junho de 1930, no Rio de Janeiro. A Sociedade Brasileira de Belas Artes iniciou um movimento em prol da conservação florística do Rio de

Janeiro. Esses movimentos, aliados à modernização do país e à luta pela afirmação de uma nova identidade nacional, propiciaram a implantação da arquitetura paisagística na ENBA. Porém, a disciplina de arquitetura paisagística seria ministrada apenas a partir de 1932 (Ferreira, Ono e Nóbrega, 2017; Rodrigues, 2016).

Ao final de seu curso, em 1931, Murgel destacou-se ao alcançar o grau máximo, obtendo a grande medalha de ouro e o título de engenheiro-arquiteto. O seu projeto, um prédio para os Correios e Telégrafos, teve influências dos arquitetos alemães Walter Gropius (1883-1969) e Adam Gottlieb Hermann Muthesius (1861-1927)²⁵. O estilo utilizado foi o *art déco* e valorizava três princípios: verdade, beleza e identidade (Lima, 2003a; Rodrigues, 2016).

Nesse mesmo momento, Lucio Costa foi removido de sua função de diretor da ENBA. Para realmente modernizar e modificar o ensino da escola, ele tomou decisões sem consultar o Conselho Técnico e Administrativo, cujas reuniões ele não frequentava. Os membros optaram por demitir Costa do cargo. No início de 1932, o presidente Getúlio Vargas nomeou interinamente o arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima para dirigir a ENBA (1901-1943)²⁶ (Ferreira, Ono e Nóbrega, 2017).

Corrêa Lima foi efetivado na cadeira de “Urbanismo e Arquitetura Paisagística” da ENBA e foi o primeiro professor dessas matérias. Ele permaneceu à frente da ENBA de 1932 a 1937, com uma pausa em 1934, quando foi licenciado para elaborar o plano urbanístico da cidade de Goiânia. Essa cidade foi completamente concebida dentro da concepção de cidade-jardim e o estilo *art déco* pronunciava-se nos seus projetos de edificações (Ferreira, Ono e Nóbrega, 2017; Vidal, 2009).

Apesar de não ter estudado com os novos professores contratados por Costa ou com Corrêa Lima, nem de ter se integrado à nova grade de matérias, Murgel fazia parte do Diretório Acadêmico da ENBA, o que o mantinha atualizado sobre novidades. Ele assistia a palestras ministradas por profissionais precursores de novas correntes de estilo e pensamento, geralmente organizadas pelo Diretório Acadêmico (Rodrigues, 2016).

²⁵ Os alemães Gropius e Muthesius faziam parte do Movimento Moderno, que defendia a padronização da produção na arquitetura. Murgel inicialmente aderiu a esse movimento, mas depois rechaçou-o, passando a defender a produção customizada dos projetos e materiais, ou seja, ambos adaptados ao local e terreno (Lima, 2013a).

²⁶ Após seus estudos na ENBA, entre 1919 e 1927, Corrêa Lima formou-se arquiteto. Em 1927 ele foi contemplado com o prêmio “viagem à Europa” e estabeleceu-se em Paris. Estudou no *Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris* (IUUP) e estagiou no escritório de Alfred Agache durante a elaboração do plano de reforma do Rio de Janeiro. Corrêa Lima defendeu sua tese de doutorado em 1930 e retornou ao Brasil em 1931 como o primeiro urbanista formado do país (Ferreira, Ono e Nóbrega, 2017).

O Diretório Acadêmico da ENBA organizou, em outubro de 1931, uma palestra do arquiteto Frank Lloyd Wright. Nessa palestra, Murgel interrogou Wright sobre o futuro do estilo arquitetônico no Brasil: o modernismo estrangeiro deveria ser copiado ou um novo estilo deveria ser criado de acordo com as necessidades? A resposta de Wright seguiu o segundo caminho da pergunta de Murgel. Para ele, o exterior influencia no interior, ou seja, a natureza do local, a vida moderna e mesmo as novas tecnologias deveriam ser observadas no exercício de pensar a arquitetura. Wright aproveitou para introduzir a noção do que ele chamou de “arquitetura orgânica”, que tanto influenciou Murgel ao projetar edificações e estruturas para os primeiros parques nacionais brasileiros. Apesar da influência de Wright, da discussão sobre o neocolonialismo e de uma identidade nacional de estilo, Murgel transitou entre os diversos estilos que vivenciou (Irigoyen, 2002; Lima 2003a).

Fujioka (2007) argumenta que um aspecto pouco detalhado na historiografia da arquitetura moderna é o estudo da influência romântica na obra e no pensamento orgânico de Frank Lloyd Wright. O autor afirma que o organicismo de Wright foi regido por cinco princípios:

(...) princípios da unidade (na relação do projeto com a paisagem, na modulação espacial-constructiva); da plasticidade (os materiais devem fluir, amoldar-se e crescer dentro do espaço, ao invés de cortados, montados – estrutura, piso e fechamento podem ser um única coisa); da continuidade (fluidez espacial que, pelo sentido de plasticidade, pode conformar um espaço livre e aberto, sem existir um limite claro entre o que é construído e a natureza ao redor); da obediência à natureza dos materiais (uso funcional e racionalizado de materiais e estruturas aparentes, sem ornamentação exceto para arremates, acabamentos e esquadrias) e de um novo sentido de escala baseada na horizontalidade e na integração do edifício com a paisagem natural (Fujioka, 2007, p. 116).

A influência romântica aparece em toda a trajetória de trabalho de Wright e pode ser mais bem definida como “influências não classicistas”. Ela se manifesta em quatro aspectos: o culto à natureza, a invocação do ideal medieval, a inspiração em civilizações antigas e na arte indígena, e a influência da arte oriental, principalmente japonesa. A arte oriental se fez presente desde as primeiras propostas do estilo pitoresco britânico e se propagou como o estilo de jardim inglês (Fujioka, 2007).

Esses aspectos românticos da arquitetura de Wright estavam ligados ao movimento *Arts and Crafts*, que surgiu na Inglaterra na segunda metade do século XIX. Esse movimento defendia a produção individual e autoral do artesão, indo contra o mecanicismo fabril da impessoal produção em série. Foi influenciado pelos escritores e intelectuais românticos John

Ruskin (1819-1900) e William Morris (1834-1896). Os ideais de Ruskin e Morris comparecem também nas propostas das primeiras cidades-jardim (Fujioka, 2007; Panzini, 2013).

Um aspecto que Fujioka (2007) destaca sobre o romantismo de Wright está relacionado à sua formação religiosa unitariana, em que educação, tolerância, conhecimento e debates eram estimulados. No unitarianismo, natureza e humano são unos. Para se trabalhar essa concepção, o filósofo Ralph Waldo Emerson (1803-1882) era bastante estudado. Esse aspecto integra as bases do romantismo de Wright²⁷ (Fujioka, 2007).

A palestra de Wright foi marcante para Murgel. Nos projetos das estruturas dos parques nacionais, ele integrou (i) a arquitetura neocolonial que Mariano Filho tanto valorizou, (ii) o vernáculo e (iii) a organicidade da arquitetura de Wright. Os ideais românticos, mesmo que indiretamente, permeavam o meio intelectual, passando da relação urbano e natureza até chegar aos parques nacionais (Fujioka, 2007; Lima, 2003a; Rodrigues, 2016).

Depois de sua graduação, em 1931, Murgel retornou para Belo Horizonte, onde participou da criação da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte. De 1932 a 1939, ele desenvolveu projetos localizados naquela cidade, definidos como estilo *art déco*. Em 1937, Murgel foi trabalhar como arquiteto no Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro. Nos projetos de edificações para os parques nacionais, subordinados ao Ministério da Agricultura, ele alterou o seu estilo urbano da *art déco* para a arquitetura rural. Durante o período em que desenhou os projetos para os parques nacionais, e principalmente entre as décadas de 1940 e 1950, Murgel saiu de cena em relação a seus projetos urbanos (Lima, 2003a, 2013a; Rodrigues, 2016).

Desde a sua graduação na ENBA, Murgel passou a atuar também como professor, primeiramente em Belo Horizonte e depois no Rio de Janeiro. Em 1962, ele escreveu uma tese para concorrer à cadeira de Grandes Composições de Arquitetura da Faculdade Nacional de Arquitetura da UB. A tese foi intitulada *Análise do Belo* e publicada como livro no mesmo ano. Murgel discorreu sobre a existência do belo. Nas primeiras páginas ele citou conceitos de belo dados por diversos intelectuais: Platão, Hegel, Winckelmann, São Thomaz de Aquino, Schelling, Schiller, Guyau, Descartes, Kant, Aristóteles, entre outros.

²⁷ Alguns projetos famosos de Wright resgataram a relação do ser humano com a natureza, como as suas casas de pradaria (*prairie houses*) (casas planas e horizontais, com espaços internos fluidos e abertos, com as amplas janelas dissolvendo os limites entre o interior e exterior), ou a casa da cascata (*fallingwater house*), e sua proposta de “cidade” anti-urbana, a *Broadacre City*. Essa cidade de Wright, também pertencente ao ideal de cidade-jardim, trazia a proposta de estabelecer uma nova relação harmônica entre sociedade, cidade e campo (Fujioka, 2007; Irigoyen, 2002).

Murgel chegou a algumas conclusões: (i) o belo se refere principalmente à emoção que provoca por meio dos sentidos da visão e da audição; (ii) o belo depende de um observador, pois não é inerente ao objeto; (iii) a apreciação do belo exige estudo e erudição; (iv) o conceito do que é considerado belo muda com o tempo e mesmo com a experiência de uma pessoa que observa um objeto pela segunda vez. Justamente por compreender o belo como atrelado a um objeto e com valor mutável é que Murgel o considerou um mito:

O Belo como verdade não existe; é uma pura convenção de ordem estritamente intelectual em cujos domínios se entra pela educação. Convenção de extrema mutabilidade, sem outras razões que as da casualidade. Decorre, para cada indivíduo, de seu meio, de sua educação, de suas experiências. (...) É indefinível porque é irreal como um mito (Murgel, 1962, p. 63).

Ele refuta também o belo como forma de transcender e conectar-se a Deus. Para Murgel os sentidos são estimulados no plano material e apenas nele. Isso está presente, inclusive, em sua percepção da natureza: “(...) A natureza é o que é. Quando a adjetivamos com a palavra belo, referimo-nos mais às condições de superlativo de seus vários aspectos do que mesmo à essencialidade de qualquer conceito estético impossível (...) Para nós, que a amamos, preferimos dizer que nela tudo é belo.” (Murgel, 1962, p. 88). Não é possível afirmar que Murgel tinha essa mesma concepção do belo quando projetou os planos gerais para os parques nacionais. O que se percebe em sua análise é um caráter bastante técnico e racional.

Murgel viveu diferentes estilos arquitetônicos, desde o eclético ao *art déco* ao neocolonial e à arquitetura rural. A sua atenção estava voltada para a execução de projetos e as questões sociais ficavam à margem de suas considerações. Murgel (1953) menciona a situação precária das famílias rurais e defende que o governo tem a obrigação de assisti-las. No entanto, predominam a descrição de materiais e os aspectos construtivos em seu artigo. Essa característica técnica é percebida em outros trabalhos de Murgel a serem analisados no subtítulo e no capítulo seguintes.

2.3. Os pontos de convergência e divergência entre Olmsted e Murgel

Olmsted e Murgel não foram contemporâneos, nem viveram no mesmo país. No entanto, compartilharam semelhanças de um “espírito do tempo” e diferenças relacionadas com a ênfase profissional e a personalidade. Esta parte do estudo tem como objetivo demonstrar algumas semelhanças e diferenças entre os dois profissionais, principalmente por

meio de seus projetos. A menção aos seus trabalhos não é exaustiva e foi feita apenas para realçar os pontos de convergência e divergência entre Olmsted e Murgel. Com relação à UFRRJ, a descrição do local, em especial a descrição do Pavilhão Central, combina o trabalho de Lima (2003a) com uma visita que fiz ao *campus* em setembro de 2019.

Esse capítulo consolida as informações presentes nos capítulos anteriores, tanto sobre a emergência da arquitetura de paisagens, como sobre a vida de Olmsted e Murgel. O “espírito do tempo” que eles compartilharam refere-se à tomada de consciência da necessidade humana de se relacionar de maneira saudável com a natureza. Foi essa atitude que permitiu a defesa da criação dos primeiros parques nacionais, tanto norte-americanos como brasileiros. Esse será o tema do próximo e último capítulo deste trabalho.

Os pontos divergentes entre Olmsted e Murgel

Frederick Law Olmsted desenvolveu ao longo de sua trajetória, e até mesmo por influência familiar, diversas habilidades que o transformaram em um homem de seu tempo. Ele viajou constantemente, trabalhou com agricultura e horticultura, envolveu-se diretamente na Guerra Civil, criticou a escravidão, defendeu a democracia e a importância da natureza. Tudo isso o conduziu à prática da arquitetura de paisagens. O seu conhecimento, principalmente de agricultura e horticultura, proporcionou-lhe técnicas para um trabalho com a terra e a paisagem que não poderia ser alcançado apenas por meio do estudo da arquitetura. Os seus trabalhos de maior destaque se relacionam com o planejamento da paisagem, enquanto as construções arquitetônicas ficavam a cargo de Calvert Vaux e demais arquitetos parceiros.

Ângelo Alberto Murgel possui registros apenas sobre a sua atuação profissional. A sua trajetória pessoal é desconhecida. Ainda não há como saber sobre alguma influência familiar ou de pessoas do seu círculo de relações e sobre sua opção por estudar arquitetura. Apesar de inserido no Ministério da Agricultura e, de certa forma, em contato com o meio político, Murgel não revelou uma personalidade atuante em lutas sociais, ao contrário de Olmsted. Mesmo que algumas vezes ele descreva uma situação de pobreza ou precariedade, isso está sempre inserido no contexto de uma obra e de uma explicação técnica.

Murgel não chegou a frequentar as aulas de arquitetura paisagística nem de urbanismo, pois essas matérias foram lecionadas na ENBA apenas a partir de 1932, um ano após a sua graduação. A sua formação de engenheiro-arquiteto consumou-se majoritariamente em projetos de edificações. Mesmo assim, influenciado por Wright em sua arquitetura rural, ele procurou integrar as suas construções nos entornos naturais e utilizar os materiais locais.

Além disso, o seu trabalho com cidades-jardim lhe deu a experiência urbanística e paisagística que faltou em sua formação regular.

Ainda levando em consideração as trajetórias profissionais de Olmsted e Murgel, destaca-se o fato de Olmsted não ter frequentado um ensino superior formal, por conta de um envenenamento por sumagre. Já Murgel graduou-se no curso de arquitetura da ENBA, no Rio de Janeiro. Os diferentes focos profissionais resultaram em alguns tipos de projetos desenvolvidos por Olmsted que não aparecem na obra de Murgel, e de certa forma, o contrário também ocorre.

Olmsted, principalmente graças a seus conhecimentos em agricultura e horticultura, trabalhou com a restauração de algumas áreas degradadas. Além de propor todo um trabalho estético da paisagem, ele sabia definir quais plantas utilizar para as finalidades que desejava. Esse conhecimento ficou claro na análise do projeto do *New York Central Park*, que tinha um anexo dedicado apenas à definição das plantas a serem utilizadas (Beveridge, 2016). Três projetos de recuperação de áreas degradadas destacam-se no trabalho de Olmsted: a recuperação das *Niagara Falls* e os trabalhos em Biltmore e em Boston (Cronon, 1996; Fein, 1972; Martin, 2011).

As *Niagara Falls* sempre foram consideradas pelos norte-americanos como uma representação do sublime. Porém, eram também fonte de energia elétrica e meio de subsistência e fornecimento de água para a agricultura do entorno. Desde 1860, o nível da água das cataratas começou a reduzir devido ao uso intenso por fábricas e barragens e devido à degradação do entorno provocada pela agricultura. Em 1865, Olmsted retornou da Califórnia e juntou-se ao movimento de restauração das qualidades cênicas do local. Em 1876, ele foi apontado como consultor de estudos para recuperação das cataratas (Cronon, 1996; Martin, 2011).

Olmsted sugeriu que o governo de Nova York comprasse novamente as terras ao longo do rio Niágara e, entre 1886 e 1887, juntamente com Vaux,²⁸ fez algumas mudanças na trajetória às cataratas: barragens foram desfeitas para o rio seguir naturalmente seu curso, plantas nativas foram inseridas em alguns trechos às margens do rio, trilhas foram criadas para curta e longa distância, bem como áreas de piquenique. Em termos de recuperação cênica, o projeto foi um sucesso. Porém, o problema do uso da água para energia elétrica não foi resolvido, havendo muita resistência por parte dos gestores das usinas hidrelétricas, tanto dos EUA como do Canadá (Cronon, 1996; Martin, 2011).

²⁸ Olmsted e Vaux tinham dissolvido a sua sociedade em 1872. Contudo, Vaux estava desempregado e Olmsted decidiu ajudá-lo lhe oferecendo trabalho em *Niagara Falls* (Martin, 2011).

O conflito em torno das cataratas prosseguiu mesmo após a morte de Olmsted e Vaux. Em 1929, foi discutido um projeto para retirar pedras das cataratas para recuperar sua magnitude. A alteração foi recusada e o mesmo ocorreu em nova intervenção, em 1974. O receio veio do fato de que o artificialismo alteraria e diminuiria a magnitude natural das cataratas. Olmsted era a favor de fazer o manejo correto dos elementos bióticos e abióticos, porém não era a favor de interferências na geologia e na estrutura desses componentes, considerados por ele como obras divinas (Cronon, 1996).

Biltmore, na Carolina do Norte, era um aglomerado de terras inférteis de propriedade do milionário George Vanderbilt (1862-1914). Atualmente faz parte da *Pisgah Nacional Forest*. Em 1888, Olmsted foi contratado pelo proprietário para criar uma paisagem pastoral de bosques e gramas. Percebendo a pobreza do solo e a oportunidade de praticar os seus conhecimentos em horticultura, Olmsted convenceu Vanderbilt a criar um parque com vegetação e árvores nativas, junto a um jardim próximo à propriedade de Vanderbilt (Cronon, 1996; Fein, 1972; Martin, 2011).

Para recuperar o solo pobre em nutrientes, Olmsted utilizou o que ele chamou de “árvores de nutrição”, espécies não nativas que se adaptavam bem ao local, proporcionando o retorno do solo ao estado natural, ao mesmo tempo em que protegiam as espécies nativas do sol intenso e do vento. Em três anos, já havia novas árvores saudáveis e o solo ficou mais fértil. Olmsted planejou a poda das plantas nativas fracas e das árvores de nutrição para o fortalecimento das demais que obtiveram sucesso em seu desenvolvimento inicial. Esse mesmo plano de manejo foi frustrado no *Central Park*. As pessoas se opuseram ao corte das árvores no *Central Park*, embora esse corte tivesse sido planejado. Na época, os usuários do parque não compreenderam que o trabalho de Olmsted levava em conta esse tipo de planejamento a longo prazo (Cronon, 1996; Fein, 1972).

A contraposição entre deixar a natureza seguir seu curso ou manejá-la é um dos grandes dilemas da conservação da natureza. Como Biltmore era uma propriedade privada, Olmsted logrou êxito em sua proposta. Isso demonstra que a intervenção humana pode tornar uma floresta mais bela e produtiva, com o correto investimento a longo prazo, ao invés de proporcionar ganho máximo e lucro a curto prazo. O trabalho na arquitetura paisagística é diferente do trabalho com arquitetura. Na arquitetura, os resultados da construção são de certa forma imediatos, enquanto na arquitetura paisagística os resultados podem demorar anos para aparecer. Para Olmsted, um bom arquiteto de paisagens tem que ter essa consciência de que o tempo é um grande aliado (Cronon, 1996; Emidio, 2017; Laurie, 1976).

Os trabalhos de recuperação em *Boston's Back Bay Fens* tiveram início em meados de 1880, levando quase duas décadas para serem finalizados. Foi a primeira vez que Olmsted propôs a construção de um pântano. Ele usou as suas experiências anteriores de restauração de plantas e das propriedades do solo para esse trabalho. A finalidade do projeto era recuperar uma área urbana degradada e cheia de esgotos e efluentes industriais a céu aberto, transformando-a em um local com uma natureza aprazível e acessível a todos. Uma das construções de destaque é a ponte de arco em pedras, *Agassiz Bridge*, projetada por John Charles Olmsted, sobrinho e filho adotivo de Olmsted (Figura 5) (Cronon, 1996).



Figura 5. *Back Bay Fens*, Boston (Olmsted, entre os séculos XIX e XX).
Autoria desconhecida.

Fonte: *Library of Congress, Harvard University Graduate School of Design.*
<<http://memory.loc.gov/ammem/collections/landscape/index.html>>

O projeto consistiu de uma rede de interceptação de esgotos, de uma *parkway* e da primeira linha de bonde de Boston. Olmsted estudou o fluxo das águas para saber onde instalar a rede de esgotos e aplicou o uso das “árvores de nutrição”, que utilizou nas *Niagara Falls*, para recuperar a mata ciliar. Os pântanos ajudavam na purificação natural das águas, removendo o odor do esgoto que se espalhava pela cidade. Essa foi uma das primeiras obras nos EUA a integrar a noção de planejamento urbano, ecologia e arquitetura de paisagens (Cronon, 1996; Martin, 2011).

Esse tipo de trabalho, de restauração de um ambiente natural em uma cidade, foi reproduzido por diversos profissionais posteriores a Olmsted, entre eles o seu filho, Frederick Law Olmsted Jr. De 1900 a 1950, essa integração de natureza e cidade foi desenvolvida pelos arquitetos de paisagem e planejadores urbanos. Porém, a partir de 1950, o planejamento urbano passou a enfatizar mais as formulações de políticas públicas que as questões ambientais e o planejamento físico das cidades (Cronon, 1996).

Enquanto Olmsted destacou-se com o trabalho em parques e demais áreas verdes, Murgel desenvolveu diversas construções arquitetônicas. O seu trabalho de graduação foi desenvolvido no estilo *art déco*, assim como grande parte de seus projetos urbanos. Rodrigues (2016) fez um estudo detalhado do Cine Teatro Brasil de Belo Horizonte, inaugurado em 1932, localizado no cruzamento entre a Avenida Amazonas e a Avenida Afonso Pena (Lima, 2003a; Rodrigues, 2016).

Em meados de 1937, Murgel elaborou o projeto do Hospital São Lucas, também em Belo Horizonte, localizado entre a Rua Ceará e a Avenida Francisco Sales. O teatro e o hospital projetados por Murgel são edificações de esquina e têm elementos comuns ao estilo *art déco* identificados por Rodrigues (2016), como base, valorização da esquina, corpo e coroamento (Rodrigues, 2016) (Figura 6). A base é constituída pelo subsolo e térreo, possui revestimento em mármore, e é recuada em relação ao corpo do prédio. O corpo e o coroamento são revestidos por pó de pedra e diferem-se pela alternância de ritmo dos vãos das janelas. A partir de 1937, Murgel reduziu sua participação em projetos de edificações para dedicar-se ao projeto dos recém-criados parques nacionais (Rodrigues, 2016).



Figura 6. Cine Teatro Brasil e Hospital São Lucas, Belo Horizonte, 2019.

Foto do Cine Teatro Brasil de Marcelo Palhares Santiago. Fonte:

<[http://www.santacasabh.org.br/ver/sistema de terapia de alto fluxo e alta velocidade.html](http://www.santacasabh.org.br/ver/sistema%20de%20terapia%20de%20alto%20fluxo%20e%20alta%20velocidade.html)>

Uma última diferença em relação a Olmsted e Murgel refere-se ao destaque dos profissionais. Atualmente Olmsted vem ganhando crescente projeção, com publicações sobre a sua trajetória e republicações de seus manuscritos e livros. Quanto a Murgel, ainda há pouca literatura e o acesso a informações sobre ele é difícil. É importante lembrar que em 1996 Cronon clamou por um resgate dos trabalhos de Olmsted, que estavam caindo no esquecimento. Dessa maneira, o trabalho de Murgel ainda pode emergir para que receba os créditos devidos pela sua importância.

Os pontos de convergência entre Olmsted e Murgel

Apesar das divergências, Olmsted e Murgel apresentam semelhanças relevantes. Ambos trabalharam dentro do ideário de cidades-jardim, que ganhou destaque no final do século XIX e perpetuou-se pelo século XX. Ambos fizeram projetos de câmpus universitários. Por fim, os dois se dedicaram aos primeiros parques nacionais (ou proposta do que deveria ter sido o primeiro parque nacional, no caso do *Yosemite Valley*) de seus respectivos países.

Em 1857, Olmsted e Vaux iniciaram a execução do plano do *New York Central Park*. Entre os elementos que criaram e implantaram no parque estão as *parkways*, vias de trânsito em formato sinuoso. O projeto do parque estava ligado a uma remodelação do sistema viário da cidade de Nova York. Esse rearranjo de vias trabalhadas com áreas verdes estimulou o surgimento de diversos subúrbios ao redor da cidade (Wells, 2014).

Em 1868, Olmsted e Vaux foram convidados pelo empresário Emery Childs a avaliar uma área de aproximadamente 6,47km² próxima a Chicago. Childs havia adquirido a área para ajudar a empresa *Riverside Improvement Company* a desenvolver a região. Ele acreditava que isso exigia planejamento físico e preocupação social. Esse foi um dos subúrbios norte-americanos que tiveram a concepção de cidade-jardim mais bem trabalhada na época (Fein, 1972; Martin, 2011).

Olmsted percebeu em outros subúrbios que a falta de vias de circulação dificultava a locomoção, gerando mais empecilhos que conforto. Assim, ele sugeriu um elaborado sistema de vias para Riverside, as *parkways*, que ele já havia utilizado no *Central Park*. Para Olmsted, garantir a comunicação entre os diversos trechos do subúrbio era essencial, porém a velocidade que poderia ser alcançada com vias retilíneas não deveria ser a prioridade de quem busca uma vida tranquila e integrada com a natureza (Fein, 1972).

No plano geral de Riverside, as vias sinuosas constituem grupos de lotes em proporções maiores ou menores, sempre limitados por áreas verdes e pelo rio Hudson. Nas áreas verdes, haveria atividades comunitárias como caminhadas e parques infantis, entre outras. O planejamento durou dois anos e o seu sucesso foi justamente incentivar a diversidade de uso das áreas comuns (Fein, 1972; Martin, 2011). Riverside é apenas um exemplo dos vários trabalhos realizados por Olmsted integrando meio urbano e natureza (Figura 7).

É importante lembrar que uma definição mais sólida de cidade-jardim ocorreu apenas em 1898, com o livro de Ebenezer Howard. No entanto, vários autores fazem referência a projetos anteriores a essa data como cidades-jardim. O processo de desenvolvimento dessas cidades certamente antecede a proposta de Howard, tendo início nas primeiras reformas

urbanas do início do século XIX na Europa e nos EUA, com a intenção de proporcionar embelezamento e salubridade, a exemplo da reforma de Haussmann em Paris.

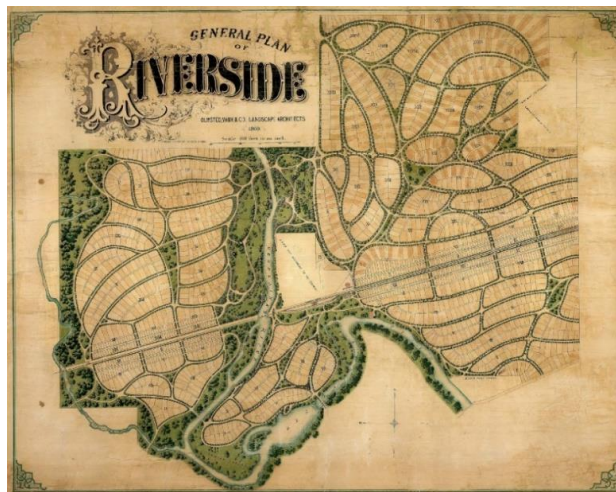


Figura 7. *General Plan of Riverside, 1869.*
Projeto de *Olmsted, Vaux & Co. Landscape Architects.*
Fonte: <<http://www.olmstedsociety.org/resources/maps-of-riverside/>>

Murgel também trabalhou com o planejamento de bairros no estilo cidade-jardim. Nesse momento, toda a concepção desse ideário já havia sido desenvolvida na Europa e nos EUA, incluindo a construção da primeira cidade-jardim, Letchworth, na Inglaterra (Lima, 2003a; Panzini, 2013). Em 1934, Murgel participou do concurso promovido pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (CSBM) para a “Cidade-Operária de Monlevade”, Minas Gerais. Murgel ficou em segundo lugar, superado por Lincoln Continentino²⁹ (1900-1976) (Correia, 2014; Lima, 2003a; Sobreira, 2018). O seu projeto foi concebido de acordo com os modelos de cidade-jardim, como Murgel descreveu na documentação do projeto publicada posteriormente na *Revista da Directoria de Engenharia*: “Somando tal reserva de vegetação aos contingentes constituídos pela arborização das ruas e pelo dos quintais, teremos um total apreciável e capaz de emprestar ao conjunto um agradável aspecto de cidade-jardim.” (Murgel, 1936, p.272). A planta baixa do projeto de Monlevade indica as semelhanças com Riverside: arborização ao longo das vias, áreas verdes no entorno dos lotes e no interior de alguns conjuntos, e o traçado irregular (Figura 8).

²⁹ Lincoln de Campos Continentino nasceu em Oliveira/MG, em 17 de maio 1900, e faleceu em Belo Horizonte, em 19 de agosto de 1976. Diplomou-se em engenharia civil, em 1923, pela Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte. Venceu o concurso da Cidade Operária de Monlevade e projetou o conjunto balneário do Barreiro, em Araxá/MG (Lima, 2003b, 2013b).

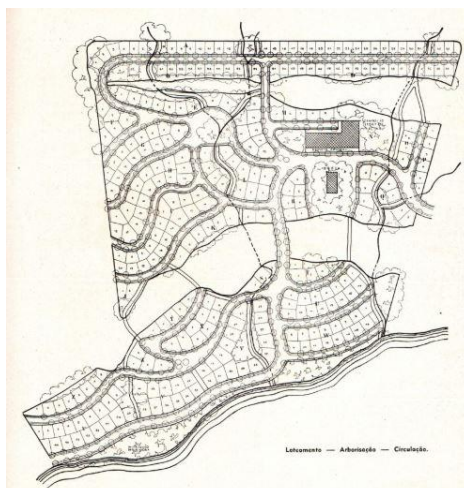


Figura 8. Planta baixa do projeto para a Cidade Operária de Monlevade, Murgel, 1936

Fonte: *Revista da Directoria de Engenharia*, ano de 1936, volume 3, número 5, p.275

<<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RevMuniciRJ&PagFis=1820&Pesq=murgel>>

Murgel usou essa concepção de cidade em um projeto anterior. Em meados de 1930, ele projetou uma colônia no município de Nova Iguaçu/RJ para abrigar moças órfãs, chamada Cidade das Meninas (Figura 9). O complexo tinha um extenso programa e foi organizado em um sistema de *parkways*. Na descrição do projeto está escrito “Ante-projeto (sic) de arruamento – Disposição em *Parkways*”, e logo abaixo o título “Área destinada à cidade das meninas” (Lima, 2003a).

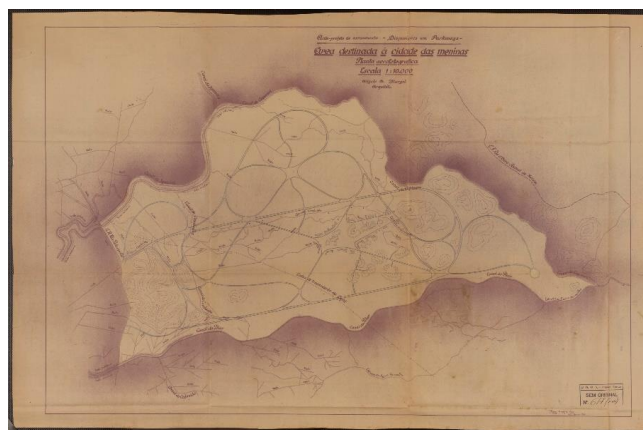


Figura 9. Cidade das Meninas, Nova Iguaçu/RJ, Murgel, 1941.

Fonte: SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

<http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1075396&v_aba=1>

A planta do projeto tem dimensões de 103x210cm e a delimitação das *parkways* para o futuro complexo urbano. As partes internas às vias, assim como em Riverside, destinaram-se ao loteamento. O projeto apresentava uma proposta de núcleo urbanizado disperso no verde, como no ideário de cidade-jardim. Além disso, estava presente o conceito de arquitetura rural

(Lima, 2003a; Martin, 2011). De acordo com Murgel, a arquitetura rural “(...) constitui fenômeno essencialmente natural, produto exclusivo do ambiente em função do homem.” (Murgel, 1953, p. 158). O conceito estava também ligado à consciência da vida rural precária e a um orgulho da força do homem do campo frente às adversidades do meio natural.

Outro ponto de convergência entre Olmsted e Murgel está relacionado aos projetos de câmpus universitários. Entre 1865 e 1868, Olmsted projetou diversos câmpus utilizando o estilo pitoresco, como os da *University of California* (Berkeley), *University of Maine* (Bangor), *Amherst College* (Massachusetts) e *Gallaudet College* (Washington, DC). Os projetos de Olmsted refletiam os anseios de reformular a educação com base em um pensamento científico. Esses desejos foram expressos por Andrew Jackson Downing, compartilhados por Olmsted e acatados por Justin Smith Morrill (1810-1898), deputado estadual integrante da *House of Representatives* de Vermont. Ele propôs uma lei para a reformulação do ensino (Fein, 1972; Martin, 2011).

Em 2 de julho de 1862 o *Morrill Act* foi assinado pelo presidente Abraham Lincoln (1809-1865). A lei sustentava que o conhecimento científico deveria ser mais útil à vida prática e que o sistema educacional deveria contribuir mais para esse fim. Ao planejar os câmpus universitários, Olmsted criou espaços que eram mais que locais de conhecimento – eram abrigos de estudantes que representavam o futuro do país. Esses locais deveriam ser, então, agradáveis e acolhedores. Dessa maneira, Olmsted acreditava estar colaborando com as propostas do *Morrill Act*, pois estudantes que se sentiam integrados ao sistema de ensino trariam bons retornos à sociedade com seus aprendizados. Para as edificações do *campus* da *University of California* (Berkeley), Olmsted criou prédios em madeira que lembravam casas familiares. O plano incluía também biblioteca, jardins e campo de atletismo (Figura 10) (Fein, 1972).



Figura 10. *University of California* (Berkeley) em 1898.

Autoria desconhecida.

Fonte: <<http://www.cp.berkeley.edu/lhp/significance/context.html>>

A partir de 1938, Murgel participou da equipe multidisciplinar que projetou o *campus* da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), localizada no distrito de Seropédica/RJ. O projeto da universidade integrava o programa do planejamento do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA). A universidade foi criada como Universidade Rural (UR), pelo Decreto-lei nº 6.155, de 30 de dezembro de 1943, com o objetivo de promover o ensino da agronomia e da veterinária (Brasil, 1943). A Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, estabeleceu novas regras para o nome de escolas e universidades técnicas federais. A UR passou então à sua atual denominação, UFRRJ (Brasil, 1965; Lima, 2003a).

Murgel foi diretor da subcomissão de arquitetura da comissão responsável pelo planejamento e construção do complexo. O projeto do *campus* tinha escala monumental, com paisagismo trabalhado por Reynaldo Dierbeger³⁰ (1899-1977). O estilo arquitetônico adotado foi o neocolonial, por conselho do próprio Ministro da Agricultura, Fernando de Sousa Costa (1886-1946), que nomeou a comissão de planejamento e construção (Enokibara, 2016; Lima, 2003a; Reis, 2015).

Em visita ao local, em setembro de 2019, pude constatar o caráter monumental do projeto. O acesso é feito pela BR 465, Estrada Rio São Paulo, Km 07, município de Seropédica. Após a portaria da entrada, a primeira vista é a do Pavilhão Central, chamado de P1 pelos estudantes e funcionários. O foco é obrigatoriamente direcionado ao P1 pela via retilínea de acesso após a portaria, que depois se expande em uma praça oval com eixo pavimentado ao centro e gramado de ambos os lados. Ao final do eixo está o P1, edificação com planta retangular, área de aproximadamente 15.625m² e jardim interno de 80x100m. A característica marcante do P1, que ao mesmo tempo lhe confere monumentalidade e adequação ao terreno, é a sua horizontalidade. O ressaltado dos dois volumes laterais proporciona mais dinamismo à fachada. O estilo neocolonial é evidente: as janelas dos volumes laterais e ao centro com pequenas varandas, frontão diferenciado marcando a entrada principal, e ritmo proporcionado pela sequência de janelas e arcos (Figura 11).

³⁰ Reynaldo Dierbeger era o segundo filho de Johan Dierbeger, patriarca da família e fundador das Organizações Dierbeger, em 1893. A firma era voltada para produção e comercialização de plantas ornamentais, tendo, até o ano de 2019, 126 anos de história. Reynaldo Dierbeger nasceu em São Paulo, em 1899, estudou na escola alemã até seus 15 anos de idade, quando foi encaminhado a Dresden, na Alemanha, para estudar na Escola Superior de Horticultura em Laubegast. Durante seus estudos, ele trabalhou como aprendiz de jardineiro no Palácio de Pillnitz. Em 1919 ele retornou a São Paulo e foi trabalhar na firma de seu pai. Ele ficou conhecido pelo projeto dos jardins do Museu Paulista, mais conhecido como Museu do Ipiranga, concebidos em estilo francês e inglês (Enokibara, 2016).

O jardim foi projeto de Dierbeger. Tem dois eixos perpendiculares que se cruzam ao centro em um espelho d'água. Essa configuração em cruz remete aos jardins persas da antiguidade, ao mesmo tempo que o pátio, confinado por quatro corredores, remete aos jardins medievais. A similaridade com a arquitetura monástica aparece também nos corredores sequenciados por arcos e colunas, remetendo à sequência de ritmo presente na fachada principal do P1 (Figura 12).



Figura 11. Pavilhão Central (P1) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2019.
Foto da autora.



Figura 12. Jardim interno do Pavilhão Central (P1) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2019.
Foto da autora.

O estado do *campus* da UFRRJ é precário. Os prédios carecem de manutenção em suas paredes, no piso e na iluminação. As torneiras das pias dos banheiros do P1 são de diferentes modelos e até mesmo de plástico. Às vezes falta água na universidade e as aulas são canceladas. As vias de acesso por carro às diversas faculdades, quando existentes, ou estão cheias de buracos ou alternam entre barro e asfalto. Além disso, são mal sinalizadas. Várias obras de novas instalações estão paradas, aparentemente há muito tempo. As

edificações têm um estilo moderno, diferente da proposta original do *campus*, em que predomina a arquitetura neocolonial.

Esses projetos de Olmsted e Murgel fornecem um panorama de como eles desenvolviam os seus trabalhos e das influências do contexto presentes neles. A grande semelhança de terem sido os primeiros profissionais a propor planos para os primeiros parques nacionais também convive com diferenças de um em relação ao outro em termos de concepção de projetos. O desafio, entretanto, era o mesmo: trabalhar na natureza respeitando suas belezas e sua grandeza. É disso que trata o capítulo seguinte.

Capítulo 3: A arquitetura de paisagens e os parques nacionais nos EUA e no Brasil

Os ideais românticos de proteção da natureza nos EUA, que resultaram na proposta de criação do Parque Nacional de Yosemite, influenciaram uma parte da elite intelectual brasileira a sugerir a criação de seus primeiros parques nacionais. Coube a Olmsted e Murgel a elaboração de projetos para os parques nacionais. As experiências que eles acumularam antes desse trabalho específico possibilitaram o seu pioneirismo. O objetivo geral desse capítulo é mostrar como a paisagem dos primeiros parques nacionais norte-americanos e brasileiros foi trabalhada e interpretada pelos profissionais responsáveis.

Esta parte do trabalho inicia com a descrição do relatório de Olmsted para a criação do Parque Nacional de Yosemite. Na trajetória profissional dele, esse relatório foi uma consequência de sua experiência com o *Central Park*, por isso, os dois trabalhos guardam diversas semelhanças. Alguns desses pontos comuns são o uso do estilo pitoresco como forma de preservação da *wilderness*, a noção de acesso público e a promoção da civilidade e dos benefícios físicos e mentais ao ser humano. Essas características foram aplicadas no primeiro parque nacional dos EUA e do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872.

A segunda e terceira partes referem-se aos parques nacionais no Brasil. Primeiramente, introduzi a história do desmatamento da região fluminense que abrange os parques de Itatiaia e Serra dos Órgãos e destaquei alguns dos pesquisadores naturalistas que passaram pelo local. O engenheiro André Rebouças (1838-1898) foi um desses pesquisadores, que fez uma incursão pelo bioma da Mata Atlântica, em 1876. Rebouças, influenciado pela criação do primeiro parque nacional norte-americano, propôs também a criação de áreas protegidas no Brasil. Isso ocorreu apenas em 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia, e em 1939, com a criação do Parque Nacional do Iguaçu e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Os três parques contaram com um mesmo plano geral de Murgel, descrito na terceira parte desse capítulo.

A descrição dos projetos de Murgel foi feita com base em trabalhos de outros pesquisadores, em particular Lima (2013a), e em Murgel (1953). Além disso, por meio de visita aos parques nacionais de Itatiaia e Serra dos Órgãos, realizada em setembro de 2019, conheci as obras de Murgel e tive acesso a seus projetos, guardados no acervo de cada parque. A terceira parte constitui-se, então, de referenciais bibliográficos e pesquisas de campo.

A quarta parte trata da profissionalização da arquitetura de paisagens. Ao mesmo tempo em que busquei encerrar esse último capítulo com as técnicas, tanto práticas quanto teóricas, empregadas em projetos em áreas naturais. Resgatei a discussão proposta no

primeiro capítulo, relacionada à transformação do conceito de paisagem e de sua relação com a própria alteração que os humanos exercem sobre ela, essência do segundo capítulo desta dissertação.

A proposta de criação do Parque Nacional de Yosemite e sua influência na criação do Parque Nacional de Yellowstone

Após o projeto do *New York Central Park*, Olmsted estava pronto para trabalhar a natureza em uma escala mais ampla e em um contexto não urbano. Em 1863, ele viajou à Califórnia, mais especificamente ao *Yosemite Valley* e ao bosque *Mariposa Big Tree*, seu futuro local de trabalho. Alguns autores, como Fein (1972), associam a presença de Olmsted no local ao surgimento de um *lobby* para a proteção da área. Já Carr (1999) afirma não ser possível comprovar que Olmsted tenha vivenciado uma influência política desse tipo. De toda forma uma lei de proteção do vale e do bosque foi promulgada no ano seguinte à visita de Olmsted.

O Parque Nacional do Yosemite tem uma extensão de aproximadamente 3.000 km². Localiza-se nas montanhas da *Sierra Nevada*, Califórnia, e destaca-se pela presença de massas graníticas, como o *Half Dome* e *El Capitan*. No parque há também sequoias (*Sequoiadendron giganteum*) gigantescas e antigas localizadas na Alameda da Mariposa. Algumas dessas árvores têm mais de 3.800 anos e passam dos 28 metros de altura e 80 centímetros de diâmetro. Em seu relatório de 1865, Olmsted descreveu o aspecto local como comum, talvez pela região, ou talvez por não apresentar curiosidades como os gêiseres de Yellowstone (Bolin, 1965; NPS, 2019a; Olmsted, 2014 [1865]).

A lei estadual de 30 de junho de 1864 designou a região do Yosemite e o bosque *Mariposa Big Tree* para uso público e recreação, além de ter declarado que o seu caráter era inalienável. O local passou a ser administrado pelo governador da Califórnia, por meio de um grupo de comissários. Olmsted foi o primeiro presidente da comissão, que tinha duas tarefas imediatas: realizar pesquisa e mapeamento, e elaborar um relatório sobre a política de manejo da concessão da gestão da área do vale para o estado da Califórnia (Cronon, 1996; Fein, 1972; Martin, 2011).

Concluídos a pesquisa e o mapeamento, em 8 de agosto de 1865, Olmsted apresentou o seu relatório. Primeiramente, ele comentou e lamentou a questão da Guerra Civil norte-americana. Em seguida, Olmsted ponderou que, apesar da guerra, os esforços para a proteção da *wilderness* felizmente foram consolidados na lei de 1864. Olmsted fez uma descrição detalhada da região e afirmou:

(...) É o principal dever do Governo, se não o único dever do Governo, de **proporcionar meios de proteção a todos os cidadãos na busca da felicidade**, ante os obstáculos, de outra maneira intransponíveis, que o egoísmo dos indivíduos ou da combinação de indivíduos é responsável por interpor àquela busca (Olmsted, 2014 [1865], 1.93-120, grifo da autora).³¹

Existem semelhanças nas concepções de projetos do *Central Park* e da proposta para o Parque de Yosemite. No seu relatório, Olmsted argumentou que o usufruto dos benefícios do contato com a natureza foi monopolizada por uma elite aristocrática durante muito tempo, e “...grande parte da sociedade, incluindo aqueles para os quais [o contato] seria de grande benefício, é excluída dele.”³² (Olmsted, 2014 [1865], l. 176). Assim, “É necessário que eles (os parques) permaneçam abertos para o uso do conjunto da sociedade.”³³ (Olmsted, 2014 [1865], l. 180). O contato com a natureza, para Olmsted, além de proporcionar lazer e benefícios à saúde mental e física dos humanos, era um fator de civilidade, assim como o era para Downing: “É um fato importante que, à medida que a civilização avança, cresce o interesse dos homens em cenas naturais de sublimidade e beleza.”³⁴ (Olmsted, 2014 [1865], l. 230). Proporcionar essa mesma liberdade de acesso, a noção de civilidade e o contato com a natureza tinha feito parte das intenções de Olmsted e Vaux no projeto do *New York Central Park*.

Olmsted incluiu também importantes lembretes aos funcionários encarregados da administração do parque. “O primeiro ponto a se ter em mente é a preservação e manutenção, tanto quanto possível, do cenário natural (...)”³⁵ (Olmsted, 2014 [1865], l. 207-210). Observação semelhante foi escrita no *Description of a Plan for the Improvement of the Central Park*. Para Olmsted a valorização e preservação do cenário natural era a característica mais marcante do estilo pitoresco. Por isso, não surpreende que ela seja aplicada e reiterada em quase todos os seus projetos. No caso do parque nacional, essa premissa do estilo pitoresco entra ainda mais em conformidade com a valorização e proteção da natureza, mesmo que inicialmente voltada para o lazer e a saúde humanos. Ainda sobre o estilo aplicado às estradas e trilhas na arquitetura de paisagens, linhas sinuosas usadas nos caminhos

³¹ “(...) It is the main duty of government, if it is not the sole duty of government, **to provide means of protection for all its citizens in the pursuit of happiness** against the obstacles, otherwise insurmountable, which the selfishness of individuals or combinations of individuals is liable to interpose to that pursuit.”

³² “The great mass of society, including those to whom it would be of the greatest benefit, is excluded from it.”

³³ “It is necessary that they should be laid open to the use of the body of the people.”

³⁴ “It is an important fact that as civilization advances, the interest of men in natural scenes of sublimity and beauty increases.”

³⁵ “The first point to be kept in mind then is the preservation and maintenance as exactly as is possible of the natural scenery (...)”

e nas *parkways* do *Central Park* foram sugeridas para o futuro parque: “A trilha ou estrada estreita poderia também ser deixada mais à sombra, poderia trilhar um caminho mais pitoresco (...)”³⁶ (Olmsted, 2014 [1865], l. 274).

Outro lembrete de Olmsted aos administradores do parque sugere:

Segundo; é importante lembrar que ao permitir o sacrifício de qualquer coisa que seria do mais vago valor para futuros visitantes, por conveniência, mau gosto, brincadeira, falta de cuidado ou destruição deliberada de visitantes atuais, isso faz com que nós, provavelmente, submetamos, em cada um desses casos, o interesse de incontáveis milhões ao egoísmo de poucos indivíduos. (...) Em algum momento, portanto, leis para prevenir um uso injusto por indivíduos daquilo que não é individual, mas público, devem ser feitas e rigidamente reforçadas.³⁷ (Olmsted, 2014 [1865], l. 226-238)

Contudo, o relatório não foi aprovado pela Assembleia Legislativa da Califórnia. Em 1865, Olmsted retornou a Nova York para trabalhar na recuperação das *Niagara Falls*. Em 1867, ele renunciou do cargo de comissário do parque, pedido “que foi aceito pelo governador com expressões de contrariedade e gratidão”³⁸ (Olmsted, 2016, l. 11487). A definição do local como parque nacional ocorreu apenas em 1890, depois de uma campanha bem-sucedida de um dos fundadores do movimento preservacionista, o escritor escocês-norte-americano John Muir (1838-1914). Muir respeitosamente requisitou e assegurou a assistência de Olmsted nessa campanha, como reconhecimento pela sua luta anterior para estabelecer o local como parque nacional (Nash, 1990).

Apesar da não publicação do relatório, a lei que criou a reserva do *Yosemite Valley* como território público para proteção da natureza e lazer incentivou a proteção de outras áreas com o mesmo propósito. Desde o início do século XIX, estava em debate a criação do parque de Yellowstone, efetivada em 1872. Nesse ano, o presidente Ulysses S. Grant (1822-1885), pressionado pela população, ciente e influenciada pela criação da reserva do território do *Yosemite Valley*, sancionou uma lei federal designando para preservação mais de 8 mil km² localizados a noroeste de Wyoming. A lei tinha como meta preservar as maravilhas naturais, como gêiseres, fontes termais e cânions (Beveridge, 2016; Nash, 2001; Olmsted, 2014

³⁶ “The trail or narrow road could also be kept more in the shade, could take a more picturesque course (...)”

³⁷ “Second; it is important that it should be remembered that in permitting the sacrifice of anything that would be of the slightest value to future visitors to the convenience, bad taste, playfulness, carelessness, or wanton destructiveness of present visitors, we probably yield in each case the interest of uncounted millions to the selfishness of a few individuals. (...) At some time, therefore, laws to prevent an unjust use by individuals of that which is not individual but public property, must be made and rigidly enforced.”

³⁸ “(...) which was accepted by the Governor with expressions of regret and gratitude”

[1865]). A preservação da *wilderness* não fez parte do plano principal inicial do parque de Yosemite, nem de Yellowstone (Nash, 1990; 2001).

O Parque Nacional de Yellowstone foi criado para proteger seus componentes naturais excepcionais. Foi uma consequência de um relatório assinado por membros da Expedição Washburn, que exploravam a região desde 1870. Entre 1929 e 1932, o presidente Herbert Hoover (1874-1964) assinou dois projetos de lei ampliando os limites do parque. Atualmente, o Yellowstone tem cerca de 9.000 km² e abrange partes dos estados de Wyoming, Montana e Idaho. Uma de suas maiores atrações é o *Old Faithful Geyser* que, apesar de não ser um dos maiores gêiseres do parque, é o que tem as erupções mais frequentes, em média uma a cada 90 minutos. As erupções duram entre um e cinco minutos e despejam cerca de 14 a 32 mil litros de água fervente a uma temperatura de 76,5°C. Outras atrações são os vales do Madison, de Gibbons e de Firehole (Bolin, 1965; Nash, 2001; NPS, 2019b).

Em 1892, 20 anos depois da criação do Parque Nacional de Yellowstone, o senador do Tennessee, William B. Bate (1826-1905), explicou o seu propósito de proteger uma região para os norte-americanos que desejavam ver a natureza primitiva, simples e pura. Foi a partir de atitudes como a de Bate que o conceito de *wilderness* passou a ser adotado como motivação para a criação de parques nacionais nos EUA (Nash, 2001). Como Thoreau já argumentava desde meados de 1850, proteger a *wilderness* era proteger a própria civilização. Bate parece ter compreendido que não era necessário qualquer justificativa para a criação de uma área protegida, justamente porque a proteção em si já era benéfica a todos: humanos, animais, plantas e demais componentes bióticos e abióticos.

Se a lei californiana de 1864 impulsionou a criação do Parque Nacional de Yellowstone, as sugestões constantes no relatório de Olmsted influenciaram as diretrizes do *U.S. National Park Service* (NPS), agência governamental criada em 1916 para gerir os parques nacionais. No relatório, constavam regras sobre construções nos parques, as quais não deveriam ser abundantes para não prejudicar o cenário natural (Fein, 1972; Nash, 1990). Olmsted propôs ainda a composição e organização do quadro de comissões de parques: “É proposto ainda que dos oito comissários a serem indicados pelo Executivo, quatro devem ser indicados anualmente e que esses quatro devem ser estudiosos de Ciências Naturais ou Artistas da Paisagem.”³⁹ (Olmsted, 2014 [1865], 1.300).

O *Organic Act* de 1916, que criou o NPS, contou com a colaboração de Frederick Law Olmsted Jr. Um dos trechos mais famosos da lei foi de sua autoria e estabelecia a função do

³⁹ “It is also proposed that of the eight Commissioners to be appointed by the Executive, four shall be appointed annually and that these four shall be students of Natural Science or Landscape Artists.”

NPS: “(...) cujo objetivo é conservar a paisagem e os objetos naturais e históricos e a vida selvagem nela contida, e proporcionar o desfrute do mesmo da maneira e por meios que os deixem inalterados para o desfrute das gerações futuras.” (Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress, 1916). Essa passagem é semelhante a um trecho do relatório de 1865 de Olmsted.

Em relação à composição do NPS, ela não seguiu a proposta de Olmsted. Entretanto, a sua sugestão de contratar artistas da paisagem constou do quadro organizacional do NPS. De 1919 a 1927, a arquitetura de paisagens destacou-se no quadro organizacional do órgão, ao lado de poucos departamentos, entre eles atendimento a turistas, engenharia, assistência editorial, educação da história nacional, assistência em operações públicas e advocacia. O NPS é, ainda hoje, o órgão que regula os parques nacionais norte-americanos (Carr, 1999; Laurie, 1976; Sellars, 1997).

As propostas para os primeiros parques nacionais brasileiros

A primeira proposta de criação de parque nacional no Brasil foi feita, em 1876, pelo engenheiro André Rebouças (1838-1898) ao imperador Dom Pedro II. A proposta abrangia duas áreas - Sete Quedas, no rio Paraná/PR, e ilha do Bananal, no rio Araguaia/TO – e propunha desenvolver o turismo e conservar o patrimônio natural. Rebouças baseou a sua proposta no *Yellowstone Act* e no movimento preservacionista norte-americano. Contudo, o primeiro parque nacional brasileiro só foi criado mais de 60 anos após a proposta de Rebouças, com o intuito de favorecer o turismo, conservar a natureza e estimular a pesquisa científica. Esses objetivos foram motivos para que dois dos primeiros parques nacionais brasileiros fossem criados em terras fluminenses. O outro motivo foi o fato de a cidade do Rio de Janeiro ainda ser a capital federal (Drummond, 1997; Franco, 2015; Ribeiro, 2019).

O território do Rio de Janeiro sofreu muitas alterações em sua ecologia mesmo antes da colonização portuguesa. Como aponta Segawa (1996): “Fazemos parte de uma tradição predatória, tanto de origem lusitana quanto indígena, no que respeita a natureza.” (p.7). Para ele, os tupinambás já devastavam a Mata Atlântica com a prática da coivara. Em 1565, foi fundada a cidade do Rio de Janeiro e, em 1567, foram distribuídas sesmarias, como forma de neutralizar a invasão francesa no local. Nessa época, predominou no litoral brasileiro a extração de pau-brasil, às vezes feita pela própria população indígena, em troca de itens manufaturados. No século XVII, destacou-se a plantação de cana-de-açúcar nos Campos dos Goitacazes. Com a atividade mineradora em alta no século XVIII, muitos escravos negros

fugiram das plantações de cana-de-açúcar para tentar ganhar a vida com o trabalho nas minas. Isso acabou por prejudicar a agricultura de cana. Por outro lado, a atividade mineradora ajudou a desenvolver as cidades litorâneas fluminenses, que ao se expandir, necessitavam de mais recursos, como alimentos. Por fim, a partir do declínio da atividade mineradora, em meados de 1760, a produção de café ganhou projeção, principalmente no Vale do rio Paraíba do Sul, e permaneceu como uma forte atividade econômica no Rio de Janeiro. A atividade declinou, principalmente após a abolição da escravidão, em 1888 (Drummond, 1997).

A região do Parque Nacional do Itatiaia (PNI) serviu como rota de “tropas de burros”, que levavam o ouro e as pedras preciosas de Minas Gerais até os portos. Também se desenvolveu na região a cidade de Resende, que se tornou um polo cafeeiro. Porém, com a praga da “mariposa branca”, em 1850, as plantações declinaram. As “tropas de burros” também passavam pela região do futuro Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), e o cultivo de cafeeiros foi desenvolvido no que viria a ser a sua parte baixa. A atividade cafeeira foi responsável pelo desmatamento de quase 60% das florestas primárias ou secundárias do Rio de Janeiro entre os anos de 1790 a 1860 (Drummond, 1997).

Em relação à pesquisa científica, diversos naturalistas estrangeiros e brasileiros visitaram as terras fluminenses. Em 1822, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire visitou a região do futuro PNI e registrou a presença de fazendas de café. Em 1856, também na região do PNI, o engenheiro José Franklin Massena foi o primeiro a explorar o planalto do Itatiaia e medir a altitude do pico das Agulhas Negras. No ano de 1872, foi a vez de Glaziou conhecer o local. Importante lembrar que dez anos antes ele havia realizado a reforma do Passeio Público (Drummond, 1997; Irving, Corrêa e Zarattini, 2013).

As pesquisas científicas ocorriam concomitantemente às atividades produtivas na região fluminense. Apenas em 1904, foi tardiamente discutido, e não aprovado pelo legislativo do Estado do Rio de Janeiro, um projeto que proibia o corte de árvores em terras públicas e restringia o corte em terras particulares. Propunha-se também a recuperação das áreas degradadas, o que não foi feito. Somente a partir da criação do Código Florestal de 1934, Decreto nº23.793, de 23 de janeiro de 1934, que foi possível estabelecer de forma mais ordenada a proteção de áreas naturais. Foi sob a égide desse código que nasceram os primeiros parques nacionais (Brasil, 1934; Drummond, 1997; Irving, Corrêa e Zarattini, 2013).

O plano geral de Murgel para os parques nacionais brasileiros

Com os seus trabalhos com a Cidade das Meninas e com a Cidade Operária de Monlevade, Murgel adquiriu experiência em planejamento urbanístico e de áreas verdes. Isso possibilitou que ele aplicasse esse conhecimento na integração dos projetos que desenvolveu para os parques nacionais. Outro fator que colaborou para a participação de Murgel no projeto dos parques foi sua atuação como arquiteto no Ministério da Agricultura.

Murgel utilizou planos gerais para os parques, coordenando os trabalhos por meio de comissões técnicas. O programa para os parques consistia em museus, centros de visitantes, núcleos de pesquisa, abrigos, alojamentos e residências para funcionários. O estilo aplicado predominantemente nas construções foi uma mistura de neocolonial, rural, e influências da arquitetura orgânica *wrightiana* (Fujioka, 2007; Lima, 2013a).

Murgel (1953)⁴⁰ permite compreender as características da arquitetura rural e o seu significado mais profundo. Pela descrição do que ele considerava como casa rural e pelas observações feitas em visitas aos parques nacionais de Itatiaia e Serra dos Órgãos, em setembro de 2019, a arquitetura rural descrita nesses textos foi a mesma aplicada nas edificações dos parques. O fato de o artigo ser posterior às construções nos parques não implica em anacronismo.

Para Murgel o conceito de arquitetura rural se associava à consciência de uma situação precária de famílias que viviam em áreas rurais e ao mesmo tempo a uma certa identidade e orgulho nacionais. Sobre a primeira questão, Murgel acreditava que ensinar a pessoas carentes as técnicas de construção e o uso de materiais locais melhoraria a condição de vida de suas famílias. Ele acreditava nesse ideal, tanto que achava ser uma função do governo contribuir para o ensino das técnicas de construção:

Ao Governo pode competir essa função altamente patriótica e de solidariedade humana pelas facilidades e recursos de que dispõe para instituir a escola viva do exemplo, a única de promissores e possíveis resultados em campanha educativa de tal envergadura. Pelos seus órgãos técnicos, e somente por eles, livres das preferências estilísticas pessoais, poderia ser estudada acuradamente, à luz dos modernos princípios, a constituição do padrão arquitetônico rural brasileiro, em função do nosso homem, das suas necessidades e das suas possibilidades (Murgel, 1953, p. 160).

⁴⁰ Outro artigo da autoria de Murgel teve o mesmo título desse - “A casa rural brasileira”. Foi publicado no jornal *O Cruzeiro* em 11 de setembro de 1948, p. 90-91. De forma extremamente técnica, Murgel detalha o projeto de casas econômicas, sugerindo, inclusive, a quantidade de material a ser utilizado e a configuração da planta baixa. As casas eram ditas econômicas devido ao seu baixo custo proporcionado pelo uso dos materiais locais em sua construção.

Em relação à identidade nacional, Murgel associou os habitantes do meio rural a desbravadores, algo como uma mistura de bandeirantes e sertanejos:

Assim se abrigam e nelas vivem os anônimos heróis que, conquistando a terra, constroem com o seu sacrifício a Nação brasileira. São eles que firmam a posse definitiva e indiscutível de nosso vasto território e nos asseguram a soberania sobre regiões que os mapas geográficos representam por largas pinceladas verdes, sem os pontilhados das cidades e vilas, sem as linhas entrecortadas das ferrovias, sem o emprego de qualquer das convenções a não ser o verde, o mesmo verde simbólico que enche a nossa bandeira (Murgel, 1953, p. 159-160).

O emprego de materiais locais na execução da arquitetura rural tinha a sua justificativa: proporcionar conforto às famílias rurais a baixo custo. Porém, esse uso dos materiais locais foi adotado também nas construções dos parques nacionais. Além de evitar uma logística de transporte de materiais e os grandes custos conexos, essa proposta ia ao encontro da arquitetura orgânica de Wright, acatada por Murgel desde a palestra de Wright na ENBA, em 1931. O Ministro da Agricultura, Fernando Costa, um incentivador da proteção à natureza, também sugeriu que Murgel utilizasse um estilo arquitetônico que combinasse mais com o contexto natural, tal como ocorria na UFRRJ (Irigoyen, 2002; Reis, 2015; Rodrigues, 2016, Franco e Drummond, 2009).

Em relação à integração das construções com a natureza dos parques nacionais, Murgel tinha a mesma intenção de Olmsted - preservar o caráter original da paisagem. Porém, Murgel trabalhou com a integração das construções à paisagem, enquanto Olmsted optou por ocultar as edificações para proporcionar uma maior experiência com a *wilderness*:

(...) o que se procura e o que se deve preservar é exatamente o caráter original dos panoramas e aspectos. (...) Uma árvore pode ser deixada no eixo da estrada, uma curva pode ser menos técnica, mas as suas obras de arte devem harmonizar-se com a natureza e aproveitar-se dos materiais da região a fim de que nela não pareçam estranhos. (Murgel, 1945, p. 11-12, apud Lima, 2013, p. 134)

As técnicas da arquitetura rural propostas por Murgel (1953) foram bem descritas. Observei-as nas visitas aos parques nacionais. O primeiro parque visitado foi o Parque Nacional do Itatiaia, o primeiro parque nacional brasileiro, criado por meio do Decreto Federal nº1.713, de 14 de junho de 1937. O parque está localizado na Serra da Mantiqueira, entre os estados do Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG), abrangendo os municípios de

Alagoa, Bocaina de Minas e Itamonte, em Minas Gerais, e os municípios de Itatiaia e Resende, no Rio de Janeiro (Brasil, 1937; Irving, Corrêa e Zarattini, 2013).

A ocupação efetiva da região do parque teve início um pouco antes de sua oficialização. Em 1908, o governo adquiriu 48 mil hectares das fazendas de Henrique Irineu de Souza (1852-1929), filho do Visconde de Mauá. Uma parte dessa área foi destinada à implantação de núcleos coloniais europeus, mas sem muito sucesso. Até os dias atuais ainda há no interior do parque algumas propriedades particulares remanescentes desses núcleos ou de propriedades até mesmo anteriores a eles. Isso representa um problema para uma administração mais coesa do parque. Em 1914, foi criada a Reserva Florestal do Itatiaia, por iniciativa do botânico Paulo Campos Porto (1889-1968). Em 1929, foi instalada a Estação Biológica do Itatiaia, subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Drummond, 1997; Irving, Corrêa e Zarattini, 2013).

A área inicial do PNI era de 11.943 ha, em 1982 foi ampliada para 28.000 ha por meio do Decreto nº 87.586, de 20 de setembro. O parque tem diversas características que o tornam altamente relevante em termos ecológicos e mesmo econômicos. Está inserido no bioma Mata Atlântica e faz parte atualmente do Mosaico da Serra da Mantiqueira. A sua área está dividida em parte alta, parte baixa e a zona de Visconde de Mauá, turisticamente muito atraente. Abrange as nascentes de 12 rios, como dos rios Aiuruoca, Preto e Campo Belo; abriga remanescentes da Mata Atlântica de altitude; tem uma grande riqueza biológica, com diversas espécies endêmicas, como o “sapinho de barriga vermelha” ou “flamenguinho” (*Melanophrenyscus moreirae*), símbolo do parque (Brasil, 1982; Drummond, 1997; Irving, Corrêa e Zarattini, 2013).

O projeto de Murgel para o Parque Nacional do Itatiaia consistia em edifício-sede, casa do administrador, auditório, biblioteca, museu, centro de informações, abrigo para visitantes, moradias, almoxarifado, escola e igreja (Lima, 2013a). As construções atualmente existentes que mais se destacam e que são atribuídas a Murgel são a casa do administrador, o antigo edifício-sede e o abrigo Rebouças. As duas primeiras edificações localizam-se na parte baixa do parque, enquanto o abrigo está na parte alta.

O local da casa do administrador é de acesso restrito a pesquisadores, voluntários e funcionários do parque. Ao lado dela está o edifício em que foi implantada a Estação Biológica do Itatiaia e que é a atual sede administrativa. A casa do administrador hoje funciona como alojamento para pesquisadores. O seu estilo arquitetônico é o neocolonial, com telhado aparente e largos beirais. Há também um pátio avarandado que interliga os ambientes pela parte externa. Os volumes foram trabalhados de acordo com o terreno e a sua

declividade, o que proporcionou uma adequação harmoniosa da construção ao entorno (Lima, 2013a).

O antigo edifício-sede, que anteriormente concentrava os serviços técnicos e administrativos e de estudos botânicos, zoológicos e geológicos, tem atualmente a função de centro de visitantes – o nome oficial é Centro de Visitantes Wanderbilt Duarte de Barros.⁴¹ Trata-se de uma edificação moderna de quatro andares, inserida sobre uma encosta. A fachada principal está voltada para a vegetação. A sua entrada é marcada por um pórtico circular com uma sequência de esquadrias em vidro. No entanto, a entrada usual é feita pela fachada posterior, que fica em frente ao estacionamento. Essa fachada tem um pátio com jardim, caminho central de acesso e galeria-varanda (Drummond, 1997; Lima, 2013a).

Atualmente há no térreo do centro de visitantes, uma sala de projeção de vídeos, outra sala dedicada à história do montanhismo local, cinco salas que funcionam como museu e dois sanitários. No segundo pavimento concentram-se os serviços administrativos; no terceiro andar há uma biblioteca e o quarto andar é o topo do pórtico circular e oferece uma vista panorâmica para o parque. No projeto original, esse último andar não era fechado e o seu parapeito foi destinado também à função de floreira. Atualmente o local é fechado com esquadrias de madeira e vidro.

O abrigo Rebouças é o projeto que mais se assemelha à arquitetura rural descrita por Murgel (1953). Edificação modesta, com longos beirais, cobertura em uma água e outra água separada para a varanda. Constam nos arquivos do PNI uma planta de 1961 que prevê a ampliação do abrigo, e outra planta de 1976 prevendo a reforma de fachadas e uma ampliação. Ao que parece, a ampliação de 1961 foi executada e a reforma das fachadas de 1976 foi feita apenas parcialmente. A reforma de 1976 sugere a fixação de pedras e ripados de madeira nas fachadas, porém foram instaladas somente as pedras.

Os três projetos de Murgel são aparentemente distintos uns dos outros em seu estilo: moderno no centro de visitantes, neocolonial no abrigo para pesquisadores e rural no abrigo Rebouças. Porém, eles mantêm uma semelhança relacionada com a concepção de arquitetura rural. Além de terem sido feitos predominantemente com material local, como barro para as alvenarias e pedras para as fundações, algumas diretrizes construtivas de Murgel foram utilizadas nesses três projetos e em todos os demais propostos por ele nos parques.

Primeiramente, as três edificações foram construídas sobre fundação em pedra, como Murgel (1953) sugeriu: “As fundações, conforme a região, serão de pedra ou tijolos

⁴¹ O agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros (1916-1997) foi um dos gestores do PNI, entre os anos de 1943 a 1956 (ICMBio, 2019).

requeimados e se elevarão até trinta centímetros acima do solo, a fim de se evitarem inconvenientes da umidade.” As pedras acabaram por se tornar detalhes e revestimentos das fachadas. Outra característica da arquitetura rural são os “(...) largos beirais protetores, contra o sol e a chuva (...)” e a “(...) cobertura com telhas cerâmicas, material acessível, econômico e altamente durável (...)” (Murgel, 1953, p. 161). Murgel (1953) sugere também o uso de esquadrias de madeira, o que ocorre nas três construções. Por se tratar de planos gerais a serem implantados nos parques, as edificações do PARNASO são semelhantes às do PNI.

O PARNASO foi o terceiro parque nacional brasileiro, criado pelo Decreto-Lei nº 1.822, de 30 de novembro de 1939. Situado aos fundos da baía de Guanabara, o parque abrange os municípios de Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim. O decreto-lei de criação não definiu a área de abrangência, mas previu que o Serviço Florestal Federal realizaria parcerias com prefeituras e proprietários particulares para promover doações e desapropriações de terras. Esse problema territorial persiste até os dias atuais, pois existem diversas propriedades privadas dentro dos limites do parque (Brasil, 1939a; Drummond, 1997; Irving, Corrêa e Zarattini, 2013; Ribeiro, 2019).

Apenas em 1984, com o Decreto nº 90.023, de 2 de agosto, a área do parque foi definida em 10.653 ha. Dez anos depois, em 1994, a área foi devidamente demarcada. Em 2008, por meio do Decreto s/nº de 13 de setembro de 2008, a área do PARNASO quase duplicou, passando para 20.030 ha (Brasil, 1984; 2008).

O parque está incluído na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e no Mosaico de Áreas Protegidas da Mata Atlântica. Faz parte de um dos *hotspots* mais ameaçados do planeta, sendo uma área altamente prioritária para a conservação da biodiversidade, devido ao seu alto nível de endemismos. O parque ajuda a proteger as principais bacias do Rio de Janeiro: a do Médio Paraíba do Sul e a da baía de Guanabara (Drummond, 1997; Irving, Corrêa e Zarattini, 2013; Ribeiro, 2019).

No PARNASO, o antigo edifício-sede projetado por Murgel, atual administração, não seguiu o mesmo modelo do antigo edifício-sede do PNI. A edificação foi proposta em estilo neocolonial e assemelha-se à casa do administrador, projeto também existente no PARNASO e com a sua função original. As características de construção são as mesmas do PNI: amplos beirais, fundação em pedra, detalhes em pedra nas fachadas, esquadrias em madeira e telhado colonial.

Um dos maiores atrativos do parque é o seu lago artificial, em formato oval e sinuoso, chegando a 3 m de profundidade. Ele é abastecido por um desvio do rio Paquequer e drenado por um duto de 2 m de diâmetro, localizado na “extremidade” oposta ao local de

abastecimento. Há no lago uma pequena ilha acessada por uma estreita ponte com piso de pedra. Ao longo de um dos lados do lago, há uma escadaria/arquibancada acompanhando sua forma. Consta nos arquivos do PARNASO um projeto com a planta baixa do lago e de um estacionamento de veículos próximo ao lago. Nesse desenho estão os nomes de Murgel e demais profissionais, atestando sua participação na concepção do lago (Drummond, 1997).

O Parque Nacional do Iguaçu (Parna Iguaçu) tem dois destacados projetos de Murgel: o hotel e o aeroporto. Apesar de ter sido o segundo parque nacional a ser criado, por meio do Decreto-Lei nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939, esse parque é o último a ser mencionado aqui, devido às suas características diferentes em relação aos demais. O parque localiza-se no extremo oeste do estado do Paraná, na divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina (Brasil, 1939b; ICMBio, 2018; Lima, 2013a).

A proposta de criar uma reserva na área atual do Parna Iguaçu foi facilitada pelo aviador Alberto Santos Dumont (1873-1932), que visitou a região em 1916. Nesse mesmo ano foi baixado o Decreto estadual nº 653, de 28 de julho de 1916, em que o estado do Paraná declarava a área como reservada para um parque de utilidade pública. Porém, a criação do parque nacional ocorreu apenas em 1939. O parque tem como atributo mais marcante o cânion das cataratas do Iguaçu em remanescentes da Mata Atlântica no estado do Paraná (ICMBio, 2018).

O projeto do aeroporto do Parna Iguaçu foi feito na linguagem neocolonial e rural, com as mesmas características das construções desses estilos nos dois parques anteriores. Já o hotel tem um estilo mais moderno. A sua disposição lembra o Pavilhão Central (P1) da UFRRJ. Trata-se de um volume horizontal de dois pavimentos com planta em U. A disposição das esquadrias e dos arcos confere ritmo às fachadas, o mesmo ocorrendo com o avanço da entrada principal, destacada por uma torre vertical (Lima, 2013a).

O plano geral de Murgel para os parques nacionais não prosseguiu como planejado. Ao longo dos anos há registros de propostas de projetos diferentes do estilo sugerido por ele. Além disso, os projetos viabilizados de Murgel passaram por reformas em seu programa ou em sua estrutura. O abrigo Rebouças, no PNI, foi ampliado e as suas fachadas foram alteradas; o antigo edifício-sede do PARNASO foi ampliado; e até mesmo o antigo edifício-sede, atual Centro de Visitantes Wanderbilt Duarte de Barros, foi internamente remodelado para abrigar a sua nova função de centro de visitantes.⁴²

⁴² Em 1970, o botânico Elio Gouvêa elaborou um plano de remodelação e circulação para o novo centro de visitantes do PNI. A planta baixa consta no arquivo do parque, como também outros desenhos de Gouvêa.

Em 2016, o arquiteto e urbanista Fábio José Martins de Lima, membro do conselho consultivo do PNI, elaborou o parecer técnico intitulado “Proteção por tombamento das edificações vinculadas à criação dos Parques Nacionais, em particular, projetadas pelo Arquiteto Ângelo Murgel”. De acordo com Lima (2016):

Assim percebemos a composição dos centros de visitantes, abrigos, casas de administradores, casas de trabalhadores, dentre outros. Neste sentido, o parecer aqui para que esta materialidade relacionada à criação dos Parques Nacionais seja preservada, com o intuito da adequação das futuras intervenções que, porventura, sejam necessárias, para novos agenciamentos ou ampliações (Lima, 2016, p. 1-2).

Seguir o parecer técnico de Lima pode ser uma maneira de manter as características originais dos projetos de Murgel, mesmo que apenas externas, para assegurar o legado do arquiteto. Olmsted proporcionou uma herança mais institucional aos futuros parques nacionais, como as diretrizes para a criação do NPS advindas do seu relatório de 1865. Murgel deixou a execução de parte de seu plano geral para a posteridade justamente pelo seu papel pioneiro. Os dois profissionais propiciaram o desenvolvimento da arquitetura de paisagens em parques nacionais.

Profissionalização da arquitetura de paisagens

Olmsted cunhou o termo arquitetura de paisagens durante o seu trabalho no *Central Park*, em 1858. A sua experiência anterior em agricultura e engenharia, a sua habilidade de escrever e gerenciar, e a sua disposição romântica moldaram-no para o papel de primeiro arquiteto de paisagens dos EUA. “Jardinagem paisagista” era o nome mais usual dado à profissão, mas expressões como planejamento de sítio, desenho urbano, e planejamento ambiental são frequentemente empregados dentro do escopo da arquitetura de paisagens. A descrição da profissão por Hubbard e Kimbal é uma das mais próximas das características da arquitetura de paisagens de Olmsted:

(...) a função mais importante [da arquitetura de paisagens] é criar e preservar a beleza nos arredores das habitações humanas e no cenário natural mais amplo da cidade; mas se preocupa também em proporcionar conforto, comodidade e saúde a populações urbanas, que têm acesso escasso ao cenário rural e precisam urgentemente de ter as suas apressadas vidas diárias de trabalho revigoradas e acalmadas por paisagens belas e tranquilizantes e

por sons bonitos e repousantes que a natureza, em conjunto com a arte da paisagem, pode abundantemente prover.⁴³ (Laurie, 1976, p. 9)

Em 1899, John Charles Olmsted (1852-1920), sobrinho e filho adotivo de Olmsted, fundou a *American Society of Landscape Architects* (ASLA), para melhor definir e estruturar a profissão. Em 1901, o primeiro programa universitário completo em arquitetura de paisagens foi criado na *Harvard University* (Carr, 1999; Fein, 1972). O NPS, como descrito, teve, durante um período, profissionais de arquitetura paisagística em destaque na sua estrutura organizacional (Sellars, 1997).

A definição da profissão de arquiteto paisagista é complexa, pois está associada ao conceito de paisagem, ou seja, também sofreu e sofre influências das dinâmicas naturais e sociais. O conceito de arquitetura de paisagens mudou, inclusive dentro da própria ASLA. O primeiro conceito de arquitetura de paisagens, de 1909, definia a profissão como a adaptação da terra para uso e diversão humanos. Assim como a concepção de paisagem mudou com o conceito de ecossistema de Tansley, os novos conceitos de arquitetura de paisagens, formulados a partir de 1950, passaram a incluir os princípios científicos para trabalhar o uso público e a administração agrícola da terra (Gonçalves, 1992).

A partir dos anos 1980, a definição de arquitetura de paisagens voltou-se muito mais para as atribuições do profissional do que para a profissão. Essa visão permanece até os dias atuais. No *site* da ASLA, a arquitetura de paisagem é definida a partir do que o arquiteto de paisagens faz:

Os arquitetos paisagistas analisam, planejam, projetam, gerenciam e nutrem os ambientes naturais e construídos. Os arquitetos paisagistas têm um impacto significativo nas comunidades e na qualidade de vida. Eles propõem parques, câmpus, ruas, trilhas, praças e outros projetos que ajudam a definir uma comunidade.⁴⁴ (ASLA, 2019)

Ainda no *site* da ASLA, a definição de arquitetura de paisagens apresenta um *link* que leva a uma página dedicada exclusivamente à profissão. Novamente são caracterizadas as aplicações, como projeto de parques; revitalização urbana; criação de câmpus universitários,

⁴³ “(...) most important function is to create and preserve beauty in the surroundings of human habitations and in the broader natural scenery of the country; but it is also concerned with promoting the comfort, convenience and health of urban populations, which have scanty access to rural scenery, and urgently need to have their hurrying workaday lives refreshed and calmed by the beautiful and reposeful sights and sounds which nature, aided by the landscape art, can abundantly provide.”

⁴⁴ “Landscape architects analyze, plan, design, manage, and nurture the built and natural environments. Landscape architects have a significant impact on communities and quality of life. They design parks, campuses, streetscapes, trails, plazas, and other projects that help define a community.”

jardins e memoriais; restauração ecológica de ambientes naturais; reuso de áreas verdes, readaptando-as a um novo contexto urbano; projetos de telhados verdes; paisagismo residencial; e planejamento de vias para transportes não motorizados.

Com exceção do projeto de telhados verdes e dos memoriais, Olmsted exerceu todas as demais aplicações da arquitetura de paisagens listadas. Murgel também as exerceu, com exceção do projeto de telhados verdes. Em relação a memoriais, Murgel fez um monumento à bandeira, em 1940, para a cidade de Belo Horizonte, embora ele não tenha sido construído (Rodrigues, 2016).

Atualmente, no Brasil, diversas faculdades de arquitetura oferecem nas grades de seus cursos disciplinas voltadas ao paisagismo. Desde a “Reforma Francisco Campos”, em 1930, o ensino de arquitetura paisagística foi inserido na ENBA. Porém, apenas em 2011 foi iniciado o processo de regulamentação da profissão de arquitetura de paisagens no Brasil, com o projeto de lei de regulamentação, PL 2.043/11, aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O projeto ainda está em tramitação, mais especificamente na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA), com um recurso interposto (Câmara dos Deputados, 2019).

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) reluta em aceitar a aprovação do projeto, pois ele abrange o exercício da arquitetura de paisagens por profissionais não formados em arquitetura. De acordo com o CAU, a profissão é um ramo da arquitetura e deveria ser exercida apenas por arquitetos formados. Isso pode ser comparado com a queixa de Murgel sobre a profissionalização do ensino da própria arquitetura na década de 1940:

Do obscurantismo e da degenerescência da arquitetura no século passado que culminou, no início deste em que vivemos, com o bastardíssimo movimento da Arte Nova, provêm os males e defeitos que nos cumpre consertar pela cultura cada vez maior de nossa profissão, pela educação da sociedade nos princípios e no gosto da verdadeira Arquitetura e pela proteção da Lei, a fim de que, curiosos e leigos não a deturpem e aviltem a fim de que somente ao arquiteto sejam cometidas as obras de arquitetura (...) (Murgel, 1940, p. 97)

A arquitetura de paisagens e mesmo a arquitetura continuarão a sofrer mudanças, pois estão ligadas a aspectos relacionados a transformações. O que se pode levar em consideração é a maneira como essas transformações são feitas, inaugurando um novo momento na história da transformação da paisagem pelos humanos, talvez um momento de restauração e reintegração.

Conclusão

O marco temporal estudado, do século XIX até meados do século XX, foi um período de acontecimentos que culminaram em uma maior conscientização da necessidade de proteção da natureza. Esse período está completamente inserido no contexto histórico que Emidio (2017) definiu como de transformação, quando humanos começaram a alterar a natureza de forma rápida e intensa. Foi quando ocorreram as primeiras reformas urbanas com intenções de embelezamento e higienização das cidades.

Esse fato demonstra que, mesmo que uma cidade seja planejada desde a sua concepção, novos fatores demandarão que ela seja alterada, seja por questões de necessidade ou para definir uma nova fase na sociedade. Na Europa e nos EUA, as reformas de Haussmann e Olmsted e Vaux ocorreram para produzir salubridade das cidades e nisso foi inserido o fator do embelezamento. No Brasil, isso esteve associado às questões citadas, mas também a uma ideia de modernização, de nova sociedade, desenvolvida e desassociada da escravidão.

Os subúrbios e as cidades-jardim que surgiram como uma consequência da reforma urbana não foram suficientes para proteger a natureza. Nesse ponto, nos EUA a arquitetura de paisagens já havia se associado aos ideais românticos. O estilo pitoresco, impregnado de influências românticas, foi o mais utilizado para exaltar e proteger a *wilderness*. No Brasil, mesmo de forma indireta, o estilo pitoresco, imbuído dos ideais românticos, foi implantado por meio das reformas urbanas e mesmo pela criação de novas cidades, como Belo Horizonte e Goiânia.

Vale notar uma diferença relevante entre Olmsted e Murgel. Olmsted imprimia, até mesmo em planos descritivos de seus projetos, uma preocupação social de bem-estar físico e mental, bem como de apreciação da *wilderness*. Murgel, mesmo quando mencionava algum problema social, como o fez em seu artigo “A casa rural brasileira”, fazia isso de maneira sóbria, como que atestando um fato. Geralmente os seus escritos são técnicos. Em sua análise do belo, em “O Belo Mito do Belo”, essa técnica e praticidade ficam evidentes quando Murgel atesta que o belo não existe e que a natureza é o que é. Provavelmente essas diferenças se refletiram nas formas como os dois profissionais trabalharam a natureza nos parques nacionais. Enquanto Olmsted valorizava a *wilderness* ao máximo, fazendo questão até mesmo de esconder as construções na natureza, Murgel integrava as edificações ao entorno, sem exaltação de um sobre o outro.

As maneiras pelas quais a sociedade se relaciona com a natureza podem ser saudáveis ou predatórias, mas sempre ocasionarão alterações. As sociedades mudam, se expandem e isso também altera a sua intervenção sobre o mundo natural. A tecnologia evolui e com isso surgem novas técnicas para se trabalhar a paisagem. Levando em consideração esse caráter mutável das relações entre sociedade e natureza, a proteção de grandes áreas naturais é uma garantia do mundo natural no futuro, ao mesmo tempo em que obriga as sociedades a encontrarem formas de se desenvolver sem causar depredação.

Anexo A - Imagens

1 – Da esquerda para a direita: caverna de Lascaux (França), os monólitos de Avebury (Inglaterra) e o zigurate mesopotâmico de Ur. Manifestações de rituais primitivos para favorecer ou controlar as forças da natureza.



Fontes (da esquerda para a direita): Lascaux <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lascaux_01.jpg>, Avebury <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Avebury_3.jpg>, Ur <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ur-Nassiriyah.jpg>>

2 – *Ha-ha walls*, trabalho de Lancelot Brown (1716-1783) iniciado no ano de 1769, em *Burton Constable*, próximo a Hull, *East Yorkshire*. As *ha-ha walls* são muros aterrados para que não prejudiquem a continuidade da visão da paisagem, empregados por Brown em seu estilo pitoresco.



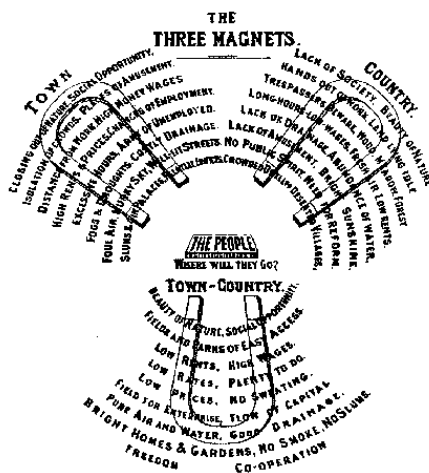
Fonte: Capability Brown (Org.) <<http://www.capabilitybrown.org/garden/burton-constable>>

3 - O parque Buttes-Chaumont, em Paris, considerado a obra prima do engenheiro Jean-Charles Adolphe Alphand (1817-1891), em estilo pitoresco.



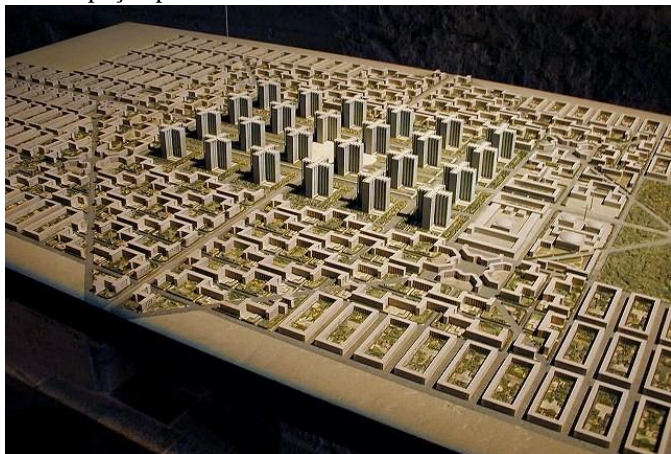
Fonte: Wikimedia Commons <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:ButtesChaumontAlphand.jpg>>

4 – O diagrama dos “Três Ímãs”, de Howard (1902). No diagrama da cidade-campo (abaixo dos outros dois em diagonal), estavam presentes todas as vantagens da cidade e do campo e nenhuma desvantagem de ambos.



Fonte: HOWARD, E. *Garden Cities of To-Morrow*. London: Swan Sonnenschein & Co., 1902, p.17.

5 – A *Ville Radieuse*, projeto urbanístico não executado de Le Corbusier (1887-1965). Tratava-se de uma proposta de cidade verde com alta densidade populacional, o que, de acordo com Corbusier, promoveria o aproveitamento e bom uso dos espaços públicos.



Fonte: Archdaily <<https://www.archdaily.com.br/br/787030/classicos-da-arquitetura-ville-radieuse-le-corbusier>>

6 – Passeio Público do Rio de Janeiro em 2015.



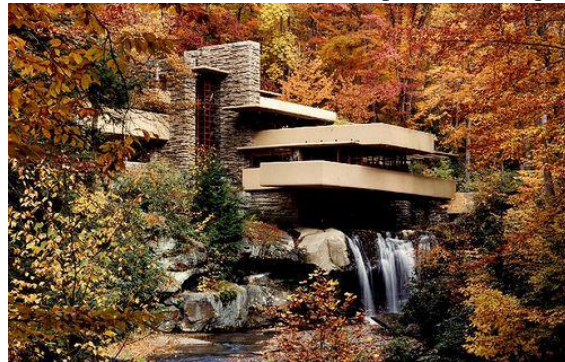
Fonte: Wikimedia Commons <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Passeio Público 08.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Passeio_P%C3%BAblico_08.jpg)>

7 - *Théâtre des Champs-Élysées*, em Paris. Primeira construção em concreto armado e estilo *art déco*, do arquiteto francês Auguste Perret (1874-1954).



Fonte: Wikimedia Commons <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Théâtre_Champs_Élysées_Paris_6.jpg>

8 – A Casa da Cascata, do arquiteto Frank Lloyd Wright (1867-1959). Construída no ano de 1936, na Pensilvânia, Estados Unidos da América, é um dos maiores exemplos de sua arquitetura orgânica.



Fonte: Archdaily <<https://www.archdaily.com.br/br/01-53156/classicos-da-arquitetura-casa-da-cascata-frank-lloyd-wright>>

9 – Desenho de Murgel do Sacramento Farol, com a seguinte reflexão sobre o belo: “Cada um vê nas coisas principalmente aquilo que suas noções adquiridas registram com mais conhecimento de causa; um poeta, um desenhista, um historiador, um esquimó e um morador de Sacramento julgarão diversamente a beleza deste farol.”

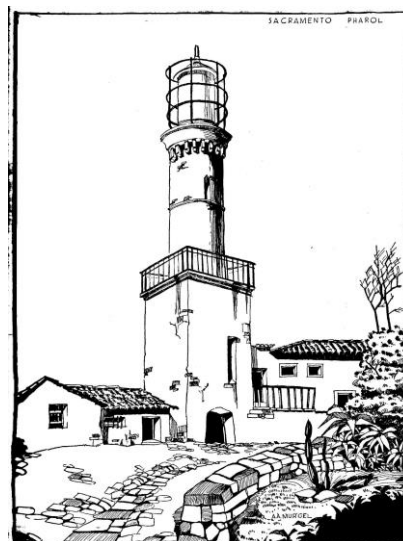


Fig. 1

Cada um vê nas coisas principalmente aquilo que suas noções adquiridas registram com mais conhecimento de causa; um poeta, um desenhista, um historiador, um esquimó e um morador de Sacramento julgarão diversamente a beleza deste farol.

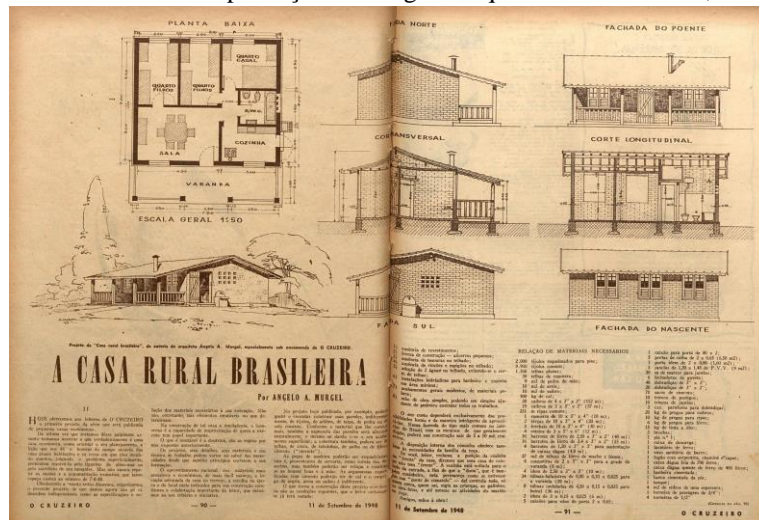
Fonte: MURGEL, Â. *O Belo Mito do Belo*. Rio de Janeiro: AM, 1962, p.23

10 – *Firefall*, uma das atrações do Parque Nacional do Yosemite. No mês de fevereiro, ocorre esse fenômeno que dá a impressão de que a cascata é de lava, ou fogo, justificando o nome.



Fonte: WPTV <<https://www.wptv.com/news/national/firefall-is-back-and-glowing-at-yosemite-national-park>>

11 – Artigo de Murgel sobre “A casa rural brasileira”. O artigo sugere materiais e disposições de projetos para pequenas casas econômicas. Direito de reprodução da imagem adquirido da D.A Press, Diários Associados.



Fonte: MURGEL, Â. A casa rural brasileira. **O Cruzeiro**, 1948.

12 – Antiga casa do administrador no PNI, atual abrigo de pesquisadores. Estilo neocolonial e rural.



Fonte: Fotos da autora, 2019.

13 – Antigo edifício-sede do PNI, atual Centro de Visitantes Wanderbilt Duarte de Barros. Estilo moderno e rural. A foto à esquerda mostra a fachada principal, no entanto o acesso principal ocorre pela fachada posterior, foto à direita.



Fonte: Fotos da autora, 2019.

14 – Abrigo Rebouças, localizado na Parte Alta do PNI. O abrigo sofreu alteração na dimensão de seu projeto e na concepção das fachadas. À direita o desenho de ampliação da área do abrigo, de 1967.



Fonte: Fotos da autora, 2019.

15 – Propriedade particular no interior do PNI.



Fonte: Fotos da autora, 2019.

16 – À esquerda a cachoeira Véu de Noiva, e à direita, a cachoeira do Maromba. Localizadas na parte baixa do PNI.



Fonte: Fotos da autora, 2019.

17 – À esquerda, a cachoeira do Itaporani, na parte baixa do PNI. À direita, o Pico das Agulhas Negras ao fundo, na parte alta do PNI.



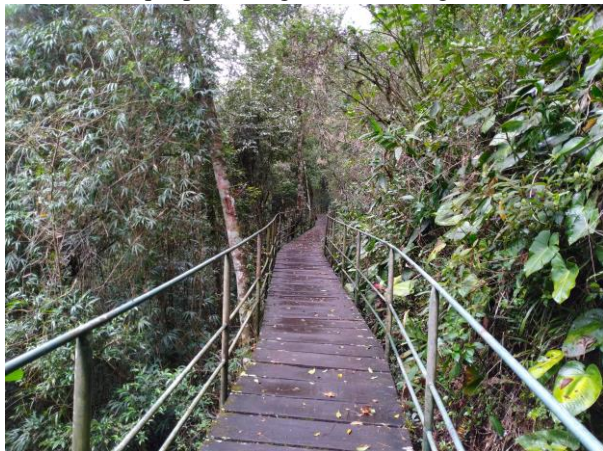
Fonte: Fotos da autora, 2019.

18 – À esquerda, antigo edifício-sede do PARNASO, atual administração. À direita, a casa do administrador. Ambas edificações em estilo neocolonial e rural, praticamente o mesmo presente na maioria dos projetos do PNI.



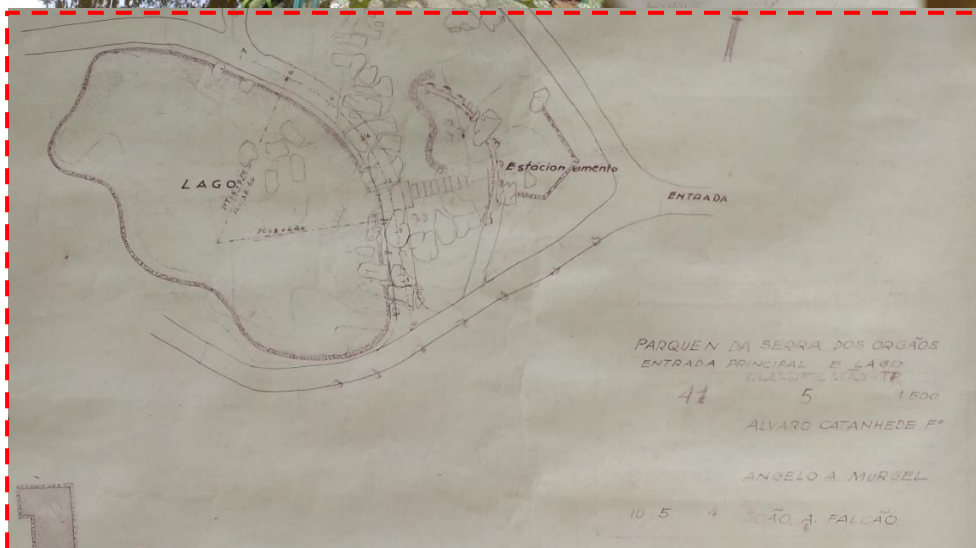
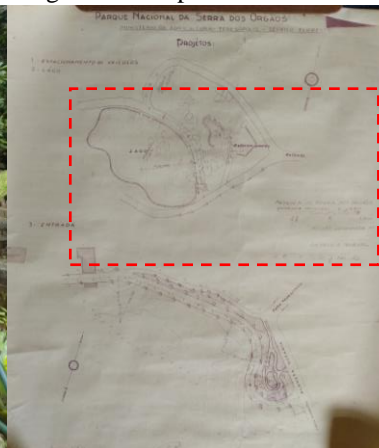
Fonte: Fotos da autora, 2019.

19 – A “Trilha Suspensa” do PARNASO consiste em um percurso de 1.100m em uma plataforma de madeira suspensa a uma altura que pode chegar a 8m em alguns trechos.



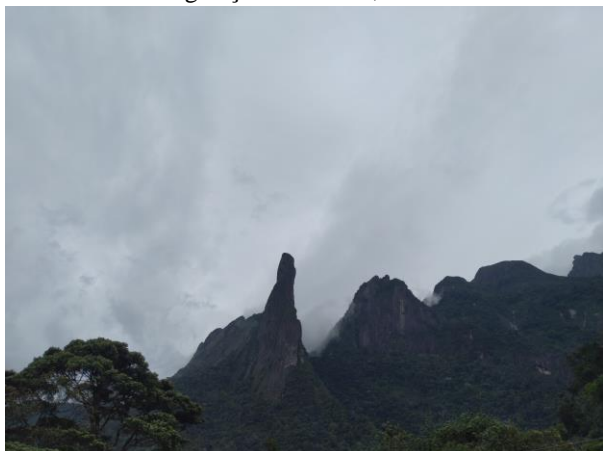
Fonte: Fotos da autora, 2019.

20 – Lago, ou piscina, do PARNASO, uma das principais atrações turísticas do parque. Ao lado, a planta baixa do projeto de um estacionamento e do lago, constando o nome de Murgel e outros profissionais.



Fonte: Fotos da autora, 2019.

21 – À esquerda, o Dedo de Deus, pico de aproximadamente 1.700m de altitude localizado na área do PARNASO, Teresópolis. À direita, o Museu Von Martius, na sede do PARNASO Guapimirim, em homenagem ao botânico alemão Carl Friedrich von Martius (1794-1868). Von Martius organizou uma catalogação sistemática da vegetação brasileira, intitulada *Flora Brasiliensis*.



Fonte: Fotos da autora, 2019.

22 – À esquerda, estrutura do PARNASO, em Teresópolis. O parque necessita de manutenção nos mobiliários e nas placas indicativas. À direita, o poço Dois Irmãos.



Fonte: Fotos da autora, 2019.

23 – Algumas edificações encontram-se na parte mais superior do parque, no caminho para a trilha suspensa. As placas indicam um centro de vivência, à esquerda, e abrigo do pesquisador, à direita. Não há sinais de que estivessem em uso ou ocupados.



Fonte: Fotos da autora, 2019.

24 – Hotel do Parna Iguçu, em estilo moderno, com volume horizontal marcado por eixo vertical alinhado à entrada principal.



Fonte: *Visit Iguassu* <<https://medium.com/@visitiguassu/um-hotel-dentro-do-parque-nacional-do-iguacu-e4a869b27aba>>

Fontes

BEVERIDGE, C. (ED.). **Frederick Law Olmsted: Writings on Landscape, Culture and Society**. New York: Library of America, 2016.

HUBBARD, T. K.; OLMSTED JR., F. L. (EDS.). **Frederick Law Olmsted, Landscape Architect, 1822-1903 (Volume 1)**. Miami, Florida: Hardpress Publishing, 2018.

MURGEL, Â. A. Projecto da Cidade Operaria de Monlevade. **Revista da Directoria de Engenharia**, v. 3, n. 5, p. 270–281, 1936.

_____. A profissão de arquiteto: considerações sobre sua legislação. **Arquitetura e Urbanismo**, 1940.

_____. A casa rural brasileira. **Revista Brasileira dos Municípios**, v. 6, n. 22, p. 158–164, 1953.

_____. **O Belo Mito do Belo**. Rio de Janeiro: AM, 1962.

OLMSTED, F. L. Passages in the Life of an Unpractical Man. *In*: HUBBARD, T. K.; OLMSTED JR., F. L. (Eds.). **Frederick Law Olmsted, Landscape Architect, 1822-1903 (Volume 1)**. Miami, Florida: Hardpress Publishing, [s.d.].

_____. Carta de Frederick Law Olmsted a Andrew Jackson Downing. *In*: HUBBARD, T. K.; OLMSTED JR., F. L. (Eds.). **Frederick Law Olmsted, Landscape Architect, 1822-1903 (Volume 1)**. Miami, Florida: Hardpress Publishing, 1850.

_____. **Walks and talks of an American farmer in England (Volume 1)**. New York: G. P. Putnam, 1852a.

_____. **Walks and talks of an American farmer in England (Volume 2)**. New York: G. P. Putnam, 1852b.

_____. The Greensward Plan: April 1858. *In*: BEVERIDGE, C. (Ed.). **Frederick Law Olmsted: Writings on Landscape, Culture and Society**. New York: Library of America, 1858.

_____. Carta de Frederick Law Olmsted a uma amiga. *In*: HUBBARD, T. K.; OLMSTED JR., F. L. (Eds.). **Frederick Law Olmsted, Landscape Architect, 1822-1903 (Volume 1)**. Miami, Florida: Hardpress Publishing, 1890.

_____. **The Yosemite Valley and the Mariposa Grove of Big Trees: A Preliminary Report, 1865**. California: Yosemite Association, 2014 [1865].

_____. Nothing of an artificial character. *In*: BEVERIDGE, C. (Ed.). **Frederick Law Olmsted: Writings on Landscape, Culture and Society**. New York: Library of America, 2016.

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

ASLA. **About: What is Landscape Architecture?** Disponível em: <<https://www.asla.org/aboutlandscapearchitecture.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2019.

BARTALINI, V. A paisagem em arquitetura e urbanismo: remontar às “nascentes” como opção metodológica. **Paisagem e Ambiente**, n. 32, p. 67–82, 2013.

BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1997.

BOLIN, L. A. **Prodígios da Natureza: os grandes parques nacionais dos Estados Unidos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

BRASIL. **Decreto nº23.793, de 23 de janeiro de 1934, que aprova o Código Florestal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm>. Acesso em: 21 out. 2019.

_____. **Decreto Federal nº1.713 de 14 de junho de 1937, que cria o Parque Nacional do Itatiaia**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1713-14-junho-1937-459921-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 out. 2019.

_____. **Decreto Lei nº 1.822, de 30 de novembro de 1939, que cria o Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1822-30-novembro-1939-411745-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 out. 2019.

_____. **Decreto-Lei nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939, que cria o Parque Nacional do Iguaçu**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. **Decreto-Lei nº6.155, de 30 de dezembro de 1943, que reorganiza o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6155-30-dezembro-1943-416361-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

_____. **Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, que dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4759.htm>. Acesso em: 3 nov. 2019.

_____. **Decreto nº87.586, de 20 de setembro de 1982, que amplia a área do Parque Nacional de Itatiaia**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87586-20-setembro-1982-437906-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 out. 2019.

____. **Decreto nº 90.023, de 2 de agosto de 1984, que define os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90023-2-agosto-1984-440294-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 out. 2019.

____. **Decreto s/nº de 13 de setembro de 2008, que define os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11752.htm>. Acesso em: 14 out. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2043/2011 Projeto de Lei.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=515917>>. Acesso em: 30 out. 2019.

CARR, E. **Wilderness by design: landscape architecture and the National Park Service.** Nebraska: University of Nebraska Press, 1999.

CORREIA, T. DE B. A cidade-jardim: os conjuntos residenciais de fábricas (Brasil, 1918-1953). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 22, n. 1, p. 161–198, 2014.

CRONON, W. **Uncommon Ground: rethinking the human place in nature.** New York: W. W. Norton & Company, 1996.

DEAN, W. **A Ferro e Fogo: História e Devastação da Mata Atlântica Brasileira.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOWNING, A. J. **A Treatise on the Theory and Practice of Landscape Gardening, Adapted to North America: With a View to the Improvement of Country Residences.** 1ª ed. New York & London: Wiley and Putnam, 1841.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro.** 1ª ed. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

____. Patrimônios natural e cultural: endereços distintos nos espaços urbanos, rurais e selvagens. *In*: PAES-LUCHIARI, M. T. D.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (Eds.). **Patrimônio, Natureza e Cultura.** 1ª ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2007. p. 103–112.

DRUMMOND, J. A. L. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, p. 177–197, 1991.

EMIDIO, T. M. **Meio ambiente & Paisagem.** São Paulo: Editora Senac, 2017.

ENOKIBARA, M. Organizações Dierberger (1893-1940). **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, v. 38, p. 35–54, 2016.

FEIN, A. **Frederick Law Olmsted and the American environmental tradition.** New York: G Braziller, 1972.

- FERREIRA, A. A.; ONO, F. P. C.; NÓBREGA, C. C. L. A institucionalização do ensino de Arquitetura Paisagística no Rio de Janeiro. **Paisagem e Ambiente**, n. 40, p. 133-148, 2017.
- FRANCO, J. L. DE A. Patrimônio cultural e natural, direitos humanos e direitos da natureza. *In*: SOARES, I. V. P.; CUREAU, S. (Eds.). . **Bens Culturais e Direitos Humanos**. São Paulo: SESC, 2015. p. 155–184.
- FRANCO, J. L. DE A.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil - Anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- FRANCO, J. L. DE A.; SCHITTINI, G. M.; BRAZ, V. DA S. História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama Geral. **Historiæ**, v. 6, n. 2 (Dossiê Patrimônio Histórico e Ambiental), p. 233–270, 2015.
- FUJIOKA, P. Y. Natureza, arqueologia e romantismo: influência romântica na obra de Frank Lloyd Wright. **Risco**, v. 6, p. 116–121, 2007.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GILPIN, W. **Remarks on forest scenery, and other woodland views (related chiefly to picturesque beauty), illustrated by the scenes of New Forest in Hampshire**. London: Printed for R. Blamire, Strand, 1791.
- GONÇALVES, W. Paisagem: objeto de trabalho do arquiteto paisagista. **Paisagem e Ambiente**, n. 4, p. 79, 1992.
- HOLDEN, R.; LIVERSEDGE, J. Beggining a Project. *In*: **Landscape Architecture: An Introduction**. London, United Kingdom: Laurence King Publishing, 2014. p. 41–56.
- HOWARD, E. **Garden Cities of To-Morow**. 2ª ed. London: Swan Sonnenschein & Co., 1902.
- ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília, ICMBio, 2018.
- _____. **Cronológico de Gestores**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/quem-somos/cronologico-de-gestores.html>>. Acesso em: 2 nov. 2019.
- IRIGOYEN, A. **Wright e Artigas - duas viagens**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- IRVING, M. DE A.; CORRÊA, F. V.; ZARATTINI, A. C. **Parques nacionais do Rio de Janeiro: desafios para uma gestão social da biodiversidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2013.
- KARNAL, L. *et al.* **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.
- KATO, D. S.; MARTINS, L. A.-C. P. A “sociologia de plantas”: Arthur George Tansley e o conceito de ecossistema (1935). **Filosofia e História da Biologia**, v. 11, n. 2, p. 189–202,

2016.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 134–146, 1992.

KOSNOSKI, J. Democratic vistas: Frederick Law Olmsted's parks as spatial mediation of urban diversity. **Space and Culture**, v. 14, n. 1, p. 51–66, 21 fev. 2011.

KOWSKY, F. **Country, Park & City: the Architecture and Life of Calvert Vaux**. New York: Oxford University Press, 2003.

LAURIE, M. **Introduction to landscape architecture (an)**. New York: American Elsevier Publishing Company, 1976.

LIMA, F. Tradição e modernidade no percurso do arquiteto Ângelo Murgel: Parque Nacional do Itatiaia e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dois projetos urbanísticos. **Boletim do Parque Nacional do Itatiaia**, v. 11, p. 82, 2003a.

_____. **Por uma Cidade Moderna: Ideários de Urbanismo em Jogo no Concurso para Monlevade e nos Projetos Destacados da Trajetória dos Técnicos Concorrentes (1931-1943)**. [s.l.] Universidade Federal de Juiz de Fora, 2003b.

_____. Urbanismo em Minas Gerais: ideários urbanísticos aplicados aos parques nacionais por Ângelo A. Murgel (1932-1942). **Urbana**, v. 5, n. 6, p. 117–147, 2013a.

_____. Minas Gerais: o conjunto do balneário do Barreiro do Araxá em Minas Gerais e o papel de Lincoln Continentino. **Urbana**, v. 5, n. 6, p. 170–200, 2013b.

_____. Parecer Técnico - Proteção por tombamento das edificações vinculadas à criação dos Parques Nacionais, em particular, projetadas pelo Arquiteto Ângelo Murgel. p. 4, 2016.

MARTIN, J. **Genius of Place: The Life of Frederick Law Olmsted**. Cambridge, Massachusetts: Da Capo Press, 2011.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASH, R. F. **The Rights of Nature: a history of environmental ethics**. Wisconsin: Wisconsin University Press, 1989.

_____. (Edited by). **American Environmentalism: Readings in Conservation History**. New York: McGraw-Hill, 1990.

_____. **Wilderness and the American Mind**. 4ª ed. New Haven: Yale University Press, 2001.

NICHOLSON, C. J. Elegance and grass roots: the neglected philosophy of Frederick Law Olmsted. **Transactions of the Charles S. Pierce Society**, v. XL, p. 335–348, 2004.

NPS. **Yosemite**. Disponível em: <<https://www.nps.gov/yose/index.htm>>. Acesso em: 28 out. 2019a.

_____. **Yellowstone**. Disponível em: <<https://www.nps.gov/yell/index.htm>>. Acesso em: 28 out. 2019b.

OLIVEIRA, L. L. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. 1ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PANZINI, F. **Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

PRICE, U. **Essays on the Picturesque, as Compared with the Sublime and the Beautiful: And, on the Use of Studying Pictures, for the Purpose of Improving Real Landscape (Volume 1)**. Massachusetts: Mawman, 1810.

REIS, M. V. “Obra Getuliana” através da Revista do Serviço Público. **Pós**, v. 22, n. 37, p. 58–77, 2015.

RIBEIRO, A. B. DE M. **Natureza e Política: a criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso) em 1939**. [s.l.] Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2019.

RISÉRIO, A. **A cidade no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

RODRIGUES, B. C. **Ângelo Murgel: trajetória singular (1932-1939)**. [s.l.] PUC-RJ, 2016.

RÜSEN, J. Narratividade e objetividade na Ciência Histórica. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 25, n. 2, p. 311, 25 out. 1998.

SCHLESINGER, A. M. Was Olmsted an Unbiased Critic of the South? **The Journal of Negro History**, v. 37, n. 2, p. 173–187, abr. 1952.

SEGAWA, H. **Ao amor do público - jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

_____. **Arquiteturas no Brasil (1900-1990)**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SELLARS, R. W. **Preserving Nature in The National Parks**. New Haven: Yale University Press, 1997.

SENATE AND HOUSE OF REPRESENTATIVES OF THE UNITED STATES OF AMERICA IN CONGRESS. **Organic Act of 1916**. Disponível em: <<https://www.nps.gov/grba/learn/management/organic-act-of-1916.htm>>. Acesso em: 11 out. 2019.

SENNETT, R. **Flesh and Stone: the body and the city in Western civilization**. New York: W. W. Norton & Company, 1994.

SOBREIRA, F. J. A. **Dinâmicas do jogo - concursos de arquitetura em revista (1935 a 1971)**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2018.

TURNER, F. J. The Significance of the Frontier in American History. *In: The Frontier in American History*. New York: Robert E. Krieger, 1976. p. 1–38.

VIDAL, L. **De Nova Lisboa a Brasília - A invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**.

Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WELLS, C. Rebuilding the city, leaving it behind: Transportation and the environmental crisis in turn-of-the-century American cities. **Journal of Transport History**, v. 35, n. 2, p. 183–199, 2014.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198–215, 1991.